



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO**

Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto

**ESTADO, MÍDIA E OLIGARQUIA: poder público e meios de
comunicação como suporte de um projeto político para o
Maranhão**

São Luís
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO

Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto

**ESTADO, MÍDIA E OLIGARQUIA: poder público e meios de
comunicação como suporte de um projeto político para o
Maranhão**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação
em Políticas Públicas da Universidade Federal do
Maranhão como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de doutor.

Orientadora: Prof^a Dr^a Josefa Batista Lopes

São Luís
2007

CARLOS AGOSTINHO ALMEIDA DE MACEDO COUTO

**ESTADO, MÍDIA E OLIGARQUIA: poder público e meios de
comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão**

A comissão Julgadora dos trabalhos de defesa da Tese de Doutorado,
em sessão pública realizada em / /, considera o candidato

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Josefa Batista Lopes (orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Antonio Albino Canelas Rubim
Doutor em Sociologia
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Ilse Gomes Silva
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Jose Ribamar Ferreira Júnior
Doutor em Comunicação e Semiótica
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Marina Maciel Abreu
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

A todos aqueles que acreditam que compreender e modificar os próprios tempo e mundo é possível e desejável e ao meu tio Luiz Cardoso de Almeida (*In memoriam*) pioneiro e crítico das coisas da comunicação no Maranhão

AGRADECIMENTOS

Alguns contribuíram, às vezes apenas na intenção e incentivo, com a realização deste trabalho e fico-lhes muito grato. Em especial agradeço:

À professora Josefa Batista Lopes pelos momentos de orientação e aprendizado e aos demais componentes dos corpos docente, discente e funcional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, de quem só trago boas lembranças e ensinamentos;

A todos na Universidade de Brasília que tornaram possível minha passagem e estágio por lá, em especial à professora Denise Bomtempo.

Aos meus pais Washington e Maria de Jesus Couto;

Ao meu filho Heitor, sempre com palavras de incentivo;

À minha esposa Marcela;

Ao meu irmão Washington Júnior, pelo apoio material;

Aos sempre presentes amigos José Luís Diniz e Danusa Estrela.

Forsan et haec olim meminisse juvabit.
(Talvez algum dia nos seja agradável recordar estas coisas:
Enéias, na Eneida de Virgílio)

RESUMO

Estudo sobre as relações de direção e dominação no estado do Maranhão a partir dos preceitos teóricos de Antonio Gramsci e dos intelectuais da Escola de Frankfurt com ênfase para a análise da atuação dos partidos políticos e, principalmente, dos meios de comunicação. Faz-se uma comparação dos pensamentos dos autores indicados e parte-se daquilo que é julgado comum entre eles. Analisa-se historicamente a constituição de uma oligarquia no Maranhão e a sua atuação. Expõe-se a percepção da sociedade brasileira sobre os meios de comunicação e partidos políticos e analisam-se as suas inserções no cenário regional tendo com referência também intelectuais brasileiros e outros teóricos da comunicação. Estuda-se a participação e influência do Estado na constituição do cenário comunicacional e empresarial local e seus efeitos políticos e indicam-se os aspectos comuns a Gramsci e aos Frankfurtianos em relação às questões levantadas no âmbito regional.

Palavras-chave: Mídia, Oligarquia, Estado, Maranhão, Política

ABSTRACT

Study about the relationship of direction and domination in the state of Maranhao from theoretical precepts of Antonio Gramsci and intellectuals of the School of Frankfurt with emphasis on the analysis of the performance of political parties and, especially, the media. A comparison of thoughts of the authors listed is made from what is common between them. The formation of an oligarchy in Maranhão and its performance is historically analysed. The perception of Brazilian society on the media and political parties is showed and their insertions in the regional scenario and also with reference Brazilian intellectuals and other theoretical communication are analysed. The participation and influence of the state in the formation of communication and local business scenario and their political effects are studied and the aspects common to Gramsci and Frankfurtianos on issues raised at the regional scope are indicated.

Keywords: Media, Oligarchy, State, Maranhao, Politics

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui se desenvolve pretende expor a relação dos meios de comunicação de massa com o mundo da política, com os partidos políticos, com o Estado e com as possibilidades de conquista e/ou manutenção do poder a partir da utilização desses meios, tendo como base as relações do poder instituído e de grupos político-partidários com veículos de comunicação do estado do Maranhão.

A motivação primordial para o estudo vai ao encontro da afirmativa corrente nos meios culturais, políticos e acadêmicos de que no estado do Maranhão instituiu-se uma verdadeira oligarquia política a partir da ascensão, em 1965, ao cargo de governador do estado, do político José Sarney, que chegou a ser, inclusive, presidente da República. Tomando como base a atuação política do grupo majoritariamente no poder no Maranhão nos quarenta e dois anos que sucederam a posse, adiante esclarecida, o termo oligarquia é aqui tomado como uma categoria de estudo, tendo como referência a obra de BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO¹, feitas as devidas relações com fatos e posturas locais. Para os autores,

Oligarquia significa etimologicamente 'governo de poucos' [...], não significa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2004, p. 835)

Nesse sentido, a expressão oligarquia no Maranhão não é uma novidade, embora muitos se utilizem contemporaneamente do termo como uma expressão casuística, sem tê-lo bem compreendido. Para perceber-se que a alusão a “oligarquias” não é nova, basta uma breve leitura da história do estado, na qual –

¹ Ver BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol 2. Brasília: Editora UnB, 2004.

mesmo em tom jocoso – apontam-se sempre períodos de mando de uma pessoa ou grupo. Exemplo disso é a época de influência política na então província do Maranhão da temida Ana Joaquina Jansen Pereira Leite (nascida em 1787 e morta em 1869), a hoje mais lendária do que popular Ana Jansen, que, ainda na época do Império, ficou conhecida tanto por sua personalidade forte, e às vezes violenta, quanto pelo seu poder sobre as coisas políticas do estado.

Waldemar Santos, citando Jerônimo de Viveiros, afirma que nada era feito na capital sem a “ordem do sobrado” em que residia a poderosa Ana Jansen e que no seu palacete não se fechavam as portas para as disputas políticas e para as intrigas pessoais. A sua influência política era tanta que ela

Era consultada para qualquer assunto: candidaturas de senadores, deputados e conselheiros municipais, escolhas e demissões de funcionários públicos, remoções e derrubada de magistrados, e tais audiências - na Casa Nobre - eram sempre dirigidas pela combativa e astuta matrona. (SANTOS, 1986, p. 24)

Na República, também se evidencia a cultura da liderança política estadual personificada, identificada na prática do mandonismo.

O mandonismo republicano no Maranhão inicia-se com Benedito Leite (1899), que manda até 1909. O mandão seguinte foi Humberto de Campos, cujo mando vai de 1909 a 1924. Ambos ainda na vigência do coronelismo. Benedito Leite é um expressivo exemplo de um coronel, pois além de não poupar os adversários não deixou de recorrer à violência e à fraude. (ARAÚJO, 2006, p. 31-32)

Na história recente do Maranhão, para compreender-se o cenário político e a alusão à categoria oligarquia, faz-se necessária a compreensão das relações políticas nos períodos anterior e posterior ao golpe militar de 1964, o que será demonstrado mais à frente.

Como base e instigação teóricas, respeitando-se os pontos de vista de diversos autores estudados, o trabalho adota duas concepções de uma mesma

linha, crítica e com gênese no materialismo histórico: as aqui expostas e defendidas inter-relações entre o pensamento dos teóricos da Escola de Frankfurt – com evidência nas idéias de Walter Benjamim, mas também na fase do exílio de outros autores nos Estados Unidos, quando se desenvolveram as teses sobre a indústria cultural – e de Antonio Gramsci relativos ao processo de mediação, persuasão e controle cultural e ideológico; e as proposições gramscianas sobre partidos políticos e meios de comunicação, entre outras. Essas últimas permeadas pelo posicionamento de intelectuais brasileiros: uma dando conta de uma íntima relação e similaridade entre os meios de comunicação e os partidos políticos no Brasil, apresentada na obra do jornalista e sociólogo brasileiro Perseu Abramo², e outra que aponta os meios de comunicação como os intelectuais orgânicos da sociedade contemporânea, com base no pensamento de Fábio Konder Comparato³.

No ensaio *Significado Político da Manipulação na Grande Imprensa* (2003), o jornalista e professor Perseu Abramo trata, de maneira didática e pragmática, dos padrões de manipulação nas grandes empresas de comunicação do país. Cita modelos dos quais, a seu ver, os veículos, principalmente os de telejornalismo, se utilizam para manipular a informação. Dentre eles os padrões de ocultação, de fragmentação, de inversão em várias formas, e de indução no trato com a informação.

Referindo-se ao significado político da manipulação, Perseu Abramo afirma, citando uma hipótese de trabalho, que “os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos políticos-partidários, e é por

² Jornalista e sociólogo paulista, trabalhou em vários órgãos da grande imprensa como a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Editora Abril*, *TV Globo* e nas revistas *Visão* e *Novos Estudos (Cebrap)*. Atuou no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e no Comitê Brasileiro de Anistia. Fundador do Partido dos Trabalhadores, Perseu Abramo foi professor na Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia e PUC de São Paulo.

³ Professor livre-docente da Universidade de São Paulo (USP) é doutor em direito pela Universidade de Paris II. Fábio Konder Comparato é autor de diversas obras na área jurídica, algumas com tangência na Comunicação Social como em **A Democratização dos Meios de Comunicação de Massa**. Direito Constitucional - Estudos em Homenagem a Paulo Bonavides, Editora Mlaheiros e Revista USP, 2001; **A TV aos 50: Criticando a Televisão Brasileira no seu Cinquentenário.**, Editora Perseu Abramo, p. 183-201, 2000; e **O Controle Social sobre os Meios de Comunicação de Massa**. Anais das XVII Conferência Nacional dos Advogados - Justiça: Realidade e Utopia", v. I (um), p. 695-702, 2000.

isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade precisam manipular as informações” (ABRAMO, 2004, p. 44). O autor faz, inclusive, uma comparação efetiva entre meios de comunicação e partidos políticos, traçando paralelos e demonstrando as similaridades no tocante aos manifestos dos partidos e os projetos editoriais dos meios; regimentos e manuais; aparato material; filiados e equivalentes; normas, sedes, veículos de informação, condução da sociedade, pretensa representatividade etc. Abramo define os meios como, “pelo menos, agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, *sui generis*”. (2004, p. 46)

Fábio Konder Comparato aponta como os meios de comunicação atuam com base no conceito gramsciano de aparelhos privados de hegemonia⁴. Para ele, a relação desses meios com as estruturas de poder contemporâneas é evidente:

Nos países em que vigora claramente o regime oligárquico sob aparências democráticas, como é o caso do Brasil, a exploração dos mais importantes órgãos de comunicação de massa é feita por grupos empresariais privados, estreitamente afinados com os interesses de sua classe, que controla o governo nacional e o Parlamento (COMPARATO, 2000, p. 192).

Para demonstrar a importância do domínio dos meios de comunicação na contemporaneidade, o autor faz uma análise do conceito de intelectual para Gramsci, expondo uma definição de intelectuais orgânicos⁵: estes se ligam

⁴ “Parece-me claro que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes.” (GRAMSCI, 2000, p. 284)

⁵ Sobre a utilização dos diversos intelectuais, Gramsci afirma: “formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social

“organicamente à classe dominante, ainda que não lhe estejam subordinados, como as diferentes categorias de profissionais liberais no sistema capitalista” (COMPARATO, 2000, p. 186).

Do ponto de vista do reconhecimento do papel desempenhado pelos intelectuais a partir do pensamento original gramsciano, que aponta os eclesiásticos, cientistas, teóricos, filósofos seculares como exemplos de intelectuais tradicionais, vulgarizados no papel do literato, do artista, do jornalista, têm-se que, na experiência maranhense aqui exposta, esse tipo de intelectual estaria representado contemporaneamente pelos escritores e poetas, pelos jornalistas e colunistas. Resumindo-se: pelos meios de comunicação de massa onde atuam esses profissionais, na visão de Comparato.

Quanto aos intelectuais ditos orgânicos, “que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo” (GRAMSCI, 1991, p. 8), se nos apresentam como a expressão daqueles agentes inseridos no meio cultural que expressam – constroem, elaboram, difundem – o pensamento dominante, seja deliberadamente ou por adesão determinada por um amplo processo de persuasão.

Sobre a utilização dos meios de comunicação, Comparato defende a idéia de que o século XX trouxe

[...] uma mudança importante ao esquema classificatório de Gramsci. Os grupos dominantes nos regimes de concentração de poder estatal, bem como a classe empresarial nos países de capitalismo liberal, em vez de contratarem profissionais autônomos para a tarefa de legitimação da ordem estabelecida, passaram a assumir diretamente essa incumbência, pela criação, sob a forma de entidades estatais ou privadas, dos grandes órgãos de comunicação de massa. (COMPARATO, 2000, p.188)

dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos”. (GRAMSCI, 1991, p. 12).

A bem da qualidade e do rigor metodológico, faz-se ainda necessária a definição da abordagem adotada nas categorias elencadas.

Adota-se, para fins de esclarecimento, o termo política, enquanto categoria, no sentido contemporâneo de atividade que compreende, com referência na *pólis* grega que sintetiza a esfera do Estado, a luta pela conquista e domínio do poder estatal (BOBBIO, 2004, p. 954), fundamentada na existência dos partidos políticos adiante evidenciados com base na obra de Antonio Gramsci.

Antes de mais, convém esclarecer que o trabalho atém-se àquilo que Gramsci conceituou como pequena política, em contraposição à grande política, pelo fato de ater-se a questões localizadas regionalmente e não às relações entre Estados (criação, destruição, defesa...). “A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2000, p. 21), embora o sentido não seja pejorativo e não diminua os esforços pela compreensão da contemporaneidade regional.

Antonio Gramsci explica a necessidade de se particularizar (delimitar) a área de estudo (no caso, citada por ele, a da comunicação social) porque “seria mastodôntico um tal estudo, se feito em escala nacional: por isto, poderia ser feita para uma cidade ou série de cidades, uma série de estudos” (2004, p. 78), afirmando ainda que, mesmo particularizados, esses estudos poderiam render trabalhos importantes.

Essa compreensão também se vê em MARX:

(...) pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. Nessa medida, o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo. (MARX, 1982, p. 15)

Quando se cita o Estado como categoria, tem-se como referência o pensamento de Gramsci naquilo que ele determinou considerar Estado ampliado.

Antonio Gramsci, a partir de uma análise das idéias de Marx, indica uma nova concepção do conceito de Estado: o Estado no sentido restrito e o Estado no sentido amplo, ou Estado integral. Para Marx, o “Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ordem que legaliza e consolida esta opressão, moderando o conflito de classes” (LENINE, 1980, p. 226), portanto aparelho coercitivo, instrumento de dominação, o que conceitua o sentido restrito de Estado. Para a concepção gramsciana, o Estado é perpassado pelas lutas de classe, e não fechado a elas, determinando a sua visão ampliada.

O Estado amplo pressupõe a existência da sociedade civil e da sociedade política. Também aí se percebem diferenças entre as concepções. Se, para Marx, a sociedade civil é composta pelo conjunto das relações materiais em um determinado período histórico, portanto vinculada à estrutura econômica e social de uma época, para Gramsci, compreenderia “uma rede complexa de funções educativas e ideológicas, aquilo em função de que a sociedade é não apenas comandada, mas também dirigida” (MACCIOCCHI, 1980, p.128), ou seja, o “sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 225). Já a sociedade política “indica o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante exerce a violência. Na sociedade política (Estado em sentido estrito ou Estado-coerção), ocorre sempre o exercício da ditadura, ou seja, da dominação baseada na coerção”. (SIMIONATTO, 1995, p. 68) A relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, existente em cada formação social, constitui, então, o Estado ampliado, como indica o próprio autor:

A princípio aqui se imaginou que a categoria Estado estaria referenciada principalmente no conceito gramsciano de sociedade política. Isto porque se partia do pressuposto de que indicações que serão vistas mais à frente como concessões públicas, financiamento, investimento publicitário estatal etc, por

estarem intimamente relacionadas com o âmbito governamental, estariam relacionadas unicamente com aquele conceito.

Nesse caso, imputar-se-ia à sociedade civil exclusivamente os interesses – inclusive persuasivos e ideológicos – inseridos no contexto da atividade econômica estudada. Mas os estudos do, e sobre o, autor determinam a compreensão de que aquelas indicações, e suas peculiaridades, também se encontram na sociedade civil, dentro do conceito de Estado ampliado, não justificando a impressão inicial. Tal compreensão determinaria a incursão em um erro teórico apontado pelo próprio Gramsci ao referir-se à questão do livre-cambismo:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. (GRAMSCI, 2000, p. 47)

Reforça essa idéia a posição clássica gramsciana:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é precisamente, uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, 2000, p. 244)

Portanto, a categoria Estado aqui utilizada refere-se ao sentido amplo indicado, que relaciona sociedade política e sociedade civil, apropriado nas relações da realidade regional.

Também com base na realidade regional (o estado do Maranhão), embora se citem, a título de aprofundamento, dados de influência nacional, os meios de

comunicação são aqui categorizados pela expressão corrente, e cada vez mais popularizada, que identifica como mídia todos os meios passíveis de utilização na intermediação dos processos de comunicação. Neste estudo, o termo retoma o seu sentido original – da expressão inglesa derivada do latim *mass media* – de meios de comunicação de massa. “A massa é constituída por um conjunto homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais” (WOLF 1992, p. 20) . Meios de comunicação de massa, portanto, são aqueles decorrentes da sociedade de massa e que servem à difusão de informação e conhecimento, com grande penetração em todos os níveis da sociedade, ou seja: na massa. Como exemplo, a TV e o rádio.

Área de conhecimento ampla e com penetração em vários segmentos científicos (ciência política, sociologia, antropologia, psicologia, eletrônica...), os estudos sobre a mídia seguem várias orientações. Uma vertente admite a possibilidade de utilização destes para se influenciar a sociedade a partir da exposição aos meios e da seleção e imposição de conteúdos.

Nessa abordagem pode-se ainda estabelecer diferenças. Uma seria a que considera a possibilidade de utilização dos meios eletrônicos com função educativa, formadora, revolucionária. Tal concepção deve estar baseada em Walter Benjamin, que cogitou a utilização do cinema numa perspectiva socializadora, e o seu principal expoente – na obra “Elementos para uma teoria dos meios de comunicação” de 1968 – é Hans Magnus Enzensberger, integrante da nova esquerda (New Left) alemã, que concebe a utilização dos meios de comunicação, principalmente a televisão, na mesma perspectiva de Benjamin.

Enzensberger pregava a necessidade da criação de uma visão (teoria) progressista de utilização dos meios de comunicação, criticando a esquerda tradicional por não tê-la formulado. Afirmava ainda que os novos meios de comunicação eletrônicos (TV e rádio) romperiam com as características de meios mais antigos – como o livro e a pintura – que, para o autor, tinham um caráter contemplativo, enquanto os meios eletrônicos seriam orientados para a ação e

não para a contemplação. Enzensberger considerava que o livro e a pintura eram restritivos pela sua utilização quase exclusiva por uma classe, enquanto as novas tecnologias seriam mais igualitárias, pois o acesso se daria a partir de um simples apertar de botão, admitindo, portanto, influências vistas como positivas sobre a sociedade por intermédio dos meios, sob um ponto de vista político. Mesmo tendo o citado autor, no final da década de 1970, concluído que essa lógica igualitária não se concretizou, seu ponto de vista serve como referência daquele pensamento.

Outra corrente de estudos obedece a lógica distinta. Nela, os meios de comunicação são vistos como manipuladores, a serviço de um controle dos cidadãos pelo Estado ou pelos que detêm seu poder. Essa vertente é observada, como um verdadeiro símbolo, na obra *1984*, de *George Orwell*, posteriormente transformada em filme. *Orwell* cita a possibilidade do controle social por meio de dispositivos eletrônicos (chamados por ele de teletela) que tudo vêem e tudo sabem, fazendo clara alusão à possibilidade de controle das pessoas pelos meios eletrônicos.

Entre os autores brasileiros, Pedrinho Guareschi afirma que:

Não seria exagero dizer que a comunicação constrói a realidade. Num mundo todo permeado de comunicação – um mundo de sinais – num mundo todo teleinformatizado, a única realidade passa a ser a representação da realidade – um mundo simbólico, imaterial, [...] a coisa existe, ou deixa de existir, à medida em que é comunicada, veiculada. É por isso, conseqüentemente, que a comunicação é duplamente poderosa: tanto porque pode criar realidades, como porque pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas, (GUARESCHI, 1993, p.14)

demonstrando que, se, na prática, os meios de comunicação servem para construir a realidade, podem estar a serviço da manipulação. Nessa lógica, o controle da comunicação significaria a conquista do poder, pois determinaria a difusão de idéias, a formação da opinião pública.

Mas não é só isso. Os que detêm a comunicação chegam até a definir os outros, definir determinados grupos sociais como sendo melhores ou piores, confiáveis ou não-confiáveis, tudo de acordo com os detentores do poder. Quem tem a palavra constrói identidades pessoais e sociais” (GUARESCHI, 1993, p. 15).

A posse do poder de comunicar torna-se, assim, um instrumento de dominação. A mediação determinada pelos meios de comunicação estaria a serviço da difusão ideológica, em que a classe detentora dos meios, por não poder ser questionada e contestada, “se fortifica e se solidifica, passando a exercer a hegemonia numa determinada sociedade; hegemonia no sentido mais exato de Gramsci: o poder que possui um grupo dominante de definir uma situação ou uma alternativa como a única válida e possível”. (GUARESCHI, 1993, p. 19)

Na mesma linha, Muniz Sodré destaca que, assim como o domínio dos meios de comunicação,

as relações sociais (políticas e ideológicas), como se sabe, não podem ser pensadas fora de sua condição de práticas de classes situadas em oposições. Por sua vez, os meios de informação (os media) constituem em seu conjunto um aparelho que realiza ideologicamente o poder de Estado. (SODRÉ, 1989, p. 21)

O controle dos meios de comunicação redundaria, resumindo, na possibilidade de direção, de comando da sociedade por uma classe, por meio da ideologia, impondo regras, padronizando hábitos e constituindo normas.

A temática será retomada à frente com a exposição e comparação entre o posicionamento de teóricos caros às teorias tradicionais da comunicação social como os da Escola de Frankfurt, Michael Foucault e Marshall McLuhan, dentre outros.

Sobre a categoria hegemonia⁶, também se adota o conceito gramsciano, que considera a constituição da hegemonia um processo, de longa duração histórica, que ocupa vários segmentos da superestrutura. A constituição de um bloco histórico, entendida como uma ampla e durável aliança de classes e de frações de classes, é fundamental para a preparação da hegemonia exercida por

⁶A origem etimológica do termo hegemonia vem do grego: *Eghestai* significa conduzir, ser guia, ser chefe; *eghemoneu*, quer dizer conduzir, comandar, dominar. Há uma origem militar na palavra, pois *eghemonia* designava o comando maior das forças armadas, no grego antigo. (MORAIS, Denis. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. Gramsci e o Brasil. Temas/Gramsci. Disponível em < <http://www.artnet.com.br/gramsci/textos.htm>>). O trabalho de Antonio Gramsci no tocante a hegemonia, porém, vai para além de uma simples conceituação lexical.

uma classe, que lidera tal bloco, sobre as demais; e uma possível mudança na estrutura social não pode prescindir de uma profunda mudança cultural – mesmo uma revolução – que incorpore grupos e camadas sociais a um movimento de emancipação.

Nesse sentido, e demonstrando que a disputa hegemônica permeia a luta de classes e o embate pelo controle do Estado, GRAMSCI afirma, ao fazer uma diferenciação entre sociedade política e sociedade civil que “tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se” (2000, p. 263).

Sem esquecer que a hegemonia tem base na esfera da produção:

É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor de outra; e que, na realidade, somente nesta coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo econômica e política. (GRAMSCI, 1999, p. 427)

No âmbito específico deste trabalho, e ainda no campo da hegemonia, cabe salientar que, a compreensão dos conceitos de guerra de posição e de movimento e de grupo dirigente e grupo dominante são fundamentais. Gramsci explica o que neste momento parece útil tendo em vista o embate político local a analisar, que a guerra de posição

Exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais 'intervencionista', que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a 'impossibilidade' de desagregação interna: controle de todo tipo, políticos, administrativos etc, reforço das 'posições' hegemônicas do grupo dominante etc. Tudo isto indica que se entrou numa fase culminante da situação político-histórica, porque na política, a 'guerra de posição', uma vez vencida, é definitivamente decisiva. (GRAMSCI, 2000, p. 255)

Também para ele há a guerra de movimento. “Na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e, portanto,

não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 255). Porém, dialeticamente, os conceitos podem se inter-relacionar⁷ na modernidade. “A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra” (GRAMSCI, 2000, p. 24).

A compreensão imediata que se tem da diferença entre grupo dirigente e grupo dominante, a partir de Gramsci, denota ao primeiro o papel de organização geral – “qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política” (GRAMSCI, 2004, p. 24) – no sentido político, e ao segundo o papel de detentor do direito de mando (governo), a partir da conquista do Estado no sentido de sociedade política. O novo intelectual, previsto por Gramsci teria que ser um persuasor permanente “superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político). (GRAMSCI, 2004, p. 53).

Se a passagem de dirigente para dominante estaria marcada pela conquista da sociedade política,

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder);

⁷ Sobre a questão, Benedetto Fontana afirma que: “A ‘guerra de posição’, como um conflito cultural que envolve ideologia, religião e sistema de valores, ocorre na sociedade civil, que é, em si mesma, um ‘complexo’ de associações e grupos voluntários altamente articulados e dispostos em múltiplas camadas. Mas a complexidade e a sofisticação da vida sociopolítica não se limitam à esfera civil e também se estendem para as ‘organizações do Estado’. O nível de articulação e complexidade na sociedade civil se espelha na sociedade política, porque as organizações do Estado, apesar de jurídica e analiticamente distintas daquelas da sociedade civil, se enraízam e baseiam na sociedade civil, que fornece os recursos educacionais e culturais que determinam o caráter das organizações do Estado. (FONTANA, Benedetto. 2003, p. 113-125)

depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também 'dirigente' (GRAMSCI, 2001-a, p. 62)

a passagem de não-dirigente para dirigente também é prevista por Gramsci na relação hegemonia/democracia.

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente. (GRAMSCI, 2000, p. 287)

O debate específico e pertinente sobre se as relações de poder contemporâneas na área de abrangência do estudo constituem um embate pela conquista hegemônica é aqui apenas tangenciado, tendo em vista a complexidade da questão e o período histórico relativamente curto que abrange o estudo. A conquista e a manutenção do poder na conjuntura específica ao estadual do Maranhão, no período pesquisado, são, dentro das concepções pertinentes às categorias Estado, hegemonia, mídia e oligarquia, a prioridade do estudo.

A caracterização de um poder oligárquico regional, a identificação das suas relações de poder no âmbito político-partidário, assim como de utilização e propriedade de meios de comunicação e a participação do Estado nessa ambiência, tendo como referência teórica as relações de dominação e persuasão caras a Antonio Gramsci e aos intelectuais frankfurtianos e alguns de seus sucessores, apontam a problemática estudada e aqui defendida.

Ressalte-se que o trabalho parte de um aparato teórico que se define, como acima e adiante demonstrados, pela compreensão dos meios de comunicação como instrumentos da divulgação ideológica e da conquista e manutenção do poder, fundamentado em diversos estudos e pesquisas. Nesse sentido, optou-se por estudar as relações (estruturais e superestruturais) regionais que sustentam a tese acima indicada, sem preocupação específica – mas também sem desvalorização – com as análises de conteúdo dos produtos midiáticos envolvidos.

Apesar de não se pretender um levantamento histórico, com o rigor específico dessa disciplina, o trabalho abrangeu uma fase de levantamento de dados histórico-sociais, tendo como base a bibliografia indicada nas referências, notadamente no período de constituição e consolidação do grupo dominante no estado (décadas de 1960 a 1990). Nesse momento o diálogo se deu mais, embora não exclusivamente, com autores e intelectuais maranhenses e seus escritos como Benedito Buzar, José de Ribamar Chaves Caldeira, Sebastião Jorge, e Wagner Cabral da Costa.

Em relação aos aspectos mais contemporâneos (a partir da década de 1990), a pesquisa que traz fundamentos ao trabalho ocorreu a partir do levantamento de dados nos órgãos, públicos e privados, que dizem respeito ao(s) tema(s) adotados(s), tais como arquivos de jornais (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno), Biblioteca da Escola de Governo do Maranhão, Biblioteca Pública Benedito Leite, Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), Casa Civil e Secretaria de Comunicação Social do governo do estado do Maranhão, Ministério das Comunicações, Diários Oficiais da Justiça, da Assembléia Legislativa e do governo do estado do Maranhão e, com destaque, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas.

Esclarece informar que diversas incursões foram feitas à Secretaria de Comunicação e à Casa Civil do Governo do Estado do Maranhão entre 2005 e 2006 em busca de documentos que comprovassem o repasse de recursos para o grupo Mirante (conforme anexo P). Nenhuma delas surtiu o efeito desejado tendo em vista que as informações, controversas, davam conta de que ou os comprovantes haviam sido destruídos ou estavam arquivados em local desconhecido. Solicitou-se uma declaração da Casa Civil com essa informação, que foi negada. Por isso a opção de trabalhar com os dados divulgados pela imprensa e ratificados por declarações do governador e dos meios de comunicação envolvidos. Em nenhum momento qualquer deles questiona a veracidade ou os valores envolvidos nas transações.

Foram ainda utilizados dados de levantamentos do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Pesquisas foram realizadas junto ao Cartório de Registro Civil Cantuária de Azevedo e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outros veículos de comunicação – como os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo e Correio Braziliense, o portal Observatório da Imprensa e as revistas Época e Carta Capital – também foram pesquisados e deles foram extraídos dados, relatos e citações pertinentes ao tema.

2. COMUNICAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS NAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO

As perspectivas de controle e dominação política na contemporaneidade apontam para a utilização de mecanismos coletivos de persuasão, como os meios de comunicação. Neste tópico, estudos sobre os meios de comunicação⁸ serão analisados previamente e, na seqüência, será indicada a sua relação com os partidos políticos, vetores da atuação institucional (legal) de disputa do poder, assim como dados sobre a relação da sociedade brasileira tanto com os meios quanto com os partidos. Tal exposição parte da concepção prévia de que – por mais influentes que sejam outros mediadores no processo político – não é possível na contemporaneidade o acesso ao poder (governo) sem a participação

⁸ A escolha dos teóricos adotados neste trabalho segue uma lógica de continuidade das pesquisas já realizadas na dissertação de mestrado e a sua relação com os estudos desenvolvidos no âmbito da política e das políticas públicas. Em que pesem a pertinência e contemporaneidade dos estudos sobre a Economia Política da Comunicação, difundidos no Brasil principalmente pelos Encontros Latinos de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ENLEPIC), cuja última versão ocorreu em Salvador /BA em 2005, estes não serão aqui aprofundados. Neles se estabelecem, entre outras, duas perspectivas inerentes a esta pesquisa, uma de cunho liberal, que credita à lógica da objetividade jornalística a gênese do pluralismo e da liberdade nos países autoritários, da qual são signatários Chin-Chuan Lee, Herbert Blumler e Michael Gurevitch, Daniel Hallin e Silvio Waisbord; e outra de orientação não-liberal, que vê nos meios de comunicação a manutenção da ordem estabelecida, na qual se enquadram James Curran, Nicholas Garnham, Edward Herman e Noam Chomsky, Graham Murdock e Peter Golding, Vincent Mosco e Herbert Schiller. (SERRA, Sônia. Vertentes da economia política da comunicação e pesquisa do jornalismo. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2006/soniaserra2006.doc> >)

do e no mundo político-partidário, visto que é ele que possibilita as condições de disputa, segundo os preceitos constitucionais.

Teóricos da comunicação, com ênfase para os da Escola de Frankfurt, em muitos momentos indicaram a utilização de mecanismos coletivos de comunicação, com vistas ao convencimento, que será esclarecida a partir da comparação desses pensamentos com as práticas comunicacionais atuais.

Nesse meio, intelectuais como Michael Foucault, Harold Lasswell, Paul Lazarsfeld, Robert Merton, Max Horkheimer, Teodor Adorno, Walter Benjamin, Jürgen Habermas e Marshall McLuhan podem, e devem, ser incluídos para uma maior compreensão da questão sob a ótica da comunicação social.

No sentido adotado por teóricos da comunicação de controle social, os conceitos oriundos do pensamento de Michael Foucault demonstram bem o que significaria essa prática e servem para ilustrar a concepção de controle da sociedade a partir dos meios. A proximidade da obra de Foucault com os objetos da comunicação pode ser avaliada desde o livro *As Palavras e as Coisas*, lançado em 1966. Mas, para este estudo, outras referências são mais relevantes, como *Vigiar e Punir*, de 1974, e *Microfísica do Poder*, de 1976.

Na sua obra, Foucault determina a ação do sujeito como fundamental no processo de exercício do poder. Mas considera que a expressão sujeito tem duplo significado, podendo exemplificar o indivíduo dotado de consciência e autodeterminação, como também aquele que está submetido a alguma coisa, sujeitado a alguma ação de outrem⁹.

Essa ação de poder determinada pelos sujeitos nas suas múltiplas relações é que interessaram aos dominantes, e não o contrário. A burguesia percebeu que a partir dos mecanismos de exercício de poder, ou de micro-poder, como a exclusão de loucos e a repressão sexual, poderia extrair ou maximizar lucros, mas não foi ela (a burguesia) que os criou. Os mecanismos de poder acabariam

⁹ Conforme SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. A temática saber/poder em M. Foucault Cadernos de Filosofia, publicação do Centro de Filosofia do Instituto Sedes Sapientiae, Ano I, no. 1, 1994, baseando-se principalmente na “História da sexualidade”, de Foucault.

fazendo parte de um conjunto de interesses dos detentores do poder, sejam interesses políticos ou econômicos.

Foucault quer demonstrar que, ao contrário do pensamento de Hobbes¹⁰, o exercício do poder não está limitado pela soberania jurídica ou pela existência do Estado e que se, até dado momento histórico, o exercício do poder poderia ser explicitado pela relação “soberano-súdito”, a partir de certo tempo (para ele, nos séculos XII e XIII) surge uma nova “mecânica de poder”, incompatível com as relações de soberania, que se apóia mais no controle do homem por novos aparelhos do que na exploração material propriamente dita.

Esse ambiente acabaria por determinar técnicas de exercício de poder baseadas no “real” (não no sentido de realeza, mas de realidade), nos atos e fatos praticados pelos sujeitos.

A expressão desse exercício seria o chamado “poder disciplinar”, determinado pela existência dos “sistemas de vigilância”. O objetivo da dominação não seria o aumento da coerção física, mas da eficácia no processo de dominação, necessitando, para isso, inclusive da inserção de sistemas disciplinares nos aparelhos jurídicos.

As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito, mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será um saber clínico. (FOUCAULT, 1982, p. 189)

Mesmo não deixando de reconhecer a existência, ou persistência, de um sistema de direito baseado na soberania tradicional, o autor afirma existir um mecanismo da disciplina, criador de aparelhos de saber e de variadas formas de domínio.

¹⁰ Crítica aqui ao pensamento elementar de Thomas Hobbes de que somente a existência de uma instituição que se coloque acima dos homens, embora abstrata, pode determinar a regulação e a disciplina nas relações do homem com o outro homem, justificando a existência do Estado institucionalizado. (HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2002)

E esse domínio se expressaria pelos chamados mecanismos de vigilância, intrínsecos à vida e à cultura dos homens e cada vez mais institucionalizados pelas relações de dominação.

No livro *Vigiar e Punir*, Foucault é mais explícito na determinação das formas de dominação pela expressão da vigilância. O fundamento da obra são os sistemas de vigilância, seja pela reclusão ou pela vigilância somada à obediência.

Como um modelo de sistema de vigilância a ser estudado, Foucault cita, e analisa sob a sua ótica, o Panóptico, modelo de sistema de reclusão imaginado por Jeremy Bentham¹¹.

Nessa linha, uma das suas observações é sobre a onipresença e onisciência do poder, que Foucault demonstra através dos sistemas de vigilância europeus nos tempos de epidemia, em que era estabelecida uma hierarquia que determinava a vigilância, e conseqüente controle, sobre a população. Da rua ao centro das cidades, passando pelas quadras e bairros, todos eram vigiados e deveriam obedecer às ordens de quarentena. Isso ele exemplificou como uma sociedade disciplinar, que obedecia tanto pelo temor do contágio, quanto pelo poder da vigilância. Foucault citava também as técnicas de reclusão individual, incluindo asilos, hospitais psiquiátricos e penitenciárias, como uma expressão do poder disciplinar determinado pela separação. Esse poder era exercido por uma espécie de duplo comando: um discricionário, por impor a quem imputado o conceito de perigoso; e outro discriminatório, por determinar as regras de exclusão, ou afastamento, da sociedade aos previamente indicados.

Esses exemplos são para o autor “um conjunto de técnicas e de instituições” (FOUCAULT, 1987, p. 176) que tinham como objetivo controlar e

¹¹ Jurista e filósofo inglês, considerado o pai do utilitarismo. Bentham (1748-1832), entre outras ações, criou um modelo de penitenciária bastante especial, o panóptico, que se trata de um princípio apropriado tanto para prisões quanto para fábricas, escritórios, hospitais, escolas, casernas, reformatórios etc. Do aspecto arquitetônico, o panóptico consiste numa construção em círculo, em cujo centro se acha a cadeira (encoberta por cortinas) do "inspetor" e cuja periferia é destinada às celas, apartadas entre si, dos presos ou dos alunos. O refinado objetivo da disposição é fazer com que os presos se sintam permanentemente observados e controlados, sem saber se a cadeira do inspetor está realmente ocupada. Os detentos devem "a partir de si próprios", de modo progressivo e automático, comportar-se como se fossem observados, mesmo que não estejam. (KURZ, Robert. 1997, p. 5).

corrigir os ditos anormais, utilizando-se de “dispositivos disciplinares” para esse fim.

O panóptico seria uma expressão desses dispositivos. Nesse esquema deixaria de ser necessária a reclusão nos moldes tradicionais, não mantendo o recluso escondido, mas sim vigiado, pois a vigilância constante, ou a impressão de sua existência, seria mais eficiente. Os detidos seriam mantidos separados entre si, o que evitaria os riscos da aglomeração e facilitaria o controle. “A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas”.(FOUCAULT, 1987, p. 177). O efeito merecedor de destaque dessa situação seria um estado de “consciência” da vigilância constante, o que garantiria um certo automatismo na manutenção do poder. Para isso, é fundamental que o cidadão se sinta vigiado, e que não o seja realmente, fabricando “efeitos homogêneos de poder”. Uma aposta numa submissão espontânea ao poder pela simples consciência da vigília constante.

Apesar de, a princípio, idealizado para as instituições ligadas à necessidade de reclusão de pessoas, um desejo de prisão perfeita, para Foucault, o modelo do panóptico iria além disso. Seria mais que um modelo ou projeto arquitetônico de acompanhamento de aprisionados, que serviria às necessidades de utilização política e funcionaria em vários tipos de relação, mesmo de não reclusão:

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado. (FOUCAULT, 1987, p. 181)

O que demonstra que o panóptico transcendeu à sua função original, auxiliando na aplicação do poder com mais eficácia, por prescindir de um número elevado de pessoas para controlar um número crescente de submetidos. Poder executado pela não-intervenção direta, mas pela espontaneidade das ações em

série. O modelo de panóptico passaria a ser exercido para além do espaço dos reclusos, dentro da própria sociedade e pelos próprios observados, que incorporariam os valores do vigilante.

Esse esquema demonstraria como exercer a disciplina em ambientes determinados para isso, como também, abertamente, na sociedade como um todo.

A disciplina apresentaria duas formas¹²: uma de exceção e outra de ampliação da vigilância. A ampliação da vigilância aconteceria necessariamente por um processo de redefinição do conceito de disciplina por sua inversão de funções, considerando que a necessidade inicial da disciplina era afastar os perigos, passando a exercer a faculdade de criar indivíduos cada vez mais úteis (trabalho, produção...), como na disciplina das fábricas; outro processo seria o de desinstitucionalização – no sentido de rompimento com apenas uma ou um pequeno grupo de instituições – da disciplina, que deixaria os ambientes específicos para coexistir em várias outras instituições ao mesmo tempo; e ainda o processo de apropriação pelo Estado dos processos disciplinares, que deixam de ser executados exclusivamente por instituições privadas (caso das prisões e hospícios da Inglaterra), para passarem ao controle também de instituições públicas, como a polícia e a administração.

As expressões desse exercício disciplinar passariam por diversos métodos, mas com o mesmo objetivo: exercer o controle da disciplina, ou transmitir a informação de quem o controla.

Mas as instituições a serviço da vigilância não seriam apenas as de óbvia identificação. Sendo um tipo de poder, a vigilância precisaria estar em toda parte, seja naquelas instituições por Foucault chamadas de fechadas (presídios, casas de correção) até o âmbito da família, do trabalho e do Estado, que garantiriam os efeitos de poder até nos mais distantes componentes da sociedade.

¹² Foucault define essas formas como disciplina-bloco e disciplina-mecanismo. A primeira seria aquela executada em instituições apropriadas, longe dos demais componentes da sociedade na intenção de fazer cessar o mal com imediatismo e precisão; a segunda serviria para aperfeiçoar os mecanismos de poder, baseado em coerções amplas, mas sutis e em critérios de eficácia. (FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.)

Haveria, numa analogia, uma inversão do papel do circo dentro da sociedade. Se no circo há uma multidão observando o espetáculo feito por uma minoria, na sociedade, a partir do panoptismo, haveria uma minoria observando a maioria. Indo mais além, Foucault afirma que, nesse caminho, o homem acabaria por se tornar parte da engrenagem de vigilância, sendo às vezes observado e às vezes observador, de acordo com as necessidades ditadas por quem exerce o poder.

A formação da chamada sociedade disciplinar passaria, com o andar dos tempos, a se constituir em todas as áreas e por diversos processos históricos.

Primeiramente ocorreu a extensão da disciplina a diversas áreas de atuação, no sentido de assegurar a ordem. Ordem que deixa de significar somente a obediência a determinações do poder físico, repressor, mas que se expande para outras áreas de evidente exercício de poder como a economia. Exemplo disso são as regras disciplinares das fábricas e oficinas para o aumento da produção e do lucro. O desenvolvimento econômico da sociedade ocidental capitalista estaria baseado no rompimento com as formas tradicionais e violentas de sujeição e na adoção de formas disciplinares amplas e eficientes, existentes nas diversas instâncias da relação humana, aplicadas sub-repticiamente.

Um exemplo da ampliação da sociedade disciplinar para além do campo da repressão física seria a formação do arcabouço jurídico das sociedades, que acaba servindo como tentáculo da imposição da disciplina, de maneira ainda coercitiva, porém não necessariamente violenta. Considerando-se que esta composição jurídica ocorra às vezes de forma injusta, mas legal. E essa composição não se refere somente ao campo do judiciário, mas também do legislativo (parlamento), que se constitui a partir de normas.

A sociedade disciplinar se daria cada vez mais numa relação de que a ampliação e o domínio do saber (vigilância, controle, métodos) determinariam a ampliação do poder.

Nesse sentido, são diversas as correntes, na teoria da comunicação, que expressam as possibilidades de controle das pessoas, seja as de cunho

psicológico, que analisam as relações pessoais do processo, seja as de cunho sociológico, responsáveis pela análise do processo dentro de relações sociais.

Destacam-se três correntes, que demonstram querer se aproximar da temática estudada por Foucault.

Originalmente, nos estudos sobre a comunicação de massa¹³, que se deram a partir, e principalmente, do advento do surgimento do rádio como veículo de massa, os meios de comunicação foram considerados capazes de manipular as pessoas indiscriminadamente. Essa concepção, que seria questionada futuramente, sofreu fortes influências do período em que foi desenvolvida. Então, o próprio fato do surgimento de um instrumento tão fascinante, como o rádio, para a época, somado à contingência de ter-se dado durante a prevalência de regimes de exceção na Europa – Alemanha de Hitler, Itália de Mussolini – e na Ásia com o império japonês, e ainda pela forte influência da psicologia behaviorista (estímulo-resposta) na academia, impôs aos primeiros estudiosos imaginar que os meios de comunicação tudo podiam, no sentido do convencimento das pessoas, porque era isso o percebido pelas pesquisas que analisavam, por exemplo, o sucesso das estratégias de comunicação alemãs na ótica da manipulação das massas por uma causa, o que se mostraria por demais equivocado no futuro. Essa possibilidade imaginada de controle sobre as ações das pessoas foi denominada “Teoria Hipodérmica”.

Par e passo com as descobertas científicas de que os efeitos da comunicação de massa não seriam tão previsíveis assim, porque estariam submetidos a outros fatores e valores que influenciam o homem, como a formação intelectual de cada um, o nível social, a idade, a religião etc, outras concepções teóricas sobre a comunicação se desenvolveram.

¹³ “A massa é constituída por um conjunto homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais” (WOLF 1992, p.20). Meios de comunicação de massa, portanto, são aqueles decorrentes da sociedade de massa e que servem à difusão de informação e conhecimento, com grande penetração em todos os níveis da sociedade, ou seja: na massa. Como exemplo, a TV e o rádio.

Em que pesem as críticas ao funcionalismo, por sua conotação positivista e pelo apego a previsões vistas como definitivas e imutáveis, numa clara alusão ao organicismo, os estudos sobre a comunicação sob essa influência foram por demais importantes e muito repercutiram e repercutem. Menos no sentido de se descobrir as funções específicas dos meios, e mais pelos resultados alcançados por um sem-número de pesquisas efetuadas sobre essa influência teórica.

Destaque entre os autores que introduziram a sociologia funcionalista nos estudos comunicacionais, o cientista social americano Harold Lasswell, muito conhecido por ter determinado um modelo de processo da comunicação (quem, diz o quê, por que canal, com que efeito) durante muito tempo considerado irrepreensível, foi pioneiro no sentido de apontar funções para o processo. Para ele, a comunicação obedeceria a três funções: a vigilância do meio, no sentido de revelar tudo o que ferisse o sistema de valores predominante; o estabelecimento de relações dentro da sociedade; e a transmissão da herança social. Percebe-se já aí uma aproximação temática entre este autor e a obra de Foucault, no sentido de privilegiar o aspecto da vigilância. Mas os funcionalistas iriam mais além, a partir dos estudos de Paul Lazarsfeld e Robert Merton, sugerindo o entretenimento como uma quarta função da comunicação.

Esses estudiosos apontavam, e de certa forma temiam, a chamada ubiqüidade dos meios de comunicação, aquela capacidade (potencial) de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, justamente pelas possibilidades de manipulação. Na sua obra, apontam outras funções e disfunções dos meios de comunicação. A atribuição de status e o reforço das normas sociais como funções e a disfunção narcotizante, como disfunção. Por sua orientação funcionalista, é como que se rejeitassem a disfunção, como se fosse uma aberração no processo que a princípio deveria ser estável.

A disfunção narcotizante se explica pelo desestímulo à ação social demonstrado pelo homem contemporâneo. Cercado de informações, o homem não se utiliza delas, trocando a participação ativa pelo conhecimento passivo. Como um narcótico, os meios de comunicação despejam tanta informação na mente dos homens que eles não sabem o que fazer com elas. Dá-se como

exemplo contemporâneo aquele cidadão que lê os jornais diários, ouve rádio, vê TV, tem acesso a revistas, mas continua repetindo padrões de comportamento, por assim dizer, conservadores, mantendo as relações de poder, por exemplo na hora das eleições, em que pode votar por conveniência ou parentesco, em detrimento do grande número de informações recebidas.

Essa concepção também se aproxima dos objetivos deste trabalho no sentido de que os meios de comunicação atuam como vigilantes das normas e mantenedores do controle, porque narcotizam o receptor e atuam como controladores das normas vigentes.

Outra postura em relação aos meios de comunicação, desta feita de orientação marxista, a chamada Escola de Frankfurt também pode ser relacionada com as perspectivas de controle a partir dos meios.

Para os frankfurtianos, os meios de comunicação de massa servem à manutenção da ordem vigente (portanto controle) à medida que reproduzem, mesmo nas produções hipoteticamente voltadas para o entretenimento, as relações sociais de dominação, indicando no dia-a-dia as normas a serem seguidas, a partir das reproduções das regras do mundo do trabalho.

Representada na análise das questões da comunicação principalmente por Max Horkheimer, Teodor Adorno, Walter Benjamin e Jurgen Habermas, a chamada Escola de Frankfurt, que surgiu na Alemanha, mas se refugiou na Suíça e nos Estados Unidos a partir das perseguições impostas pelo governo nazista de Hitler, tinha como dois dos seus principais eixos temáticos a crítica ao iluminismo e à, por eles denominada, indústria cultural.

Sobretudo no início da produção desses intelectuais, influenciados pelo marxismo heterodoxo presente no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, a crítica à utilização dos meios de comunicação de massa é preponderante. Para eles, o iluminismo – ou esclarecimento, movimento cultural ocorrido no século XVIII na Europa que visava libertar o homem da emoção, do misticismo, vigente até então, priorizando a esfera da ciência e da tecnologia para o bem-estar da sociedade, afirmando que os homens poderiam se aproveitar de seus próprios feitos – não determinou o efeito esperado. Os estudiosos de

Frankfurt afirmaram que, após o Iluminismo, houve um aprisionamento à racionalidade técnica e que a sociedade capitalista, em lugar de garantir a autodeterminação dos indivíduos, os submeteu à dominação econômica, sem condições de insurgirem-se contra o sistema estabelecido. Isso se deu, sob essa ótica, porque o domínio dos meios de produção estaria nas mãos de poucos.

Uma das formas de disseminação da dominação seria através dos meios de comunicação por intermédio da chamada indústria cultural, conceituada como a produção em série, a homogeneização e, em conseqüência, a deterioração de padrões culturais, determinando a perda da chamada aura das obras de arte, pela produção em larga escala dos bens culturais.

Para os teóricos de Frankfurt, grosso modo, os produtos dos meios de comunicação – cinema e rádio principalmente – não poderiam ser caracterizados como arte, pois tinham o objetivo precípua de enriquecimento e controle das ações da população. Esse controle aproxima-se da concepção da disciplina e vigilância exposta por Foucault. Na prática, mecanismos de imposição de padrões de dominação que poderiam atingir um sem-número de pessoas, com poucos recursos e alta eficiência.

Também na linha aqui adotada, o trabalho de Marshall McLuhan pode ser aproximado das concepções indicadas. Polêmico e até presunçoso, esse canadense naturalizado norte-americano, cuja obra repercutiu mais na América do que na Europa, apresentou conclusões sobre os meios de comunicação na década de 60 do século XX que ainda são muito debatidas contemporaneamente.

McLuhan, que considerava meio de comunicação tudo aquilo que possa vincular o homem a outro homem, como os transportes e o dinheiro, além dos meios tradicionais, afirmava, entre outras coisas, que até o surgimento da imprensa (Século XV) o homem vivia em sociedades em que a tradição oral era responsável pela disseminação do conhecimento, havendo bastante interação. Após a descoberta de Gutenberg, o homem passa a moldar seus padrões de conhecimento à linguagem impressa, o que o torna mais formal e disciplinado, desprezando um pouco a importância da interação humana, pois se detinha ao veículo impresso de forma conformista, o que nomeou por *Galáxia de Gutenberg*.

O desenvolvimento dos meios de comunicação eletrônicos, com sua capacidade de simultaneidade, encurtando distâncias e permitindo a transmissão de informações para muitas pessoas e lugares ao mesmo tempo, determina uma revolução, devolvendo ao homem a capacidade de interação que possuía antes da imprensa, pois poderia compartilhar experiências com diferentes culturas ou “tribos”. Esse movimento ele denominou de *Aldeia Global*.

A relação possível entre o pensamento de McLuhan e formas de vigilância, controle e imposição de disciplina é indicada pela possibilidade, para ele considerada concreta, de os meios de comunicação estarem em todos os lugares ao mesmo tempo (ubiquidade) e, com a mesma capacidade potencial de reaproximar o homem, apresentando condições para difundir intenções de dominação e vigilância, por exemplo, a partir do controle desses meios, com atuação em escala global.

2.1 Escola de Frankfurt e o Pensamento de Antonio Gramsci: excertos e fundamentação teórica

Afirmar que aqui se faz um grande aprofundamento no pensamento dos autores escolhidos seria valorizar por demais o trabalho de extrair concepções apresentadas nas obras dos teóricos da Escola de Frankfurt e de Antonio Gramsci. Esses intelectuais são merecedores de estudos exclusivos e aprofundados, como já se fez e provavelmente ainda se fará, para esclarecer as suas posturas e proposições. A intenção não é explicá-los, mas relacioná-los e utilizar o seu pensamento como base, como referência teórica.

Na busca desse referencial são extraídas das obras desses autores concepções intimamente ligadas ao(s) objeto(s) de estudo. A relação dos teóricos de Frankfurt com o pensamento gramsciano teve a sua gênese nos estudos para a dissertação de mestrado¹⁴, aqui ampliada e mais bem fundamentada. Importante

¹⁴ COUTO, Carlos Agostinho A. de Macedo. Indústria cultural e hegemonia: o poder público e a produção e disseminação de bens culturais em São Luís do Maranhão. São Luís, MA: 2003. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Maranhão, 2003. 100 fl.: il. + anexos.

destacar que em algumas passagens deste texto são feitas remissões aos estudos de mestrado quando absolutamente importante para a sua fundamentação e compreensão, mas sempre com atualização factual (dados) e teórica.

2.1.1 Diferenças e Proximidades

É algo corrente no meio acadêmico a afirmação de que o trabalho de Antonio Gramsci e o dos autores da Escola de Frankfurt (principalmente Max Horkheimer e Teodor Adorno) é conflitante. Como exemplo tem-se a posição de intelectuais de renome do Brasil, como Luís Werneck Vianna¹⁵:

A extrema originalidade da teoria gramsciana diante do pensamento então em voga, no marxismo e fora dele, encontra aí um dos seus momentos mais expressivos, que deve ser confrontado com a produção dos intelectuais da Escola de Frankfurt, principalmente Horkheimer e Adorno, que, após a derrota dos partidos operários na Alemanha hitlerista, mantiveram-se em atitude de desconfiança quanto ao moderno, que será responsável pelo *kulturpessimismus* a que concederam legitimidade teórica. Na ponta oposta, Gramsci, prisioneiro político da barbárie fascista, sem se entregar ao ceticismo, promove uma dura crítica da cultura europeia, com seus Estados sob a influência da ‘camada de chumbo’ de supra-estruturas parasitárias, ao mesmo tempo em que celebra o que há de moderno e tendente à universalização no fordismo-taylorismo da economia americana. (GRAMSCI, 2001, apresentação)

E Leandro Konder¹⁶:

¹⁵ Luis Werneck Viana é cientista político e professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Foi diretor do IUPERJ (1988-1999) e presidente da ANPOCS (2003-2004). É autor de *Liberalismo e sindicato no Brasil* (Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2000, 4a. ed), *Revolução passiva – iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro, Revan, 2004, 2a. ed) e co-autor de *Corpo e alma da magistratura brasileira* (Rio de Janeiro, Revan, 1997) e de *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro, Revan, 1999). Organizou a coletânea *A democracia e os três Poderes no Brasil* (Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2003), resultado da atividade do Instituto Virtual que coordenou, a convite da FAPERJ, entre os anos de 2001 e 2003.

¹⁶ Leandro Konder é filósofo e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Entre outros, publicou: *Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista* (1967), *Marx - Vida e Obra*. (1968), *O que é Dialética?* (1981), *Walter*

Luiz Werneck Vianna sublinha a originalidade da abordagem gramsciana da modernidade, sua disposição não só para criticá-la em seus aspectos negativos, mas também para reconhecer suas conquistas e assimilar seus aspectos positivos (evitando a unilateralidade da condenação veemente que se encontra, por exemplo, em Adorno e Horkheimer, pensadores clássicos da 'Escola de Frankfurt'). Gramsci observa que, na sociedade capitalista norte-americana, apesar das características intrinsecamente perversas do sistema, se constata a inexistência de 'classes absolutamente parasitárias', e isso se liga a um vigor extraordinário na indústria e no comércio. (KONDER, 2001)

Ambas as posturas decorrentes da análise da recente edição brasileira dos Cadernos do Cárcere.¹⁷

Essa posição leva à curiosidade acadêmica sobre a questão, considerando-se a importância intelectual dos professores citados. São tão evidentes assim as diferenças entre os dois pensamentos? Em nada se aproximam aqueles autores?

A bem da verdade, diferenças são perceptíveis na produção dos autores citados. O prolapado pessimismo dos teóricos de Frankfurt em relação à sociedade capitalista, compreendida como consequência do racionalismo iluminista, é evidente em várias obras, assim como a expectativa otimista de Gramsci em relação à possibilidade de evolução da sociedade no sentido de uma inversão hegemônica.

Um dos eixos temáticos da Escola de Frankfurt, a Dialética do Esclarecimento¹⁸, faz uma crítica ao Iluminismo, afirmando que, se de um lado o movimento trouxe o rompimento com o mundo mágico, ligado à emoção, ao misticismo, levando o homem a desenvolver-se e valorizar-se, por outro, a razão e a evolução tecnológica não libertaram o homem, não elevaram a sociedade a um estágio superior.

Benjamin: O marxismo da melancolia (1988), *Breve história das idéias socialistas no Brasil* (1995), *A questão da ideologia* (2002), *As artes da Palavra*. (2005)

¹⁷ Ver GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000 . 6V.

¹⁸ Obra de referência dos teóricos de Frankfurt da segunda fase, onde conceitos fundantes daquele pensamento são indicados, como a crítica ao Iluminismo e o conceito de Indústria Cultural. ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

A crítica se baseia no fato de que a racionalidade técnica na sociedade capitalista, em lugar de garantir a autodeterminação dos indivíduos, os submeteu à dominação econômica.

Conseqüência desse pensamento, criou-se o termo Indústria Cultural¹⁹, que trata – como já indicado – da produção em série, da homogeneização e da deteriorização dos padrões culturais, passando a exploração comercial dos chamados bens culturais a reforçar a dominação técnica, imposição do sistema, e a gerar passividade no público.

Os padrões teriam resultado originalmente das necessidades dos consumidores: eis porque são aceitos sem resistência. De fato, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. Os automóveis, as bombas, o cinema mantêm coeso o todo e chega o momento em que seu elemento nivelador mostra sua força na própria injustiça à qual servia. Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e do sistema social. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 114).

A partir desse conceito, sob a égide da mercantilização da cultura, desenvolvem-se discussões que, mesmo algumas vezes contrárias ao pensamento frankfurtiano, baseiam-se nos estudos iniciados por aqueles intelectuais. Membro da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, um dos principais destaques do grupo na Europa, na obra *O Homem Unidimensional*²⁰ pretendeu

¹⁹ Termo utilizado pela primeira vez em 1947 na obra *A Dialética do Esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno, visando a estabelecer uma diferença entre cultura de massa (vinda, para eles, da própria massa) e a cultura imposta pelos meios de comunicação (ver BENJAMIN, Walter et al. Textos escolhidos (os pensadores). 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983)

²⁰ Em “O Homem Unidimensional” (MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial - O Homem Unidimensional. 6a. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982). MARCUSE anuncia a anulação do pensamento crítico pela racionalidade instrumental, como afirma MATTELART (1999, p.81): “sob a aparência de um mundo cada vez mais modelado pela tecnologia e pela ciência, manifesta-se a irracionalidade de um modelo de organização da sociedade que subjuga o indivíduo, em vez de libertá-lo. A racionalidade técnica, a razão instrumental reduziram o discurso e o pensamento a uma dimensão única, que promove o acordo entre a coisa e sua função, entre a realidade e a

desmascarar as chamadas novas formas de dominação política, baseadas na racionalidade técnica.

Associam-se a essas idéias nomes como Jurgen Habermas, também frankfurtiano, que – mesmo considerando a existência de um *espaço público* de mediação entre o Estado e a sociedade que permitiria a discussão pública e a troca de argumentos entre os indivíduos – adota, na crítica à racionalidade técnica, as teses de Adorno e Horkheimer, pois, para ele: “Hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas enquanto tecnologia, e esta garante a formidável legitimação do poder político em expansão que absorve todas as esferas da cultura” (HABERMAS, 1983, p. 315).

Um ponto de vista contrário, embora baseado nas discussões da Escola de Frankfurt, dá conta de que aqueles pensadores não perceberam o potencial disseminador, conseqüentemente democratizante, do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e da propagação da cultura através deles. É tecida também uma crítica no sentido de que as discussões anteriores privilegiavam uma concepção de arte elitista, para poucos, representada por uma certa sacralização da obra de arte (portanto da cultura), que somente poderia ser compreendida pelas mentes mais “privilegiadas”, que entendiam que, no acesso dado às massas, não haveria ganho por parte dessas, mas desvalorização da arte, como produto comercial.

Componente da Escola de Frankfurt, Walter Benjamin começa a delinear essa crítica quando afirma que a reprodução, e disseminação através dos meios de comunicação, dos bens culturais determina a perda da chamada “aura” da obra de arte, no sentido de uma coisa única, singular, portanto disponível para poucos:

na época das técnicas de reprodução, o que é atingido na obra de arte é a sua aura. Esse processo tem valor de sintoma, sua significação vai além do terreno da arte. Seria impossível dizer, de modo geral, que as técnicas de reprodução separam o objeto reproduzido do âmbito da

aparência, a essência e a existência. Essa ‘sociedade unidimensional’ anulou o espaço do pensamento crítico.”

tradição. Multiplicando as cópias, elas transformam o evento produzido apenas uma vez num fenômeno de massas. (BENJAMIN, 1983, p. 8)

Esse pensamento indica que, se o conceito de indústria cultural determina um risco de padronização com objetivos econômicos e para o controle da sociedade, demonstra também uma certa nostalgia da produção cultural anterior às técnicas de reprodução, portanto de acesso restrito. Mesmo Habermas, que seguiu o pensamento principalmente de Adorno com maior rigor, admite uma concepção diferenciada da reprodução industrial da cultura quando supõe a existência de um espaço público, entendendo que o conjunto da sociedade tem uma capacidade potencial de restaurar suas formas de comunicação, independente da influência dos meios de comunicação de massa, o que fica claro no seu conceito de *agir comunicativo* como uma “interação mediatizada simbolicamente. Ela se rege por normas que valem obrigatoriamente, que definem as expectativas de comportamento recíprocas e que precisam ser compreendidas e reconhecidas por, pelo menos, dois sujeitos agentes.”(HABERMAS, 1983, P. 321)

Quanto à crítica à modernidade no pensamento frankfurtiano, denunciada pelos intelectuais brasileiros, suas evidências são constantes em diversas obras daqueles pensadores, com destaque para a já citada *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, que talvez fundamente originalmente a postura dita pessimista dos autores da Escola em relação à modernidade. O estudo foi desenvolvido durante o exílio dos teóricos de Frankfurt nos Estados Unidos, vinculados à Universidade de Columbia, em Nova Iorque, entre 1934 e 1950.

O moderno, o industrial, é criticado como uma deturpação do discurso iluminista. No Iluminismo, baseado na ciência e por meio da política, o homem rompe com o mito medieval, movimento marcado, por exemplo, pela separação

entre igreja e Estado ocorrida após a Revolução Francesa de 1789.²¹ Na prática, para o frankfurtianos, essa característica é deturpada:

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu *em-si* torna *para-ele*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 24).

A crítica à modernidade está baseada nessa visão original sobre o Iluminismo. A crítica específica à sociedade capitalista, por sua vez, é demonstrada através do estudo do desenvolvimento do capitalismo utilizando as sociedades alemã, no período entre-guerras, e americana como objeto. A realidade alemã serve de esteio para uma análise com um enfoque político em relação à dominação a partir da crítica à postura, e às conquistas, de Adolf Hitler e ao envolvimento da sociedade alemã com seu ideário. Já o exemplo americano, relaciona a relação exploração econômica X dominação.

Os autores citam abertamente o rádio como uma referência do projeto de persuasão nazista. Apresentando-se com um desinteresse aparente por não cobrar dos ouvintes nada pelos seus produtos culturais, o rádio contém, entretanto, na sua programação e forma de utilização, forte carga ideológica, responsável pela divulgação do ideário nazista: “os próprios nacional-socialistas sabiam que o rádio dera forma à sua causa, do mesmo modo que a imprensa fizera para a Reforma” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 149). A análise, porém, da disseminação dos chamados bens culturais é mais explícita na crítica à sociedade americana, que aborda, além do rádio, a TV e o cinema.

²¹ Citada aqui apenas como marco histórico, pois a Revolução Francesa não é estudada pelos frankfurtianos, nas obras destacadas para esse trabalho, como resultante do movimento iluminista. Discutem-se as conseqüências do Iluminismo sobre o homem e a sociedade.

Os exemplos citados, além das comparações com clássicos da ópera, do teatro e da música, são na grande maioria americanos ou produzidos por eles, como o cinema (Warners Brothers e Metro Goldwyn Mayer), música (jazz), personagens e artistas (Pato Donald e Greta Garbo, que, apesar de sueca, trabalhou em Hollywood), através dos quais se expressa o propalado pessimismo dos teóricos de Frankfurt e, onde também, se fundamenta a contradição entre esses intelectuais e Antonio Gramsci, no tocante à sociedade americana.

Isso se faz sem cerimônia, com referências diretas, como nos exemplos destacados, ou por citações específicas. Numa crítica ao esquematismo – resultante da percepção dos consumidores como simples material estatístico – do procedimento da indústria cultural, Adorno e Horkheimer comparam as produções cinematográficas americanas com os produtos de grandes montadoras de automóveis do país (no caso a Chrysler e a General Motors). Para eles, não há diferenças significativas entre o resultado ou efeito das produções. Se, de um lado, nos automóveis, as diferenças se reduzem à potência, número de lugares e acessórios, de outro, no caso do cinema, as diferenças se dão somente na quantidade de estrelas, no aparato técnico ou na opção de sedução psicológica, permanecendo inalterados os critérios de reprodutibilidade e uniformização.

Em outro momento tem-se:

Não é à toa que o sistema da indústria cultural provém dos países industriais liberais, e é neles que triunfam todos os seus meios característicos, sobretudo o cinema, o rádio, o jazz e as revistas. É verdade que seu projeto teve origem nas leis universais do capital (...), a dependência econômica em face dos Estados Unidos, em que se encontrou o continente europeu depois da guerra e da inflação, teve uma parte nesse processo. (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 124)

Essa explanação serve para demonstrar em que se baseiam os intelectuais, incluindo-se os brasileiros, que apontam as diferenças entre a postura da Escola de Frankfurt e o pensamento gramsciano, explicitando o suposto conflito.

De nenhuma maneira se pode considerar que a análise de Antonio Gramsci, por sua vez, da sociedade americana, e das questões da modernidade, seja acrítica. Com certeza, nem mesmo os autores que expõem as diferenças entre esse autor e os de Frankfurt têm essa concepção. Mesmo considerando a diferença de postura entre as visões, no tocante às características do desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, ambas as posturas são críticas. Uma importante diferença é a de que Gramsci se utiliza, na sua análise, de peculiaridades da sociedade americana para criticar a sociedade européia, notadamente a italiana. Os autores da Escola de Frankfurt não seguem essa linha.

Adorno e Horkheimer chegam a afirmar que o atraso político-tecnológico da Europa – herança do absolutismo – determinou, paradoxalmente, uma certa preservação dos bens e manifestações culturais em relação ao mercado. “Isso resguardou a arte em sua fase tardia contra o veredicto da oferta e da procura e aumentou sua resistência muito acima da proteção de que desfrutava de fato” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 124).

Já Gramsci tem uma outra compreensão. Para ele, a economia americana, leia-se concepção taylorista e prática fordista²², apresenta uma série de características dignas de nota, o que o faz compará-las com a situação político-econômica da Europa, analisando as determinações históricas dos problemas europeus, assim como as questões ligadas à sua contemporaneidade. O autor considera que “o americanismo e o fordismo resultam de necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática” (GRAMSCI, 2001, p. 241), ou um planejamento socialista da economia. Percebe-se aí a compreensão da experiência americana como um momento do desenvolvimento do capitalismo que contribuirá para a sua própria superação, expressando o pensamento marxista, pela ordem: capitalismo-socialismo-comunismo.

²² “O industrial americano Henry Ford (1863-1947) funda em 1903 a Ford Motor Company, que pouco tempo depois se tornaria a maior fábrica de automóveis do mundo. O fordismo assinala uma etapa fundamental na organização do processo produtivo industrial no capitalismo. Baseia-se na ‘organização científica do trabalho na fábrica’, teorizada por Frederic Winslow Taylor (1856-1915). O taylorismo propõe o estabelecimento de um processo de trabalho fundado na subdivisão racional dos movimentos e no acompanhamento sistemático dos tempos, visando assim a eliminar as peculiaridades individuais e a atingir uma standardização do desempenho”. (GRAMSCI, 2001, p. 367)

Nesse sentido, Gramsci reconhece as mudanças impostas pelo modelo taylorista-fordista como importantes e merecedoras de estudo. Segundo ele, o método americano é uma “forma moderníssima de produção e de modo de trabalhar” (GRAMSCI, 2001, p. 242), inconciliável, também para ele, com a “velha e anacrônica estrutura social-demográfica européia”. (GRAMSCI, 2001, p. 242).

As críticas à sociedade européia e às conseqüências de sua organização são evidentes no trabalho de Gramsci, notadamente na parte escolhida como objeto deste estudo. A comparação das experiências – européia e americana – demonstra o que, aqui anteriormente demonstrado, se pode chamar de celebração, por parte de Gramsci, do moderno e da experiência americana, ou do americanismo. O autor expressa uma profunda crítica ao modelo europeu pela sua conformação histórica, que gerou, por exemplo, “uma pequena e média burguesia de ‘pensionistas’ e ‘rentistas’” (GRAMSCI, 2001, p. 245), baseada na exploração da propriedade rural por burgueses urbanos, “em meação primitiva (ou seja, com o aluguel pago *in natura* ou em serviços) ou em enfiteuse” (GRAMSCI, 2001, p. 245), situação denominada por ele de parasitismo.

Exemplos também de parasitismo, segundo Gramsci, são os resultantes da forma de administração estatal, onde grande parte da população vive às custas do Estado, com aposentadorias precoces no setor público, em contraste com a situação dos operários e dos trabalhadores rurais. O status fornecido pela ligação com a igreja, no caso de parentesco com religiosos, é apontado também, numa demonstração da sua concepção de Estado Ampliado, como uma relação de parasitismo dentro da sociedade européia.

A experiência italiana é utilizada como exemplo, porém esse modelo se repetiria por todos os países da Europa e mesmo na Índia e na China.

Nos Estados Unidos, segundo Gramsci, a situação não se repete:

A América não tem grandes ‘tradições históricas e culturais’, mas tampouco está sufocada por esta ‘camada de chumbo’: é esta uma das principais razões – certamente mais importante do que a chamada riqueza natural – de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o

nível de vida de suas classes populares ser superior ao europeu. A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e pelo comércio a uma real atividade subordinada à produção. (GRAMSCI, 2001, p. 247).

Gramsci considera também que a crítica enunciada pelos europeus ao americanismo, taxando-o de grosseiro, brutal, mecanicista e contrapondo-o à tradição, é filosoficamente incorreta, contraditória.

Esta contradição pode explicar muitas coisas: por exemplo, a diferença entre a ação real, que modifica essencialmente tanto o homem como a realidade exterior (isto é, a cultura real), que é o americanismo, e o ridículo espírito de gladiador que se autoproclama ação e que só modifica as palavras e não as coisas, o gesto exterior e não o interior do homem. A primeira está criando um futuro que é intrínseco à sua atividade objetiva e sobre o qual se pretende não falar. O segundo, cria apenas fantoches aperfeiçoados, recortados segundo um figurino retoricamente prefixado, e que se reduzirão a pó quando forem cortados os fios externos que lhe dão a aparência de movimento e de vida. (GRAMSCI, 2001, p. 254)

O autor demonstra assim que críticas à realidade americana, impostas de certa forma aos países da Europa, são procedentes, embora não pelo enfoque adotado pelos críticos de então que comparavam a objetividade com a tradição.

Apesar das aparentes contradições apresentadas entre o pensamento dos teóricos da Escola de Frankfurt e de Antonio Gramsci, aqui expostas para demonstrar o que as fundamenta, interessa a este trabalho as congruências nas obras. Pontos em que se pode reconhecer proximidades no pensamento dos autores citados.

Um primeiro ponto em que se podem indicar proximidades reside em um formato teórico original frankfurtiano e indica que são esses autores os defensores da teoria crítica, radicalmente contrária à simples pesquisa administrativa²³ –

²³ Para os Frankfurtianos, a teoria crítica indicaria necessariamente a necessidade de os dados recolhidos em pesquisas indicarem sua dinâmica histórica, na inclusão da sociedade como um todo. Embora não se deva resumir a isto, a concepção de pesquisa administrativa fica clara no

“meras técnicas de pesquisa, de recolha, de classificação de dados” (WOLF, 1992 p. 72) – e credora de uma lógica crítica e atuante, como conceitua MARCUSE: “Os fins específicos da teoria crítica são a organização de uma vida em que o destino dos indivíduos seja dependente não já do acaso e da cega necessidade de incontrolados laços econômicos, mas da realidade programada das possibilidades humanas” (Apud WOLF, 1992, p. 73)

O que também se evidencia em ADORNO e HORKHEIMER:

A função da teoria crítica torna-se clara se o teórico e a sua atividade específica são considerados em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma. O desenrolar do confronto entre os setores mais progressistas da classe e os indivíduos que exprimem a verdade dela, e, além disso, o confronto entre esses setores inclusive os seus teóricos e o resto da classe, se entende como um processo de efeitos recíprocos, no qual a consciência desenvolve, junto com suas forças libertadoras, suas forças estimuladoras, disciplinadoras e violentas. O vigor deste processo se manifesta na possibilidade constante de tensão entre o teórico e a classe á qual se aplica o seu pensar. (ADORNO E HORKHEIMER, 1983, p.136)

Como os defensores da teoria crítica, esses intelectuais são, a princípio, adeptos da crença na mudança possível (assim como Gramsci), inclusive a partir da ciência. Se assim não fosse, redundar-se-ia em uma grande contradição.

Mas é de se admitir que, em relação às análises dos meios de comunicação, teóricos de Frankfurt como Adorno e Horkheimer, não são otimistas quanto à sua utilização dentro de uma ótica libertadora, e aí residem, principalmente, contradições e diferenças com as idéias de Gramsci, adiante indicadas.

Assim como os teóricos de Frankfurt, mas em menor escala tendo em vista o aqui exposto, Gramsci também estabeleceu críticas ao Iluminismo, ao analisar a

pensamento de Paul Lazarsfeld sobre como a essas pesquisas interpretam os *mass media*: “instrumentos utilizados para atingir determinados objetivos: vender mercadorias, elevar o nível intelectual da população ou melhorar a sua compreensão das políticas governamentais. Seja como for, a pesquisa tem por função tornar o instrumento comunicativo mais compreensível e conhecido para quem o quiser utilizar para uma finalidade específica, de modo a facilitar seu uso (Apud Wolf, 1992, p. 82)

política na França. Para ele, o movimento criou “uma série de mitos populares, que eram apenas a projeção no futuro das mais profundas e milenares tradições das grandes massas” (2000, p. 100), citando explicitamente o mito “simplista de um fantástico passado monárquico francês” (2000, p.100) para justificar as concepções revisionárias do movimento.

Do ponto de vista da mediação, Gramsci considera que a hegemonia determina uma direção intelectual e moral, devendo ser exercida no campo das idéias e da cultura, capacitando a classe subalterna à conquista do consenso, ou a dominante à manutenção do mesmo.

Nesse aspecto, uma rede articulada de instituições culturais, que servem à classe dominante como instrumento de repasse da sua ideologia, Gramsci nomeia de *aparelhos privados de hegemonia*, incluindo-se aí a Escola, a Igreja e os meios de comunicação, como acima exposto, que objetivam a persuasão, o convencimento, a subordinação passiva, por intermédio da ideologia, das classes objeto de exploração. o que demonstra que a direção desses aparelhos serve à dominação, por determinar um estado de passividade moral e política. Mas, sendo a concepção dialética, permite a compreensão de que a disputa pela hegemonia há de servir também às classes subalternas na busca da inversão para classe hegemônica, aí incluídas as formas de mediação, como os meios de comunicação, a Escola e a Igreja. O embate, a partir daí, teria que se dar nas instâncias econômica e política, mas também na esfera da cultura.

Nesses fundamentos, as obras dos teóricos de Frankfurt e a de Gramsci demonstram relações importantes, sob a ótica aqui apontada, e que podem ser explicitadas.

Na contramão das concepções pessimistas dos frankfurtianos está Walter Benjamin que, assim como Gramsci, considera a possibilidade de utilização de recursos (para Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia) capazes de inverter a lógica hegemônica. Mesmo reconhecido como um dos integrantes da Escola de Frankfurt, Benjamin, não compactua com a visão niilista de que os meios de

comunicação somente poderiam ser utilizados para a manutenção da ordem já estabelecida.

E ele cita o cinema como potencialmente desalienante, detentor de uma possibilidade revolucionária.

Na realidade, quando se considera uma estrutura perfeitamente ajustada ao âmago de determinada situação (como o músculo no corpo), não se pode estipular se a coesão refere-se principalmente ao seu valor artístico, ou à exploração científica passível de ser concretizada. Graças ao cinema – e aí está uma de suas funções revolucionárias – pode-se reconhecer, doravante, a identidade entre o aspecto artístico da fotografia e o seu uso científico, até então amiúde divergentes.

Procedendo ao levantamento das realidades através de seus primeiros planos que também sublinham os detalhes ocultos nos acessórios familiares, perscrutando as ambiências banais sob a direção engenhosa da objetiva, se o cinema, de um lado nos faz enxergar melhor as necessidades dominantes sobre nossa vida, consegue, de outro, abrir imenso campo de ação do qual não suspeitávamos. (BENJAMIN, 1983, p. 22)

O domínio das técnicas de concepção das obras de arte também poderia estar a serviço de uma lógica de transformação, como afirma FERREIRA JÚNIOR:

Benjamim aponta para a importância até mesmo da imprensa no sentido de colocá-la como instância determinante sem a qual a idéia de autor como produtor não se completaria.

Mesmo reconhecendo que a imprensa, na sociedade capitalista, encontra-se nas mãos do capital, o pensador alemão não escamoteia nem diminui a importância de manejar um instrumento que proporciona um processo de experimentação intensa [...]. Em síntese, Benjamim deixa claro o papel da técnica como elemento definidor de uma localização dentro da estrutura social, mas posiciona-a também como agente transformador da realidade, embutindo novos progressos materiais. (BENJAMIN, 2003, p. 42-43)

O que é ratificado na obra de Benjamim: "o autor como produtor experimenta – à medida que ele experimenta a sua solidariedade com o proletariado – imediata solidariedade com certos outros produtores que antes não significavam muito para ele". (BENJAMIM, 1991, p. 195)

Esse autor, porém, teve vida breve²⁴ e, apesar de cada vez mais estudado e reconhecido, não conviveu com o período mais crítico dos intelectuais da Escola de Frankfurt, aquele passado nos Estados Unidos por conta da perseguição nazista e no qual se criou a expressão e o conceito indústria cultural. Mas aqui se defende que, mesmo com os autores considerados mais pessimistas, proximidades podem ser apontadas.

Uma primeira relação entre os autores seria a base teórica de que partiram. Tanto os intelectuais da Escola de Frankfurt – principalmente da sua primeira fase, fundada por Carl Gruenberg, até o período em que foi dirigida por Adorno, no final da década de 1960 – quanto Antonio Gramsci apresentam o marxismo como fundamento teórico, neste último ilustrado através dos estudos sobre a filosofia da práxis. Mas as proximidades não se resumem a esse ponto.

Se tanto os frankfurtianos quanto Gramsci analisam os aspectos econômicos que influenciam as sociedades, nos estudos do autor italiano pode-se encontrar referências diretas a um dos objetos específicos dos estudos sobre a indústria cultural: os meios de comunicação, tão caros aos estudiosos alemães.

A arte da imprensa (...) revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional. Nesta investigação, portanto, está implícita outra, a das modificações qualitativas, além das quantitativas (extensão de massa), trazidas ao modo de pensar pelo desenvolvimento técnico e instrumental da organização cultural.

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva

²⁴ Nasceu em Berlim. Estudou filosofia. Em 1919, morando na Suíça, escreveu sua tese de doutorado: *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão*. Pensando numa carreira universitária, apresentou em 1923 sua tese de livre-docência: *A Origem do Drama Barroco Alemão*, que foi recusada. Mesmo assim, manteve-se ligado aos teóricos marxistas da Escola de Frankfurt (Adorno, Marcuse, Fromm). Foi interlocutor de Brecht e Scholem. Com a ascensão do nazismo, saiu da Alemanha. Na Dinamarca, escreveu "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica". Em Paris, estudou a poesia de Baudelaire e alimentou o projeto de um livro que se intitularia: *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*; e o projeto que pretendia examinar o desenvolvimento das arcadas e dos novos distritos de compras na cidade de Paris, que se chamaria *Passagens Parisienses - Das Passagenwerk*. Em 1940, quando as tropas alemãs entram na cidade, Benjamin foge, mas quando descobre que é impossível atravessar a fronteira franco-espanhola, suicida-se. Alguns obras: *Via de Mão Única* (1928); *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica* (1936); *Paris, Capital do século XIX*; *Teses Sobre o Conceito de História* (1940); *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão*; *Origem do drama Barroco alemão*.

enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural). (GRAMSCI, 2001, p. 67).

Os conceitos, por assim dizer, se confundem sob essa ótica. Já se percebem aí proximidades entre os dois discursos.

Tais concepções demonstram o papel fundamental que o embate cultural tem, ou pode ter, na manutenção da realidade, como também na construção de uma outra. Nesse campo, a disseminação de bens culturais através dos meios de comunicação poderá estar a serviço de uma ou outra realidade, considerada a disputa pela conquista da hegemonia, assim como pela manutenção da mesma.

Nesse ponto, mais uma vez, os discursos se relacionam.

Gramsci, mesmo considerando que havia algumas condições preliminares na sociedade americana, como a falta da chamada tradição histórica e a inexistência de relações parasitárias, reconhece que essas condições, apesar de apresentarem facilitadores, não foram suficientes para determinar o desenvolvimento do capitalismo como se deu, sendo necessário “racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política)” (GRAMSCI, 2001, p. 247), afirmando ainda que “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”. (GRAMSCI, 2001, p. 248). Na sociedade de massas a estrutura domina as superestruturas, racionalizando-as.

Quais seriam, ou poderiam ser, esses intermediários profissionais da política e da ideologia citados por Gramsci?

Para os teóricos de Frankfurt, os meios de comunicação de massa.

E a racionalização, decorrente do domínio das superestruturas pela estrutura, como em Gramsci, também é demonstrada pelos frankfurtianos:

Se, em nossa época, a tendência social objetiva se encarna nas obscuras intenções subjetivas dos diretores gerais, estas são basicamente as dos setores mais poderosos da indústria: aço, petróleo, eletricidade, química. Comparados a esses, os monopólios culturais são fracos e dependentes. Eles têm que se apressar em dar razão aos verdadeiros donos do poder para que sua esfera na sociedade de massas (...) não seja submetida a uma série de expurgos. A dependência em que se encontra a mais poderosa sociedade radiofônica em face da indústria elétrica, ou a do cinema relativamente aos bancos, caracteriza a esfera inteira, cujos setores individuais por sua vez se interpenetram numa confusa trama econômica..(ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 115).

Pode-se concluir, até de certa forma elementarmente, que os meios de comunicação de massa estudados pelos autores de Frankfurt atuam como intermediários da ideologia (ou aparelhos privados de hegemonia), no conceito de Gramsci. Proximidades, portanto, que se percebem na comparação das obras.

O que fundamentalmente aproxima os pensamentos até aqui expostos é a concepção de que a persuasão e o controle ideológico, cuja gênese está no campo do trabalho e da produção, ocorrem em outras esferas ou instâncias que não necessariamente o ambiente da fábrica.

Gramsci aborda a conquista, ou manutenção, da hegemonia, para além dos campos específicos do trabalho, ao reconhecer que a difusão do pensamento e prática do americanismo se vale de valores e instituições, em rápida análise, que não teriam, a princípio, esse fim. Em contraposição à tradição européia da maçonaria e dos jesuítas, os americanos se utilizam do Rotary Club e da Associação Cristã de Moços para difundir a necessidade de racionalização da produção e para contribuir com a criação de um novo homem, adequado ao tipo de trabalho e de processo de produção originados pelo taylorismo-fordismo. Essa forma de atuação reflete a concepção weberiana²⁵ de racionalismo, assentada no ascetismo protestante.

Outras estratégias de atuação seriam, por exemplo, a centralização do valor da família no aspecto produtivo, a concepção puritana da questão sexual e o apoio à proibição do consumo de álcool, através da “lei seca” (instituída em 1919 e

²⁵ Ver WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1998.

revogada em 1933). No âmbito da família, os industriais teriam interesses na manutenção dos padrões conservadores de constituição, o que contribuiria para uma melhor performance no trabalho, evitando-se desvios românticos que pudessem permitir a falta de concentração profissional; outro aspecto relacionado é o de que a questão sexual, onde a vida familiar e puritana são consideradas ideais, deve ser encarada como um aspecto específico das questões econômicas, do ponto de vista da manutenção de padrões de higiene e saúde, por exemplo, importantes para o processo produtivo. Deriva dessa questão a forma como a mulher é encarada: se não pode ser vista como um objeto de fantasia e diversão, por um lado, por outro é considerada uma reprodutora, mantenedora da ordem familiar, com atuação sistêmica no capitalismo. Já o consumo de álcool, por contribuir para a destruição ou danificação da força de trabalho, passa a ser visto como um outro problema dentro do processo produtivo, chegando a luta contra o consumo a ser reconhecida como função do Estado, menos por uma questão de saúde pública, mais por suas conseqüências para o mundo do trabalho, como o aumento do absenteísmo e a menor capacidade de produção.

Adorno e Horkheimer também abordam a utilização de outras estratégias, como a exploração de bens culturais pelos meios de comunicação de massa, para controle ideológico, para além do campo do trabalho, embora nele se origine. Um primeiro aspecto é o da contraposição entre a chamada “arte burguesa” e a “arte séria”. Esta é entendida como fiel pela liberdade em relação à universalização, aquela considerada um escárnio para tornar contentes os trabalhadores quando longe das máquinas, sendo a diversão considerada um prolongamento do trabalho. A padronização e a repetição dos bens culturais serviriam também como formas de controle, determinando a apreensão de discursos pela constante exposição às mesmas formas e conteúdos.

Outro aspecto é a opção de estratégia psicológica de atuação, em que os personagens são expostos, sutilmente, como na vida comum, embora com um enredo ficcional, na tentativa de ratificar a necessidade de adaptação às regras do trabalho e a não contestação, com o objetivo de sugerir um caráter de normalidade ao processo.

Essa concepção de que os bens culturais são, ou podem ser, utilizados no controle social, como forma de conquista e persuasão, derivada de Frankfurt; o reconhecimento de que a conquista da hegemonia se dá também em outras esferas que não unicamente a do trabalho, oriunda de Gramsci; assim como a concordância de que os meios de comunicação são largamente utilizados com vistas à difusão de opiniões e ideologia é o que, como exposto, parece querer aproximar os pensamentos.

A exposição aqui proposta, portanto, aponta relações entre os pensamentos dos autores elencados, como vê Francisco de Oliveira²⁶, outro intelectual brasileiro de renome, ao analisar a obra de Gramsci.

Que dizer de suas reflexões sobre o Estado, que dizer de suas reflexões originais sobre 'americanismo e fordismo', em que sintetiza os opostos da produção e da cultura – muito próximo dos frankfurtianos –, antecipando as novas formas da hegemonia norte-americana exatamente porque elas carregavam as novas formas de produção? Gramsci não tem modelos: tem conceitos, cuja paciência infinita – uma de suas heranças hegelianas – interroga, constante e incansavelmente, o real que se põe diante deles. (OLIVEIRA, 2000)

Embora apresente uma visão mais otimista das relações dos meios de comunicação com a sociedade e da possibilidade de utilização daqueles de uma maneira mais efetiva do ponto de vista da formação política da população (o que de certa forma rompe com o pessimismo frankfurtiano de Adorno e Horkheimer), o pensamento gramsciano não pode ser considerado radicalmente conflitante com o dos pensadores de Frankfurt. O fato de estes intelectuais apresentarem previsões menos ou mais otimistas em relação ao futuro não implica necessariamente um conflito, visto que há, como exposto, pontos convergentes nas obras, como também pelo fato de que os pensadores não são obrigados a chegar a conclusões idênticas ou a ter as mesmas expectativas.

²⁶ Professor titular de sociologia do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e ex-presidente do Cebrap-SP (1993-95). Publicou, entre outros, os livros: *Os sentidos da democracia* (organizado com Maria Célia Paoli, Vozes, 1999), *A economia da dependência imperfeita* (Graal, 1995), *Collor, a falsificação da ira* (Imago, 1993), *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (Vozes, 1990), *Elegia para uma religião* (Paz & Terra, 1988), *O elo perdido* (Brasiliense, 1986).

Cabe se salientar que uma diferença importante é a possibilidade prevista em Gramsci, e aparentemente inexistente nos autores de Frankfurt, de as classes subalternas inverterem o processo de hegemonia a partir, inclusive, da conquista dos chamados *aparelhos privados de hegemonia*, então nas mãos e a serviço das classes dominantes. Mas as concepções coincidentes de que o controle da sociedade, numa acepção de classe, embora originária da e na exploração do trabalho, desenvolve-se para além desse campo, utilizando-se de recursos diversos para aquele fim, aponta para uma aproximação nos discursos de Gramsci e dos frankfurtianos, mostrando que, onde às vezes parece improvável, pode haver convergência na aparente antinomia.

2.1.2 Gramsci, Jornalismo e Comunicação

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci dedica um deles (de nº 24) exclusivamente para o debate do tema jornalismo (GRAMSCI, 2004, p. 195), a partir dos escritos que são caracterizados como cadernos especiais (que tratam de temas específicos). Por si só, essa condição demonstra a profunda relação do autor com o tema e, mais, o reconhecimento da importância dos meios de comunicação nas sociedades.

Não se resumem a este volume e capítulo, entretanto, as referências do autor sobre a temática afeita à comunicação social. No caderno 7 dos *Cadernos Miscelâneos* (Vol 3 na edição brasileira) o autor refere-se à opinião pública informando que, à sua época, a imprensa marrom²⁷ e o rádio, nos locais em que já estava bem difundido, eram os responsáveis pela perturbação da direção normal

²⁷ A expressão tem origem nas tiras (desenhos em quadrinho) do personagem *Yellow Kid* publicadas no jornal *New York World*, de Joseph Pulitzer – que rivalizava com o *New York Journal*, de William Randoulph Hearst – e identifica o jornalismo sensacionalista. Conhecido como imprensa amarela nos Estados Unidos, no Brasil, o jornalismo sensacionalista é chamado de imprensa marrom, a partir de uma definição publicada no jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, em 1960, porque os editores achavam a cor marrom mais adequada para expressar a sensação que se tem diante de sensacionalismo, escândalos etc.

da opinião pública, direção esta que deveria ser determinada pelos partidos organizados e definidos em torno de programas de ação. Gramsci reconhece esses meios de comunicação como possíveis responsáveis – por suscitarem “extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictícios” (GRAMSCI, 2000, p. 270) – pela possibilidade de alteração no perfil emocional dos eleitores a ponto de influenciar no resultado de eleições, mesmo se tratando de uma decisão passageira e, como dito, resultado da influência dos meios.

No Caderno 16 (Temas de Cultura), desta feita tratando dos temas oratória, conversação e cultura, Gramsci, citando os sofistas gregos, reconhece que a conversação e a oratória são capazes de persuadir o ouvinte. Ele afirma que os jornais muito se aproximam, nos seus artigos, da oratória e da conversação, pelo seu caráter improvisado, apressado, semelhante aos discursos de comício. Na contemporaneidade, a pressa no fechamento das edições, principalmente nos jornais diários e nos noticiários de rádio e TV, também é uma realidade, movida pela necessidade de cumprimento de horários para envio do material à gráfica, ou para a edição de imagens e áudios. Deve-se resguardar, no entanto, o fato de os aparatos tecnológicos da época da execução dos escritos não permitirem produções mais bem preparadas dos veículos impressos, ratificando essa imagem de produção apressada revelada pelo autor.

Reconhecendo uma certa evolução no desenvolvimento da civilização no tocante à oratória e à retórica, Gramsci afirma que, par e passo com essa evolução, os meios impressos de comunicação, no que ele determina identificar como “a arte da imprensa” (GRAMSCI, 2001, p, 67) revolucionaram o mundo cultural, subsidiando a memória (capacidade mnemônica) e favorecendo uma grande expansão da atividade educacional. Ainda tratando do tema, é feita uma comparação entre os meios impressos (jornais), o teatro e os meios eletrônicos (por ele identificados como meios de comunicação falada), com ênfase na rapidez de difusão desses últimos:

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva

enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema, e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural), mas na superfície, não em profundidade. (GRAMSCI, 2001, p. 67)

Ainda no caderno citado acima, é feita uma referência aos jornalistas, em alusão à atuação dos intelectuais tradicionais, o que tanto demonstra a importância da atuação desses profissionais na compreensão gramsciana, quanto nos aponta que essa atuação não pode ser entendida contemporaneamente como ação isolada dos jornalistas. Deve referir-se à atuação dos meios de comunicação, visto que, na sua maioria, os jornalistas da atualidade representam essas empresas e operam por elas, boa parte das vezes sem identificação do profissional, e sim do veículo.

Para Gramsci, o tipo tradicional de intelectual é vulgarizado no papel do literato, do filósofo, do artista. Para ele, os jornalistas acham-se os “verdadeiros” intelectuais, pois acreditam ser literatos, filósofos e artistas.

Referindo-se à organização da estrutura ideológica da classe dominante, o autor afirma que a parte dessa organização que deve merecer maior consideração, e que apresenta maior dinamismo, seria a que ele qualifica de setor editorial em geral: “editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apóiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filosóficas, de divulgação etc, periódicos diversos até os boletins paroquiais” (2004, p. 78). Essa conceituação indica a compreensão de que o autor quer referir-se aos meios de comunicação como um todo, não exclusivamente aos jornais, considerando-se a estrutura dos meios de sua época.

A imprensa (ou os meios), como dito, é vista como a mais dinâmica parte da estrutura ideológica na qual se incluem as bibliotecas, as escolas, os clubes, a arquitetura etc.

Há uma clara referência na obra que identifica a relação jornalistas/meios de comunicação, no sentido de que a ação daqueles (jornalistas) deve ser compreendida como a desses (os meios) na atualidade, ou seja, os termos jornal

e jornalista aparecem como a expressão do que consideramos mídia ou meios de comunicação de massa, no tocante à ação. Gramsci chama isso de jornalismo integral: “que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (2004, p. 197).

Os *Cadernos do Cárcere*, embora ricos na apresentação de aspectos de vários países e mesmo regiões do mundo, expõem como base a realidade italiana, o que se justifica tendo em vista as próprias experiências locais do autor, como também pelo tempo em que passou preso, estudando e escrevendo, sem acesso físico a outros países. Nesse sentido, são apresentadas análises específicas sobre veículos daquele país (jornais, revistas, boletins) e, com bastante ênfase, as relações e influências do catolicismo sobre eles.

Genericamente, entretanto, podem-se extrair vários outros posicionamentos do autor que interessam a este trabalho.

Entre eles a distinção entre jornal de informação ou “sem partido” explícito e jornal de opinião, que representa oficialmente um partido político ou idéia. O primeiro destinado às massas populares e o segundo dedicado necessariamente a um público restrito (GRAMSCI, 2004, p. 199). Nessa análise, Gramsci esclarece que os jornais vistos como sem partido explicitamente, ao mesmo tempo em que não são os órgãos oficiais de determinado posicionamento político, podem atuar em favor desse posicionamento, quando não apresentam dados contra a sua doutrina e moral e defendem as suas idéias.

Outro esclarecimento interessante se dá na definição de jornal de Estado, referindo-se ao que se chamaria hoje de propaganda oficial, ou institucional específica relativa ao Estado ou a governos. Gramsci cita a tentativa de Napoleão III de fazer do Diário Oficial um jornal modelo, de distribuição gratuita (enviada aos leitores), com a participação de figuras ilustres do seu tempo, mas que evitaria as polêmicas, que seriam exploradas apenas pelos jornais particulares.

A concepção de jornal de Estado é logicamente ligada às estruturas governativas não liberais (isto é, àquelas nas quais a sociedade civil se confunde com a sociedade política), sejam elas despóticas ou democráticas (ou seja, quer naquelas onde a minoria oligárquica pretende ser toda a sociedade, que naquelas onde o povo indiferenciado pretende e acredita ser verdadeiramente o Estado). Se a escola é de Estado, por que não será de Estado também o jornalismo, que é a escola de adultos? (GRAMSCI, 2004, p. 229)

Gramsci apresenta ainda posições sobre a atuação dos jornalistas, redatores, editores, tipos de matérias, deveres do jornalista, muito baseado na realidade da Itália. Porém, alguns aspectos analisados chamam a atenção em relação ao aqui detalhado. Trata-se da análise da informação enquanto mercadoria e sobre as características dos leitores. Para ele, no que chama de jornal moderno, não existe empresa editorial séria sem a organização da venda visando ao cliente, que deve ter ligação com a orientação ideológica, com a “mercadoria” (grifo dele) vendida. Para o autor, o verdadeiro diretor de um jornal moderno é o diretor administrativo e não o chefe da redação (2004, p. 247). Esse aspecto demonstra mais uma proximidade, como destacado acima, com o pensamento frankfurtiano, nesse caso no tocante à exploração comercial dos bens culturais.

Os leitores, nessa ótica, devem ser considerados tanto como indivíduos com capacidade para adquirir as publicações, o que ele chama de elemento econômico, quanto maleáveis (dúcteis) e suscetíveis à transformação ideológica determinada, também, pelos meios de comunicação, definidos como elementos ideológicos.

Outra abordagem do pensamento de Antonio Gramsci que, se não respeita especificamente à utilização dos meios de comunicação na difusão ideológica como aqui priorizado, demonstra a atualidade do seu pensamento, é a sua posição sobre as escolas de jornalismo.

O debate existente hoje no Brasil sobre a obrigatoriedade ou não do curso superior específico para o exercício profissional do jornalismo²⁸ move paixões corporativas, análises teóricas e posicionamentos jurídicos. Para Gramsci as escolas de jornalismo, mesmo compreendidas por ele como escolas de propaganda política geral, são essenciais, assim como a formação específica:

O princípio de que o jornalismo deva ser ensinado e que não é racional deixar que o jornalista se forme por si mesmo, de modo casual, através da pura 'prática', este princípio é vital e se imporá cada vez mais, à medida que o jornalismo [...] vier a se tornar uma indústria mais complexa e um organismo civil mais responsável. (GRAMSCI, 2004, p. 212)

Na discussão contemporânea inclui-se o fato de que, um pouco diferente da concepção gramsciana, a formação do jornalista não se daria, na hipótese de não exigência do curso superior específico, como uma casualidade; mas seria fruto da formação nas próprias empresas de comunicação, apontando para a disseminação de vícios, diminuição do senso crítico e maior vinculação com a empresa e dirigentes, inclusive pelo componente econômico-financeiro (salários), do que com a sociedade.

Sem esgotar o conteúdo sobre as relações entre o pensamento de Antonio Gramsci, a atuação jornalística e os meios de comunicação, o esclarecimento dos aspectos levantados é de grande valia como fundamentação da opção teórica aqui adotada.

2.2 Partidos Políticos e Meios de Comunicação

²⁸ Definida no Decreto 83.284, de 1979, a exigência de formação superior específica para o registro profissional e o pleno exercício da profissão de jornalista foi derrubada em outubro de 2001 por força de liminar concedida pela Justiça Federal. Após ampla campanha dirigida pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), com o apoio de sindicatos, estudantes, escolas e professores da área, no julgamento do mérito da questão, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu, em acórdão publicado em 26 de outubro de 2005, manter a obrigatoriedade da formação superior específica, acabando com os efeitos restritivos da liminar. Recurso impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) no final de 2006 restabeleceu liminar retirando a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão e está à espera de julgamento definitivo.

O posicionamento de Perseu Abramo e Fábio Konder Comparato no tocante aos partidos políticos e aos meios de comunicação, acima indicados, pretendem dar conta da relação dessas instituições e a contemporaneidade. Os autores apresentam a proximidade aparente entre os meios de comunicação e os partidos na realidade brasileira, caso de Abramo, e a relação atual percebida entre os intelectuais orgânicos e os meios de comunicação, caso de Konder Comparato. Este último chega a apontar uma “mudança” (2000, p.188), característica da atualidade, na classificação gramsciana de intelectuais orgânicos, pela qual “grandes órgãos de comunicação de massa” (2000, p.188) assumem o papel dos intelectuais autônomos.

Sem prejuízo para a capacidade intelectual dos pensadores brasileiros (que, inclusive, não escondem a influência sofrida do autor italiano), entretanto, na obra do próprio Gramsci essa relação já estava indicada, respeitando-se as características de cada época.

Os *Cadernos do Cárcere* apresentam a definição dada por Gramsci ao partido político (chamado por ele de partido político moderno), na qual se expressa uma relação direta da atuação dos partidos com a dos intelectuais. O partido teria, em alguns casos, a função precípua de formar os quadros de intelectuais de determinados grupos. Para todos os grupos, porém, o partido é, necessariamente, o lugar de “soldagem” entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais, uma função dos partidos considerada fundamental dentro de um grupo social “nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes” (2004, p 24). Para ele, embora obedecendo a uma gradação de importância e influência, os membros de um partido político devem ser considerados intelectuais e cumprir a sua função “que é diretiva e organizativa, isto é, intelectual” (2004, p 25).

Se considerarmos que se pode relacionar o papel dos meios de comunicação contemporâneos com o papel dos jornais da época dos escritos de Gramsci, está clara, também, em sua obra a relação dos meios de comunicação

com os partidos políticos. Examinando a atuação dos jornais *Times*, na Inglaterra e *Corriere della Sera*, na Itália, como também da imprensa considerada apolítica, como a esportiva e a especializada, Gramsci conclui que “um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partidos’ ou ‘funções de determinados partidos’” (2000, p. 350). Chamando a atenção para o aspecto de que nas experiências totalitárias isso é uma particular realidade, pois o partido (único), além das funções políticas, assume funções “técnicas, de propaganda, de polícia, de influência moral e intelectual” (2000, p. 350).

Nesse sentido, os jornais (para nós os meios de comunicação) cumpririam duas funções, uma informativa e de direção política geral e outra de cultura política, incluindo as críticas literária, artística e científica. Os veículos considerados por Gramsci seriam, nesse caso, aqueles de grande circulação e sem vinculação direta, ou aberta, com os partidos. Eram jornais tradicionais e não criados como porta-vozes exclusivos de partidos.

Citando o exemplo italiano, Gramsci afirma que “não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos” (2004, p. 218). Cita ainda que essa estratégia compreende uma ligação mais estreita com correntes políticas, caso do *Corriere della Sera*, ligado aos industriais e de vertente liberal, como também uma difusão de veículos ligados a uma corrente em várias áreas da sociedade, ou direcionados para frações de classe. Como exemplo as representações ligadas no discurso ao Partido Liberal Democrático que influenciava veículos direcionados aos trabalhadores (*La Stampa*, de Turim), como também aos industriais nacionalistas (*La Tribuna*, de Roma) e a setores da classe média (*Il Mattino*, de Nápoles). Essa conjunção de interesses políticos e veículos de comunicação, Gramsci chama de “truste jornalístico” (2004, p. 218).

O estudo da realidade maranhense depende, entretanto, além do suporte teórico apontado, da compreensão da temática relacionada aos partidos, aos meios de comunicação e à possibilidade atual de controle da sociedade. Sobre a

última temática, Perseu Abramo faz uma indagação: “por que os empresários da comunicação manipulam e distorcem a realidade?” (2004, p. 42) A resposta estaria em duas instâncias: a lógica econômica e a lógica do poder político.

A explicação econômica para a manipulação identifica duas vertentes: uma que responsabilizaria o atrelamento dos meios de comunicação à figura do anunciante, que teria o poder de influenciá-los, direta ou indiretamente, quando os interesses comerciais estariam acima dos interesses jornalísticos; outra explicação seria a que imputa ao empresário da área, e à sua ambição pelo lucro, a manipulação da informação. Nesse caso, a distorção das informações obedeceria a um desejo do empresário de manter ou aumentar a sua clientela, que precisaria ser agradada por meio das informações, mesmo que não verdadeiras.

Abramo indica ainda a lógica política, a lógica do poder (mesmo que submetida à lógica econômica do capitalismo) como explicação pela manipulação da informação, pois os órgãos de comunicação se transformam em novos órgãos de poder, o que explicaria a manipulação e a tentativa de controle social.

2.2.1 Política e Comunicação como Instituições: a percepção da sociedade

No tocante à área de pesquisa – no caso à parte relacionada com os meios de comunicação –, Antonio Gramsci aponta, como visto, que a parte mais importante da “frente’ teórica ou ideológica” (2004, p. 78) que os setores dominantes precisam desenvolver para a manutenção do poder é o que ele chama de setor editorial em geral: “editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apóiam em uma determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação etc” (2004, p. 78). O autor indica ainda a necessidade de se particularizar (delimitar) a área de estudo porque, como visto mais acima, “seria mastodôntico um tal estudo, se feito em escala nacional” (2004, p. 78), exprimindo a conveniência da particularização do objetos em

estudo. Essa posição serve de base para a opção aqui tomada, embora os dados de âmbito nacional tenham muito a dizer neste caso.

Gramsci afirma ainda que a imprensa (que nós, como dito, compreendemos como os meios de comunicações atuais) é a “parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, mas não a única” (2004, p. 78), pois pode fazer parte dela tudo aquilo que tem a possibilidade de influenciar a opinião pública²⁹. Nesse sentido, expõem-se aqui dados relativos à política, aos partidos políticos e aos meios de comunicação do estado (após inserção de dados relativos à temática no contexto nacional), na compreensão de que são parte dessa estrutura que influencia o público.

Os dados relativos à constituição partidária no Brasil, à atuação dos políticos e à forma de distribuição e consumo dos meios de comunicação antecipam a compreensão de que a área política passa por problemas, alguns mesmo institucionais, e de que há poucos emissores e muitos receptores dos produtos comunicativos, principalmente dos meios de comunicação eletrônicos. Isso se reflete na relação da sociedade com essas instituições.

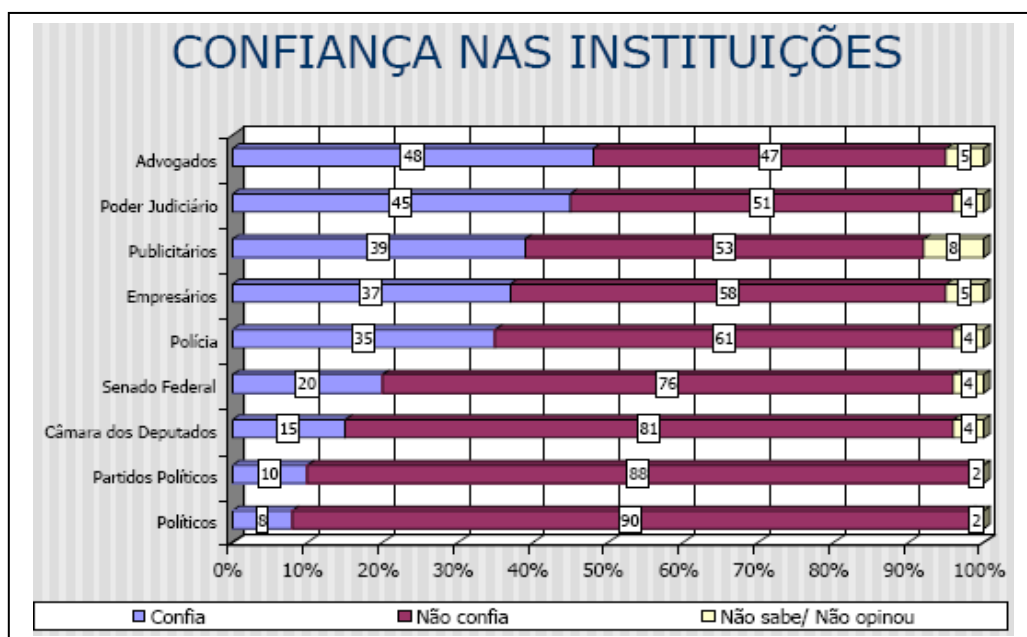
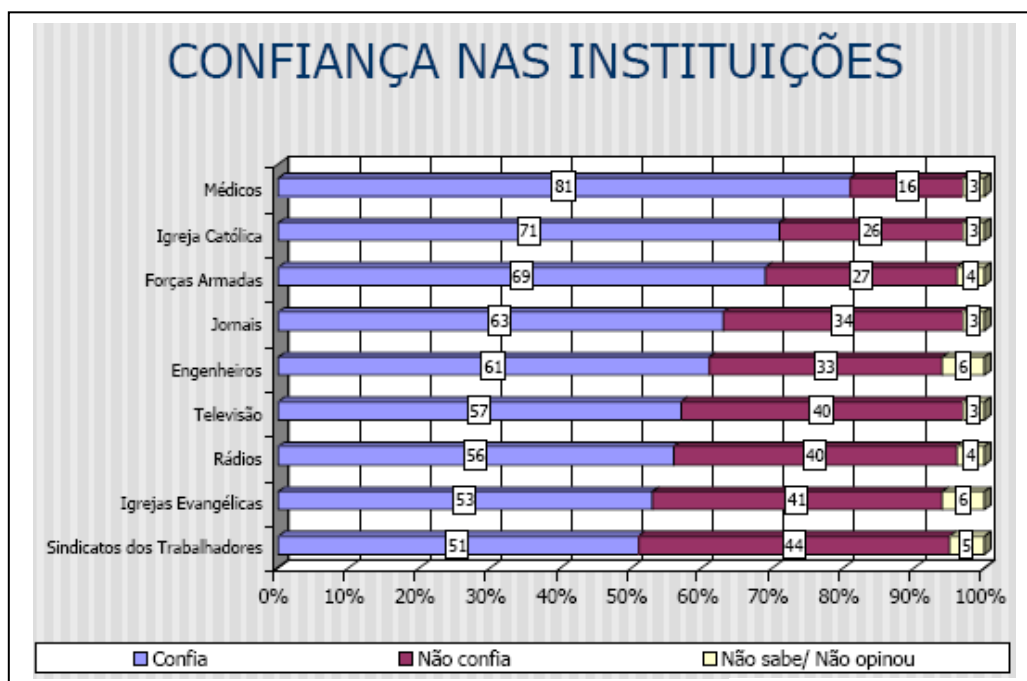
Pesquisa divulgada pelo instituto de pesquisas Ibope em setembro de 2005 dá conta da relação dos brasileiros com as instituições³⁰ do país, entre elas os

²⁹ A opinião pública, para Jürgen Habermas, se identifica como o modo de ver da multidão, a opinião coletiva, a reputação (fazer avaliação, julgar), no sentido do que se coloca como opinião dos outros. Habermas apresenta, ou reapresenta, categorias, segundo ele, fundamentais para a compreensão da esfera pública burguesa. Para o autor, a existência dos meios de comunicação (mídia) enquanto empresas comerciais; o advento da publicidade comercial (submetida a interesses), em contraposição ao seu conceito original de publicização (tornar público) de opiniões e informações; o surgimento das relações públicas com interesses difusores de mensagens publicitárias, sejam comerciais ou políticos, que direcionam o pensamento, influenciando a opinião pública.

Derivam também do pensamento de Habermas os conceitos de opinião não-pública e de opinião quase-pública. A opinião não-pública é aquela fortemente influenciada pelas intenções dos disseminadores, ou das fontes, de informação, que tomam atitudes (políticas, por exemplo) com o objetivo específico de influenciar as pessoas, e suas decisões, e as divulgam massivamente com esse fim. A opinião quase-pública é representada pelo posicionamento de instituições representativas (clubes, associações, sindicatos, partidos...) sobre determinados assuntos, e é assim considerada porque derivam de instituições que representam muitas pessoas, mas que não podem ser enquadradas no conceito liberal de opinião pública de interesse geral porque não se estabelece a partir do posicionamento do público, mas de seus representantes. (HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003)

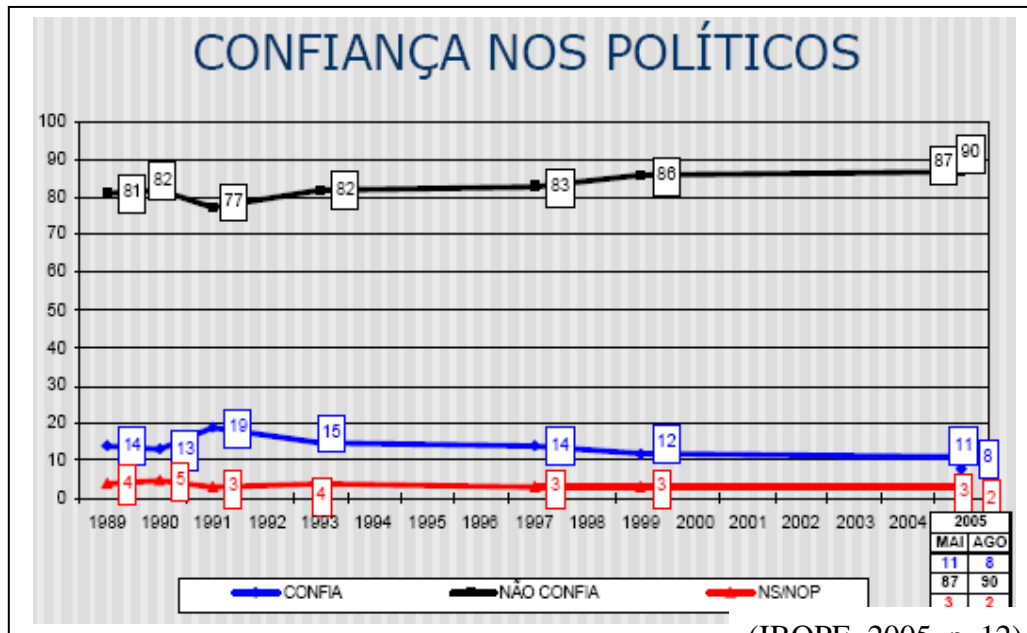
³⁰ A pesquisa compreendeu ainda outras instâncias institucionais, como igrejas, sindicatos, empresários, forças armadas, polícia, poder judiciário e algumas profissões. Tais dados não são aqui referenciados visto que não são objetos específicos deste estudo.

políticos, os partidos políticos e os meios de comunicação. A pesquisa aponta o nível de confiança dos brasileiros de 1989 a 2005.



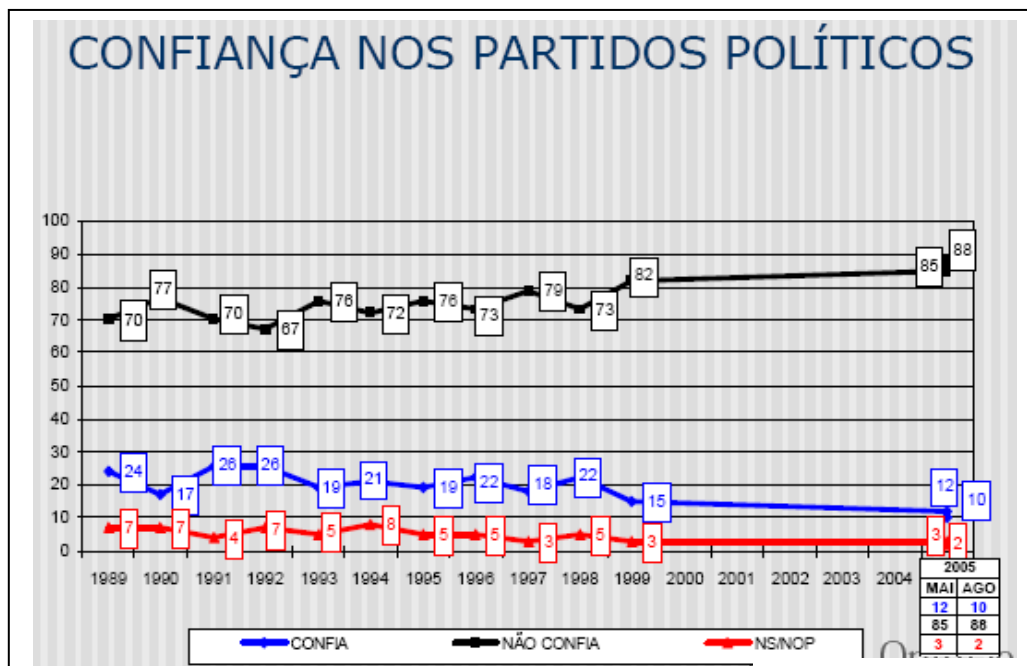
Enquanto 8% da população dizia confiar nos políticos do país em agosto de 2005, 90% afirmou não confiar nos políticos. Desde o início da pesquisa, o maior

Índice de confiança nos políticos não passou de 19% em 1991 e o menor índice de desconfiança foi de 77% no mesmo ano.



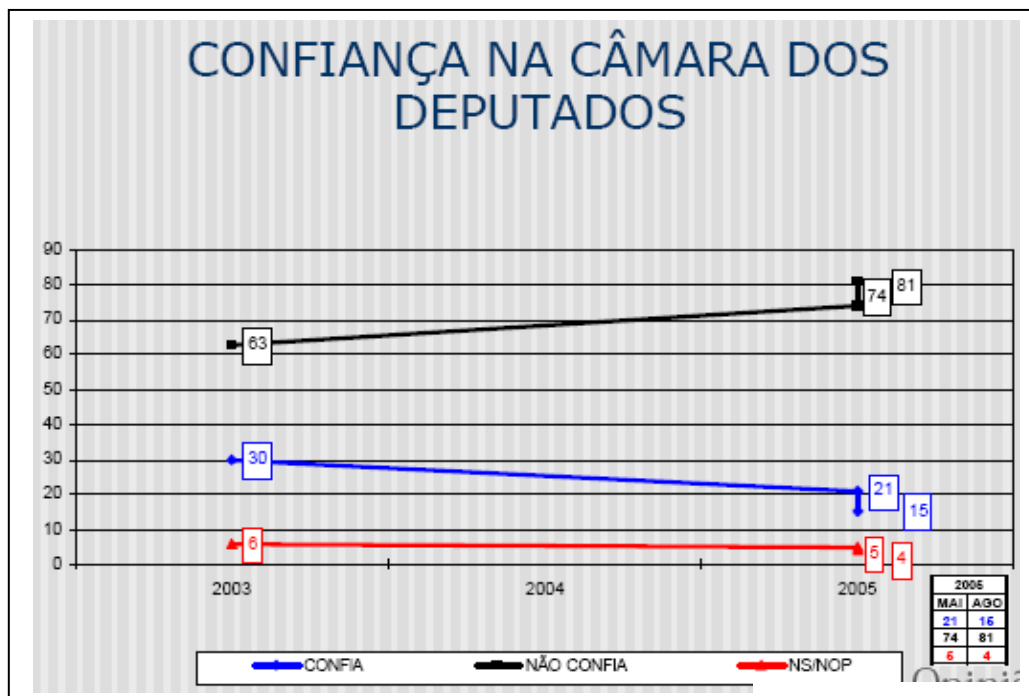
(IBOPE, 2005, p. 12)

Os partidos políticos também apresentaram uma rejeição bastante significativa. No ano de 2005, 88% da população afirmou não confiar neles, enquanto 10% disse que confiava. O maior índice de confiança aconteceu entre 1991 e 1992, quando 26% da população afirmou confiar nos partidos. Na mesma época, 67% afirmou não confiar.

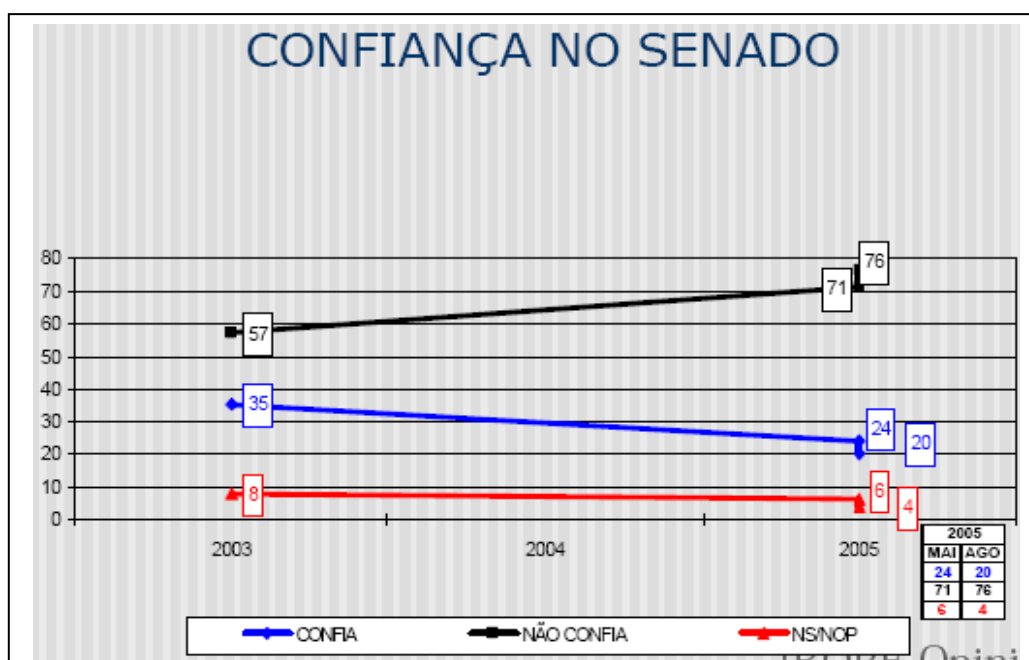


(IBOPE, 2005, p. 9)

O parlamento brasileiro também foi avaliado com um alto nível de desconfiança. Enquanto 81% das pessoas afirmaram não confiar na Câmara dos Deputados e 76% não confiavam no Senado, 15% disseram que confiavam na Câmara e 20% no Senado Federal em 2005. Nesse caso, a pesquisa foi realizada entre os anos de 2003 e 2005. O melhor índice de confiança foi de 35% para o Senado e 30% para a Câmara em 2003.

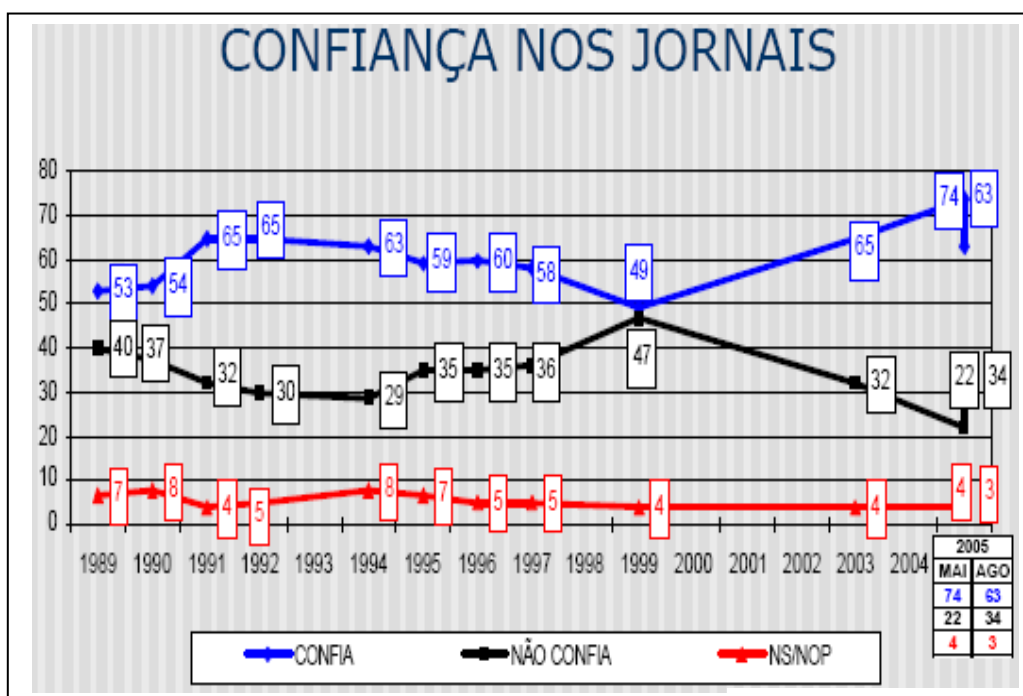


(IBOPE, 2005, p. 8)



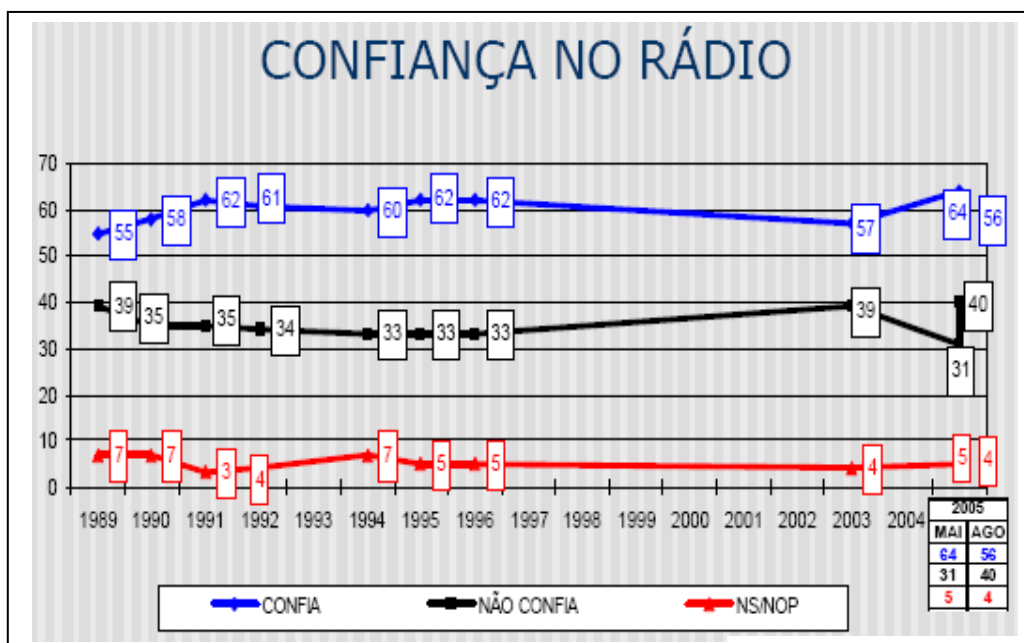
(IBOPE, 2005, p. 7)

Com os meios de comunicação a relação é diferente. Os jornais impressos nunca tiveram um índice de desconfiança maior do que o de confiança. No período em que a desconfiança mais cresceu (1999) o índice chegou a 47%, contra 49% dos que confiavam. Em 2005, os jornais alcançaram o maior índice de confiança, quando, em maio, atingiram 74% da confiança da população, enquanto 22% não confiava nesse tipo de meio.



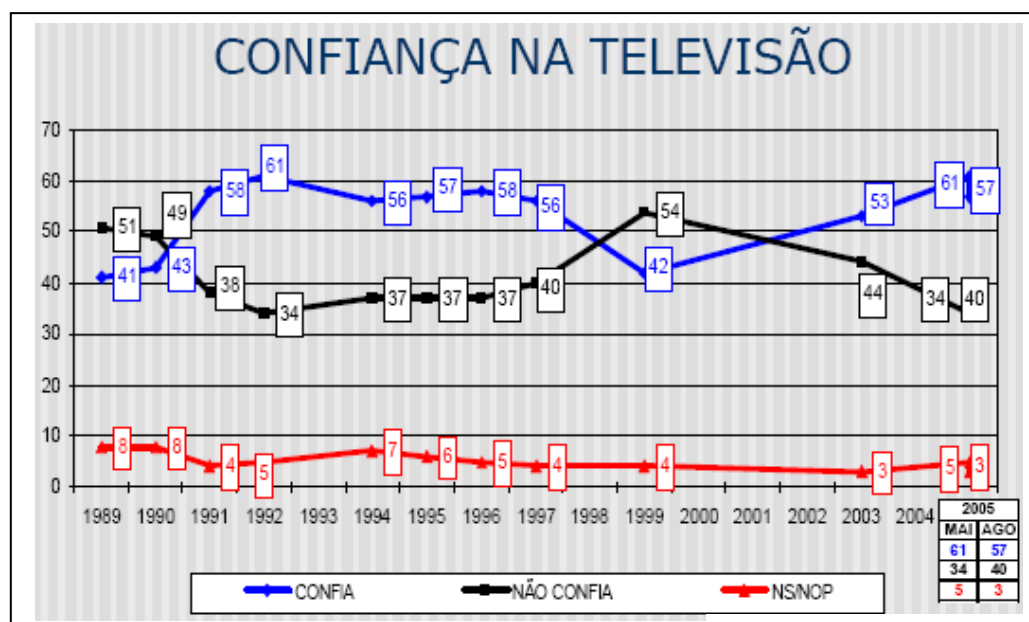
(IBOPE, 2005, p. 6)

No rádio o índice de confiança foi sempre maior e mais confortável. O maior índice de desconfiança no período pesquisado foi de 40% em agosto de 2005, quando 56% da população afirmou confiar. O maior índice de confiança foi de 64% em maio do mesmo ano, período em que 31% disse não confiar.



(IBOPE, 2005, p. 5)

A televisão foi o único meio de comunicação que mereceu a desconfiança, embora em um curto período em relação ao período estudado. Entre 1998 e 2000, a população mais desconfiou do que confiou na televisão. O maior índice de desconfiança foi de 54% em 1999, quando 42% dizia confiar na TV. Os maiores índices de confiança ocorreram em 1992 e 2005, quando 61% dos pesquisados informaram que confiavam nas emissoras de televisão brasileiras e 34% afirmaram que não confiavam.



(IBOPE, 2005, p. 4)

Os resultados das pesquisas demonstram que instituições ligadas diretamente à política no Brasil apresentam um alto índice de desconfiança, enquanto os meios de comunicação são, na maior parte do tempo, dignos da confiança da população. Quando se compara o dado (à frente referenciado com mais informações) que indica que 24% das emissoras de rádios e TV do país são controlados por políticos, percebe-se que esses controladores fazem parte ao mesmo tempo de instituições malvistas pela sociedade (as políticas) e de instituições bem-vistas pela mesma sociedade (os meios de comunicação). Cabe ressaltar que parte dos meios de comunicação que não está sob o controle direto de políticos tem algum tipo de ligação com eles, seja pelas benesses da concessão, ou por estarem em nome de terceiros correligionários.

Segundo estudo do professor Venício de Lima, da Universidade de Brasília, o número de parlamentares que controlam emissoras de rádio e TV na prática é maior do que aquele acima indicado. “Para proteger sua identidade e se esquivar das normas de incompatibilidade, alguns congressistas tendem a recorrer a vários expedientes, como transferir a concessão para o nome de parentes e laranjas”. (VIANNA, 2005)

Destaca-se também o fato de que os brasileiros vêem com bons olhos (na comparação aqui demonstrada) aquelas instituições sobre as quais diretamente não têm controle – os meios de comunicação, cuja concessão é determinada pelo Congresso Nacional – e com maus olhos aquelas sobre as quais podem exercer influências mais imediatas, fazendo pressão ou mesmo modificando-as por meio do voto: as instituições políticas.

2.2.2 – Política, Partidos e Eleições no Brasil

Em época de afirmação do caráter democrático da política brasileira, pois chegam a pouco mais de vinte anos as experiências eleitorais livres no país após 30 anos de ditadura militar, tem-se ampliado as críticas às estruturas política e

eleitoral do Brasil. A descrença de parte da população nos políticos e partidos tem crescido, inclusive. Vive-se no país um momento recheado de denúncias que atingem boa parte do parlamento e o coloca em descrédito.

Um em cada seis membros do Congresso nacional responde a algum tipo de investigação do Supremo Tribunal Federal (STF). O órgão responsável pelo julgamento de processos contra parlamentares federais apura o envolvimento de 102 dos 594 congressistas em 185 denúncias criminais.

Os crimes contra a administração pública, a ordem tributária e a legislação eleitoral representam praticamente a metade de todas as acusações (48,7%). Nessa incômoda lista figuram ainda suspeitas de seqüestro, de responsabilidade em homicídio e de violação ao sistema financeiro nacional, entre outras.

Levantamento feito pelo Congresso em Foco nos últimos três meses revela que 20 dos 81 senadores – ou seja, 24,7% deles – devem algum tipo de explicação à Justiça em 39 casos. A Casa legislativa que reúne o maior número de ex-governadores supera a Câmara, em termos proporcionais, na relação dos parlamentares que respondem a questionamentos judiciais. Ao todo, 82 dos 513 deputados, ou 16%, aparecem em 146 investigações acolhidas pelo Supremo a pedido do Ministério Público federal. (SARDINHA e GODÓI, 2005)

Após a pesquisa indicada surgiram outros casos de envolvimento de parlamentares em ações criminosas, como o caso do “mensalão” e a chamada “máfia das sanguessugas”. No primeiro desses dois escândalos políticos, parlamentares foram acusados pelo então deputado Roberto Jefferson (PTB/RJ) de receber pagamentos mensais em dinheiro para reforçar a base aliada do governo Lula. O esquema, que envolvia as empresas do publicitário Marcos Valério, resumia-se em pagamento de propinas a deputados e assessores e surgiu após o flagrante de corrupção dado em um dos diretores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, indicado pelo PTB. Segundo a defesa da maioria, o objetivo era cobrir despesas efetuadas em época de campanha eleitoral. O próprio partido do presidente da República assumiu que há um “caixa 2” (recebimento de dinheiro não contabilizado por políticos e partidos destinados a campanhas eleitorais) que financia as campanhas eleitorais no Brasil e que essa é uma prática corrente no país.

Com denúncias de circulação de malas cheias de dinheiro e de compromisso de pagamento das despesas eleitorais do Partido Liberal (PL) pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em troca do apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, foram instaladas duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional. Uma chamada de “CPI dos Correios” e outra de “CPI do Mensalão”.

Já desgastada por denúncias de envolvimento com corrupção desde o início do governo – após a constatação de que um dos assessores do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, estava envolvido em casos de extorsão ligadas à legalização do jogo no país – a administração de Luís Inácio Lula da Silva sofreu mais um impacto com a descoberta da movimentação de dinheiro entre Marcos Valério e deputados, pois havia indícios de que o empresário era beneficiado com campanhas publicitárias do Governo Federal para as suas empresas e de que parte do dinheiro era remetida para os políticos indicados pelo governo. Após mais essas denúncias, o ministro José Dirceu saiu do governo e retomou o mandato de deputado federal.

Mesmo suscitando muita discussão na sociedade, puxada pelos meios de comunicação, o caso não resultou em punição exemplar. Dos 19 deputados acusados, apenas três foram cassados – Roberto Jefferson (PTB/RJ), José Dirceu (PT/SP) e Pedro Corrêa (PP/PE) –, 11 foram absolvidos pelo plenário da Câmara, quatro renunciaram ao mandato para não correrem o risco de perderem os direitos políticos se fossem cassados e um teve o julgamento protelado para depois das eleições de 2006.

A “CPI das Sanguessugas” apresentou, em relatório parcial de 09 de agosto de 2006, uma lista de 72 parlamentares³¹ (69 deputados e três senadores) indiciados pelo desvio de recursos para a compra irregular de ambulâncias

³¹ A relação de parlamentares demonstra a amplitude da ação no tocante aos partidos envolvidos e às regiões do país contempladas pelo esquema. Deputados: PL (17), PTB (16), PP (13), PMDB (7), PFL (6), PSB (4), PT (1), PSDB (1), PSC (1), PRB (1), Sem-partido (1). Senadores: PL (1), PMDB (1), PT (1). Estados de origem: RJ (13), SP (9), PB (7), MG (6), MT (6), BA (4), AP (3), RS (3), AC (2), PA (2), ES (2), TO (2), MA (1), SC (1), RR (1), CE (1), PR (1), AL (1), DF (1), PE (1), MS (1). (REVISTA INTERESSE PÚBLICO, 11 de agosto de 2006, Disponível em <<http://www.interessepublico.com.br/content/noticias.asp?id=29206>>

destinadas a instituições de assistência e municípios, com o recebimento de comissões em dinheiro, além de carros, carreta, microônibus e maquinário gráfico.

Apesar da argumentação de que os recursos e equipamentos eram destinados às campanhas ou ao pagamento de despesas decorrentes delas, trata-se de flagrante apropriação de bens e recursos a partir de ações praticadas por membros do governo ou do Congresso, num caso evidente de corrupção.

Embora não possa servir de justificativa para a corrupção, de certa forma o estudo sobre a riqueza pessoal dos políticos no país aponta para a explicação da veracidade das acusações, pois muito poucos declaram ter recursos suficientes para manterem-se até o final do mandato, incluindo-se as despesas de campanha, apenas com os próprios rendimentos somados ao patrimônio pessoal. Se considerarmos a renda mensal de um deputado federal, por exemplo, oriunda somente da Câmara³² (R\$ 27.800,00, aproximadamente, dividida em salário de R\$ 12.800,00 mais verba indenizatória de R\$ 15.000,00), percebe-se que os mesmos têm que receber outros recursos, pois os custos de uma campanha são muito altos. A comparação serve para demonstrar que ou o “caixa 2” existe realmente, ou os candidatos sonegam informações do patrimônio e renda à justiça eleitoral, ou, ainda, que as denúncias de apropriação ilegal de recursos, via propina de qualquer origem, tendem a ser verdadeiras.

A relação fica clara quando se comparam os custos de uma campanha com o patrimônio declarado pelos políticos. Os dados referem-se a São Paulo, estado mais rico do país. (TRAUMANN, 2006)

³² O custo mensal da Câmara com cada deputado, em valores de dezembro de 2006, é de cerca de R\$ 85.000,00, mas se considerarmos que parte dela (R\$ 50.000,00 de verba de gabinete, R\$ 4.000,00 para correios e telefones, R\$ 3.000,00 de auxílio moradia em Brasília...) é condicionada a gastos fixos relacionados ao exercício do próprio mandato, o salário e a verba indenizatória compõem, considerando-se condições legais e normais de atuação, a renda livre de cada deputado no sentido de acumulação pessoal para gastos em campanhas.

Tabela de preços		
Desconhecido		mais de R\$ 3 milhões
Quanto custa a campanha para deputado federal em São Paulo se o candidato é:	Ex-prefeito ou político conhecido	R\$ 2,5 milhões
	Deputado federal em busca da reeleição	R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões
	Evangélico ou sindicalista	R\$ 800 mil
Fonte: candidatos. Os orçamentos incluem ajuda de material a quatro candidatos a deputado estadual		

Os dados sobre a riqueza patrimonial dos políticos demonstram que não são muitos os que poderiam manter-se somente com a própria renda, ressaltando-se que os dados refletem o patrimônio de candidatos (eleitos) a todos os cargos eletivos do país em disputa em 2002, e que candidataram-se à reeleição em 2006 (deputados estaduais, governadores, deputados federais, presidente da república e senadores). (RODRIGUES, 2006)

O nº de milionários declarados em cada partido		
Partido	2002	2006
PFL	82	82
PMDB	52	68
PSDB	49	57
PP	27	37
PTB	23	21
PDT	7	20
PL	16	16
PPS	7	15
PT	3	11
PSB	4	9
PMN	0	5
PV	1	5
PSC	0	2
PC do B	0	1
PRB (*)	0	1
Prona	0	1
PTC	0	1
PSD (*)	5	0
PSL	2	0
PTN	1	0
PRTB	1	0
PST (*)	1	0
Total	281	352

(*) Observações:

O PRB não existia em 2002 (é o partido do vice-presidente, José Alencar)
 O PSD e PST deixaram de existir
 Só foram considerados políticos vencedores em 2002 e que disputam algum cargo em 2006

Fonte: declarações de bens entregues pelos políticos ao TSE

A tabela retrata o número de candidatos com patrimônio declarado de mais de 1 milhão de reais.

Apesar de o gasto nas campanhas ser significativo, os políticos apresentam evolução patrimonial durante o mandato: (RODRIGUES, 2006)

Evolução patrimonial média dos políticos reeleitos

Partido	548 REELEITOS Evolução patrimonial média 1998-2002	542 REELEITOS * Evolução patrimonial média 1998-2002
PTB	172,2%	31,1%
PT	83,7%	83,7%
PSB	54,0%	54,0%
PFL	49,0%	10,6%
PL	46,0%	46,0%
PMDB	45,7%	45,8%
PSDB	37,6%	12,4%
PDT	10,0%	10,0%
PP	- 18,4%	25,2%
Outros	52,8%	52,8%
Média geral	41,8%	26,0%

(*) Essa coluna exclui os seis políticos (1% do total dessa base de dados) com maior patrimônio declarado e que foram eleitos em 1998 e reeleitos em 2002.

Fonte: dados oficiais da Justiça Eleitoral – declarações de bens dos 548 políticos eleitos em 1998 e reeleitos em 2002, em todo o país, para os quais havia declarações de bens disponíveis e completas (sem rasuras nem trechos em branco).

O presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Ricardo Izar (PTB/SP), afirmou que este (mandato de 2003 a 2006) é “o pior Congresso da história do país”, pois “todo dia surgem denúncias novas. Não tenho dúvidas de que estamos passando pela maior crise política, moral e de comportamento, que alcançou todos os poderes”. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 03 de julho de 2006, página 1)

Mas essa situação não é característica apenas desta época e somente da sociedade brasileira. Antonio Gramsci, ao criticar a desagregação do parlamento italiano e a atuação burocrática dos partidos, em detrimento da ação política, afirma que:

A solução “burocrática”, de fato, mascara um regime de partidos da pior espécie, partidos que operam às ocultas, sem controle; os partidos são

substituídos por camarilhas e influência pessoais inconfessáveis: sem contar que restringe a possibilidade de opção e embota a sensibilidade política e a elasticidade tática. (GRAMSCI, 2000, p. 342)

Na obra *Estado e Partidos Políticos no Brasil*³³, a professora Maria do Carmo Campello de Souza traça o perfil da situação político-institucional dos partidos políticos no país desde a década de 1930 até o golpe militar de 1964. Segundo ela, antes do período ditatorial de Getúlio Vargas o discurso vigente era o de que a rudimentar estrutura sócio-econômica do Brasil não permitiria a existência de partidos políticos se não sob uma forma figurativa, à mercê dos grupos políticos já instituídos; que a ampliação das instituições partidárias redundaria na perda da autonomia nacional devido às vulnerabilidades do país, e que os partidos políticos seriam maus por natureza. Discurso que fragilizava o processo político partidário e, de certa forma, serviu ao regime de exceção instituído de 1930 a 1945 (Estado Novo).

Após o final da Segunda Guerra, ampliaram-se as falas em defesa das bases de apoio organizadas e da livre manifestação do pensamento ideológico, o que serviu de referência para a institucionalização dos partidos políticos no país até 1964, mesmo que associados ao clientelismo, à corrupção e à ineficiência.

A época de conclusão da obra citada se dá justamente no início de mais um período de exceção, determinado pelo golpe militar de 31 de março de 1964, em que os partidos existentes foram extintos e foi criado o bi-partidarismo (Ato Institucional nº 2, de 1965), representado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de situação, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), espécie de oposição consentida na qual se encontravam representantes de várias correntes ideológicas.

Para o interesse deste trabalho, entretanto, a análise do quadro nacional atual é mais condizente com seu objeto.

³³ Ver CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. *Estado e Partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

O pluripartidarismo existente atualmente no Brasil teve início com o processo de abertura democrática – gradual – iniciada no governo do general Ernesto Geisel (que começou em 1974), culminando na eleição, pelo Congresso Nacional, de Tancredo Neves e José Sarney (civis) para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, em sucessão ao então presidente, também general, João Baptista Figueiredo, em 1985. Após a anistia política concedida em 1978 a todos os brasileiros cassados e/ou exilados pelo regime militar, muitos deles líderes políticos que não aceitavam ingressar no MDB, foi restabelecido o pluripartidarismo, em 1979, a partir do qual surgiram novas legendas como o PDS (Partido Democrático Social), de situação, ao qual era filiado José Sarney, PMDB (Partido da Movimento Democrático Brasileiro), de centro, que tinha Tancredo Neves como filiado, e mais PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

A constituição de 1988 referendou o pluripartidarismo, determinando que:

Art 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I – caráter nacional;

II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III – prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias;

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar. (BRASIL, 1988)

A Emenda Constitucional 052, de 9 de março de 2006, dá nova redação ao parágrafo 1º, na tentativa de tornar sem efeito a posição do Tribunal Superior Eleitoral de que as coligações entre partidos em âmbito federal deveriam ser mantidas em âmbito regional (princípio da verticalização). Após a aprovação da emenda, o Supremo Tribunal Federal determinou que a regra somente entraria em vigor após um ano, mantendo a verticalização para as eleições de 2006.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidárias. (BRASIL, 2006)

Regulamenta os partidos políticos no país a Lei 9096, de 19 de setembro de 1995, que trata da criação e registro, do funcionamento parlamentar, dos programas e estatutos, da filiação, da fidelidade e disciplina, da fusão, incorporação e extinção, das finanças e prestação de contas, do fundo partidário, do acesso gratuito ao rádio e à TV. As eleições são regulamentadas pela Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, que legisla sobre o período eleitoral, coligações, convenções, registro de candidaturas, arrecadação e aplicação de recursos, prestação de contas pelos candidatos, pesquisas e propaganda eleitoral e do sistema de votação.

Complexas e amplas, as legislações eleitoral e partidária brasileiras não deixam de ser fruto de críticas, com crescente debate sobre a necessidade de uma reforma político-eleitoral, que, entre outras coisas, estabeleça novas regras para as eleições no tocante à proporcionalidade de votos, reforce a fidelidade partidária e regulamente o financiamento de campanhas. Perceba-se que a fidelidade partidária é estabelecida atualmente tão somente pelos estatutos dos partidos, que não conseguem, ou não querem, acabar com a troca de partidos por interesses casuísticos, por exemplo.

A constante, e impune, troca de partidos tem sido muito criticada por especialistas e pela sociedade.

Com o objetivo de diminuir o interesse dos políticos e dos partidos pela cooptação de parlamentares, a Câmara dos Deputados aprovou em 23 de novembro de 2005 uma alteração no seu Regimento Interno que modifica uma espécie de anomalia que servia de incentivo à troca de partido. Para efeito de distribuição de cargos em comissão dentro da Câmara, e eleição do presidente e dos integrantes da Mesa Diretora, eram consideradas as bancadas de cada partido no dia da posse dos deputados, o que fazia com que o jogo político determinasse a mudança de partido de parlamentares mesmo no período compreendido entre a eleição e a posse.

De 2002 para 2003, foi uma farra o troca-troca partidário. Nada menos do que 37 deputados trocaram de sigla antes de tomar posse. Os mensaleiros PL e PTB bombaram depois da eleição de Lula. O PL elegeu 26 deputados em outubro de 2002, em fevereiro de 2003 tomaram posse 24. O PTB bateu o recorde: elegeu 26 e colocou 41 para tomar posse. (RODRIGUES, 2005)

Embora também não valha para a próxima legislatura³⁴, cujos membros foram eleitos em 2006 e que poderão, ainda, trocar de partidos antes mesmo da posse em 2007 (pelo mesmo critério de que a norma só prevalece após um ano da modificação), assim ficou o Regimento da Câmara dos Deputados (Resolução nº 34 de 2005), no tocante à distribuição dos cargos:

§ 4º As vagas de cada Partido ou Bloco Parlamentar na composição da Mesa serão definidas com base no número de candidatos eleitos pela respectiva agremiação, na conformidade do resultado final

³⁴ Decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 27 de março de 2007, a partir de consulta feita pelo Partido da Frente Liberal (PFL) – que depois se transformaria no partido Democratas (DEM) –, determina que os mandatos pertencem aos partidos e não aos candidatos. A intenção do PFL era saber se os partidos poderiam preservar as vagas de candidatos eleitos se estes pedissem desfiliação ou transferência para outro partido. A novidade pode determinar uma maior fidelidade partidária, embora movida por restrições legais e pelo medo de perder o mandato e não por questões de princípio ou ideológicas.

das eleições proclamado pela Justiça Eleitoral, desconsideradas as mudanças de filiação partidária posteriores a esse ato.

§ 5º em caso de mudança de legenda partidária, o membro da Mesa perderá automaticamente o cargo que ocupa, aplicando-se para o preenchimento da vaga o disposto no § 2º deste artigo. (BRASIL, 2005)

Pressionado pelos acontecimentos e pela crescente desconfiança da população (detalhada acima), o Congresso Nacional aprovou uma mini-reforma eleitoral visando a coibir os abusos econômicos na época das campanhas, diminuindo os gastos e a possibilidade de “caixa 2”. Pela norma, os candidatos terão que informar – pela internet – os gastos das campanhas em três momentos (dois antes e um depois das eleições), terão que divulgar o nome dos doadores de recursos e não poderão receber ajuda em dinheiro de pessoas físicas. O tempo na TV passará a ser determinado pelas bancadas originalmente eleitas, não contando para o cálculo as trocas de partido, e foram proibidas a participação de artistas e a realização de shows além da distribuição de brindes (bonés, camisetas etc), que podem caracterizar a tentativa de compra de votos, e a publicidade em placas tipo *outdoor*.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou as normas válidas já para as eleições de 2006, com exceção da proibição de pesquisas a partir de 15 dias antes das eleições e a criação de um teto para os gastos com as campanhas, que ficarão para eleições posteriores.

2.2.3 – Políticas de Comunicação: o formato brasileiro

As políticas para a área de comunicação social no Brasil não carecem de atualização em alguns sentidos. Seja para atender interesses comerciais ou para adequar-se às novas tecnologias, têm-se alterado ou incluído regras que ordenam o setor no país. Exemplos disso são a introdução da possibilidade de aporte de recursos financeiros do exterior nas empresas de comunicação, antes vetada pela

Constituição, e as normas para o ingresso do país (incluindo-se aí de produtoras e emissoras de programação de TV à produção de aparelhos receptores adequados) na era da tecnologia digital para a televisão aberta, aquela que não exige pagamento por parte do consumidor para a obtenção do sinal e que atende à absoluta maioria da população do país, cerca de 87,7% dos lares³⁵.

Ao ser promulgada, em 1988, a Constituição brasileira proibia (Título VIII, Capítulo V) a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação:

Art. 222. a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

§ 1º É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto a partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros. (BRASIL, 1988)

A onda liberalizante, que tomou conta do país a partir da ascensão ao poder de representantes do pensamento liberal brasileiro³⁶, determinou a progressiva diminuição do poder do Estado, a privatização de empresas estatais e a abertura ao capital estrangeiro de empresas nacionais, baseadas em política deliberada³⁷ pelas correntes eleitas para dirigir o país. Nesse meio entraram as

³⁵ Ver CHRISTOFOLETTI, Rogério. 2005. **O lugar da crítica aos meios num ambiente de democratização**. En: III Seminário Internacional Latino-Americano de Pesquisas da Comunicação, organizado por ALAIC, em mayo de 2005, Sao Paulo.

³⁶ Eleito em 1989, Fernando Collor de Melo (que renunciou em 29 de dezembro de 1992, após processo de impeachment) foi responsável por uma maior abertura do Brasil à economia de mercado, facilitando a entrada de produtos importados no país com o objetivo de movimentar a economia e pressionar as indústrias nacionais à busca de melhorias e maior produtividade, segundo discurso da época. Fernando Henrique Cardoso (com mandatos de 1994 a 2002) foi responsável pela privatização de empresas estatais, como bancos regionais e a Companhia Vale do Rio Doce.

³⁷ No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a chamada reforma do estado que levou ao processo de privatização e diminuição do poder estatal é ilustrado por um documento divulgado pelo próprio governo que condena a Constituição em vigor que, segundo o texto, foi levada a um “retrocesso burocrático sem precedentes. Sem que houvesse maior debate público, o congresso Constituinte promoveu um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado” (PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO. Câmara da Reforma do Estado. In: (<http://www.planalto.gov.br>). Site oficial da presidência da República Federativa do Brasil, 1985), justificando a sua opção neoliberal.

empresas de comunicação, que tiveram a abertura de capital possibilitada pela Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002, que alterou a Constituição:

Art 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

§1º. Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. (BRASIL, 2002)

Além da inclusão do capital estrangeiro, a Emenda autorizou a propriedade de meios de comunicação a empresas privadas nacionais, visto que anteriormente somente brasileiros (como pessoa natural) poderiam ter tal propriedade.

Na regulamentação da norma, a Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002, diz, entre outras determinações, que:

Art 2º. A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País. (BRASIL, 2002)

Outro aspecto significativo que atrai os olhares de proprietários de concessão pública de meios eletrônicos, intelectuais, universidades e da indústria, entre outros, são as regras para a implantação da TV digital no Brasil. Após muita pressão e *lobby* de diversos setores interessados na regulamentação, que incluía a necessidade de opção do modelo tecnológico a ser adotado no país que poderia ser o americano (*In-Band On Channel*), um dos europeus (*Digital Audio Broadcasting e Digital Radio Mondiale*), o japonês (*Services Digital Broadcasting – Terrestre Narrowband*) ou mesmo o desenvolvimento de um padrão nacional, o

governo optou por um esdrúxulo modelo que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) – criado pelo Decreto n 4.901, de 26 de novembro de 2003 – em associação com um dos modelos já existentes, no caso o japonês (Decreto n° 5.820, de 29 e junho de 2006).

A implantação da TV digital é importante porque pode modificar drasticamente a relação dos espectadores com a TV aberta, hoje resumida a poucas redes de inserção nacional e de programação limitada. O governo pretende unir-se aos japoneses, aproveitando a tecnologia já desenvolvida com a promessa de expansão da indústria brasileira na área de aparelhos transmissores e receptores, por exemplo, após a implantação do sistema.

O decreto prevê um período de sete anos para a instalação integral do sistema, período no qual as transmissões no modelo tradicional (analógico) não podem ser interrompidas. O decreto prevê que o SBTVD possibilitará:

I – transmissão digital em alta definição (HDTV) e em definição padrão (SDTV);

II – transmissão digital simultânea para recepção fixa, móvel e portátil; e

III – interatividade.

(BRASIL, 2006)

Não está claro, entretanto, se haverá uma ampliação no número de transmissores de programação (concessionários), o que a tecnologia permite, e se na prática acontecerão ganhos para a população de menor poder aquisitivo no sentido de mais opções de conteúdo e interatividade (ampliação de opções, escolha e bloqueio de programas, e-mail pela TV, compras etc).

Entretanto, em outros aspectos, as normas do país para a área permanecem inalteradas. Embora citados em parte no trabalho de conclusão do mestrado³⁸, os dados precisam ser retomados, pois são importantes para a compreensão do quadro apontado e para ilustrar a manutenção das regras e das

³⁸ Op cit.

políticas para a área de comunicação no país. Importante destacar que este trabalho representa uma espécie de continuidade do anterior, com uma abordagem mais ampla em comparação com outra mais específica apresentada anteriormente.

Em relação à propriedade dos meios de comunicação e à sua relação com o conceito gramsciano de aparelhos privados de hegemonia, tem-se que:

Nos países em que vigora claramente o regime oligárquico sob aparências democráticas, como é o caso do Brasil, a exploração dos mais importantes órgãos de comunicação de massa é feita por grupos empresariais privados, estreitamente afinados com os interesses de sua classe, que controla o governo nacional e o Parlamento (COMPARATO, 2000, p. 192).

Em comparação com outras realidades, o Brasil aponta para um rumo diferente.

Nos países mais democráticos sempre há um órgão regulador, com maior ou menor vinculação estatal, dotado dos necessários poderes fiscalizatórios sobre as concessões de rádio e televisão, inclusive com poderes para suspensão e cassação em casos-limite. Basta que a legislação preveja de forma clara as sanções aplicáveis em caso de descumprimento pelo concessionário das obrigações assumidas e das leis existentes, bem como a sua gradação, de forma a impedir que pequenas infrações possam servir de pretexto para a cassação ilegítima pelo detentor de tal poder (LOPES, 2000, p. 180).

As benesses e favorecimentos estão fortemente presentes no que tange à concessão de meios de comunicação eletrônica no Brasil. Como exemplo, pode-se afirmar que nos últimos 50 anos os mesmos grupos são beneficiados pela política de concessão; que há segmentos (notadamente políticos e grandes empresários) privilegiados pelas decisões oficiais e, ainda, que os detentores de um meio impresso (seja editora, revista ou jornal) têm tido mais facilidades na conquista de “seu” espaço no espectro radiofônico. É sintomático que o primeiro canal de televisão do país tenha pertencido ao fundador de um verdadeiro império de comunicação impressa, Assis Chateaubriand, criador dos Diários Associados.

Mas, se hoje os atores são outros, os benefícios são os mesmos, pois no Brasil os grupos familiares que detêm o controle da maior parte dos meios de comunicação são muito poucos: “Família Mesquita (*O Estado de S. Paulo*); família Frias (Grupo Folha); família Sirotsky (RBS); família Civita (Editora Abril); família Marinho (Rede Globo); família Nascimento Britto (*Jornal do Brasil*) e família Saad (Rede Bandeirantes)”. (KUCINSKY, 1998, p. 23). Na atualidade, fazem parte de outros grupos, mas com a mesma estrutura, o Sistema Brasileiro de Televisão, de propriedade do empresário Silvio Santos, a Rede TV, fundada por Adolpho Bloch, empresário da comunicação, com o nome de Rede Manchete, e a TV Record, que pertence, pelo menos oficiosamente, à Igreja Universal do Reino de Deus.

Há uma grande concentração de meios de comunicação entre poucos. E, ainda mais grave, a maioria das redes de rádio e TV pertencem a grupos com extensão nos meios impressos (jornais, revistas...) e multimídia (Internet).

A legislação inaugurada em 1988, com a promulgação da Constituição Federal em vigor, apesar de ser considerada avançada, não modificou a estrutura que se desenhava há muito e que tomou impulso na época da ditadura militar de 1964-1985. Se não era possível modificar a posse dos meios por decreto – devido à própria estrutura de propriedade capitalista –, as regras de concessão e renovação de concessão poderiam ser mais democráticas, como nos países desenvolvidos.

Mais característica ainda que o controle da maioria dos meios por uma minoria de pessoas ou instituições é a relação de “propriedade” de concessão entre um mesmo segmento da sociedade. Em comparação com outros grupos sociais, os políticos – de centro-direita na sua maioria – representam, de longe, os maiores beneficiários das concessões de emissoras de rádio AM e FM e TV no país, com a peculiaridade de serem geralmente emissoras de caráter regional ou municipal que repetem o sinal das grandes redes anteriormente expostas. Os políticos, no caso representantes do poder legislativo, responsáveis pela

elaboração das leis, são os mais beneficiados com a distribuição de canais. E essa relação de políticos com os meios de comunicação não é recente³⁹.

Isso ainda não é tudo. Não bastasse a afronta à Constituição, os políticos concessionários ainda legislam em causa própria. Em 2004 (...), dos 33 membros titulares da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara, 15 são sócios ou diretores de 26 emissoras de rádio e 3 de televisão. Assim como a Comissão de Educação do Senado, ela tem a prerrogativa de homologar novas concessões, aprovar a renovação das já existentes e se pronunciar sobre projetos relativos ao setor. (JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Coluna Notas e Informações. O Poder dos políticos na mídia, 04 de julho de 2006.)

Há denúncias de que houve, durante o governo do presidente José Sarney, a maior distribuição de concessões já vista no país (LIMA, 2002, p. 30), o que comprometeu praticamente todo o espectro de radiodifusão (ondas de rádio e VHF) do Brasil, mais precisamente na época da produção/promulgação da Constituição atualmente em vigor. Uma comparação com o praticado em outros países demonstra a estrutura arcaica da legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 determinou que o prazo de concessão para a exploração radiofônica seja de dez anos, e de 15 anos para a televisão, e que, para a não-renovação da concessão, são necessários votos de dois quintos (40%) do Congresso Nacional, o que é temerário, considerando-se o poder das grandes redes, inclusive de influenciar o legislativo. Além disso, o cancelamento da concessão só se dará por decisão judicial, criando-se a interferência de um poder sobre outro.

Um outro aspecto é o de que somente a partir de 1997 a escolha dos concessionários passou a ser feita através de licitação, administrada pelo Ministério das Comunicações, quando a maioria quase absoluta dos canais possíveis (no caso da TV aberta e emissoras de rádio) já havia sido distribuída segundo as vontades/necessidades dos governantes.

³⁹ Ver MELO, José Marques de. **Para uma leitura crítica da comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o prazo para a concessão para rádio e TV é de 8 anos, e a regulamentação e o controle do setor são feitos pela Federal Communications Commission (FCC), agência federal que, embora tenha ligação com o congresso americano, é independente dos poderes executivo, legislativo e judiciário. As renovações de concessões dependem da obediência estrita ao contrato assumido quando da concessão, que aborda idéias sobre localismo (regionalismo), espaço para o debate das questões raciais ou proibição de ataque às minorias, por exemplo. Outro aspecto importante é que no processo são feitas audiências públicas regularmente, e o cidadão pode inclusive posicionar-se contra a concessão ou renovação por meio das chamadas *petitions to deny* (petições para negar, numa tradução ao pé da letra). “Ou seja, um grupo de cidadãos pode recorrer à FCC expondo detalhadamente os motivos pelos quais entende que uma licença não deve ser renovada, e a FCC é obrigada a analisar o pedido” (LOPES, 2000, p. 172).

Na Inglaterra, há a Independent Television Commission, que promove as licitações e divulga as propostas para acompanhamento pelo público. Há também a Broadcasting Complaints Commission, responsável pela análise das queixas apresentadas pela população. Na França, existe o Conselho Superior do Audiovisual (CSA), que regulamenta a área, cabendo-lhe:

[...]assegurar a igualdade de tratamento, a independência e a imparcialidade no setor, o pluralismo, a liberdade de concorrência, a vigilância sobre a qualidade dos programas e o desenvolvimento de uma cultura audiovisual francesa. Há relatos sobre a atuação do CSA nas eleições francesas dando conta de que o órgão contrata estagiários para monitorar todas as transmissões e verificar se está efetivamente ocorrendo igualdade de tratamento para os vários candidatos (LOPES, 2000, p. 173),

o que indica rigor no tratamento das concessões e acompanhamento dos concessionários.

Cabe destacar ainda que países desenvolvidos (Estados Unidos e Itália, por exemplo) demonstram, inclusive pela legislação, preocupação com os limites de propriedade dos meios, seja na distribuição geográfica, seja pela propriedade de

veículos de natureza diferente (rádio, TV, impressos...), para preservar os princípios democráticos e de amplo acesso. No Brasil,

[...] apesar de existirem pálidas tentativas de proibir a excessiva acumulação de propriedade dos meios de radiodifusão no Decreto-Lei 236/67, as limitações não são observadas em matéria de contratos de afiliação e retransmissão. Tampouco existe no Brasil qualquer regra impeditiva da chamada propriedade cruzada de meios de comunicação, ou seja, de veículos de diferente natureza (LOPES, 2000, p. 178).

Instituída em 1998, a chamada radiodifusão comunitária parecia apontar para a democratização do setor, o que efetivamente não se deu. Uma das causas é a própria legislação. Embora na descrição das finalidades de uma rádio comunitária se tenha proposto a oportunidade de difusão de idéias e de elementos culturais, a integração comunitária, prestação de serviços, aperfeiçoamento profissional e capacitação para o exercício do direito de expressão em pequenas comunidades, entre outras coisas, é bastante claro que, devido às limitações legais, o discurso se distancia da prática.

Exemplo disso é a limitação da área de cobertura das rádios comunitárias em um quilômetro, quando se sabe que mesmo nas menores comunidades é comum a existência de residências com uma distância maior do que essa entre elas, ou seja: o vizinho que esteja a mais do que algumas quadras de distância ou o morador da zona rural mais afastada não pode usufruir do direito de ser informado ou informar, pois está fora do alcance da rádio.

Outro aspecto é o de que, diferente do que acontece com as rádios (e TV) comerciais, é proibida a formação de redes, pois, para os autores da lei, os interesses de uma comunidade são restritos a ela mesma; não se supõe que problemas e soluções debatidos em uma comunidade possam ser úteis para outras, principalmente em se tratando da mesma região. Além disso, o prazo da autorização (não se fala aí em concessão) de funcionamento é de apenas três anos, o que indica que o controle pelo Estado deverá ser mais rigoroso, possibilitando, por exemplo, a perseguição política aos que vierem a se contrapor aos governantes ou ousarem transgredir qualquer regra.

Embora as emissoras comunitárias não possam, expressamente, causar interferência nas emissoras comerciais, a mesma legislação determina que as primeiras funcionarão sem proteção contra interferências das emissoras ditas regularmente instaladas, o que aponta para uma situação esdrúxula: se, após a própria autorização do Ministério das Comunicações, uma rádio comunitária tiver seu sinal interferido por uma emissora comercial será impedida, pela lei, de defender o seu direito de ir ao ar naquela frequência.

Entre outras limitações, as rádios comunitárias não poderão veicular propaganda, a não ser de estabelecimentos localizados em sua área de cobertura (1 Km) sob a forma de apoio cultural, o que lhes limita as possibilidades de sustentação financeira. Um sindicato – mesmo que tenha associados morando na área de cobertura da rádio – não poderá divulgar mensagens publicitárias; campanhas de Organizações Não-Governamentais ou de entidades profissionalizantes, que também estejam localizadas fora da área de cobertura, só poderão ser pagas para a rede comercial, mesmo que a população da região só disponha da rádio comunitária como meio de comunicação.

A concentração dos meios de comunicação no Brasil tem sido objeto de diversos estudos, que sempre a apontam como uma característica do sistema brasileiro danosa para a sociedade.

Democratizar a comunicação ainda é uma tarefa pendente. O dial das rádios continua estreito; o telespectador comum tem acesso à meia dúzia de canais em TV aberta; assinaturas de jornais e revistas são para poucos; o sistema a cabo no país só chega a 2% da população, e acesso à internet ainda é sonho para milhões de brasileiros. (CHRISTOFOLETTI, 2005)

Segundo o estudo do professor Rogério Christofolletti, da Universidade do Vale do Itajaí/SC (Univali), citado acima, 24% das emissoras de rádio e TV são controladas por políticos no Brasil. Além disso, apenas seis redes de televisão têm o controle de 668 veículos de comunicação (eletrônicos e impressos) em torno de 138 grupos empresariais. “Embora a TV chegue a 87,7% dos domicílios brasileiros – mais do que os que têm geladeira e tratamento de esgoto –, apenas essa meia

dúzia de grupos dominam o mercado de US\$ 3 bilhões” (CHRISTOFOLETTI, 2005).

Em relação ao consumo de veículos de comunicação, os números também são bastante esclarecedores, segundo o mesmo estudo. Enquanto 39% da população afirmam que não têm acesso a revistas ou, no máximo, têm contato com elas uma vez por semana, e 44% das pessoas afirma ter a mesma relação com os jornais impressos, 81% da população declaram assistir TV diariamente, ficando uma média diária de três horas e meia diante da televisão. Como meio de comunicação, apesar de algumas ações que buscam a democratização do acesso à rede, como a instalação de terminais em escolas e à disposição do público, a internet atinge menos que 7% da população brasileira (cerca de 11,03 milhões de pessoas em 2004). Embora o Brasil esteja acima da média mundial de 5% da população com acesso, está bem abaixo de países mais desenvolvidos, como Portugal, em que 30% da população têm acesso à rede e aos seus recursos.

Os dados são da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Grupo de Mídia de São Paulo, Acessocom (serviço de informações do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação – EPCOM) (Ver anexo A) e do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

3. O PODER OLIGÁRQUICO NO MARANHÃO: A MEDIAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Apesar de utilizar dados que revelam posturas e avaliações de âmbito nacional como alguns apontados acima, este estudo prioriza a análise da realidade do estado do Maranhão no tocante ao seu objeto. Essa referência indica uma análise a partir do específico para compreender-se o geral, ou as suas indicações.

Desde o início do Estado Novo, o Maranhão passou a conviver com uma personagem que participaria ativamente da vida política do estado durante muitos anos. Trata-se de Vitorino de Brito Freire, natural de Pernambuco, que assumiu

em 1934, a convite do interventor do Maranhão nomeado por Getúlio Vargas, Antonio Martins de Almeida, o cargo de secretário-geral do estado.

A partir daí desenvolveu-se uma forte liderança que, apesar dos métodos nem sempre lícitos, dirigiu a vida pública e política do Maranhão até, pelo menos, o início do período militar. Vitorino Freire – mesmo não logrando êxito na sua primeira candidatura pelo Maranhão (a deputado federal em 1935) e após um período em que se afastou do estado por influência do também interventor Paulo Ramos – recebeu a incumbência de reorganizar o Partido Social Democrático (PSD) no Maranhão a partir de 1945, após a queda de Getúlio Vargas do poder central. No embate com a União Democrática Nacional (UDN), o PSD maranhense venceu as eleições de 1945, elegendo a maior bancada e tornando Vitorino Freire deputado federal. Desde então, Vitorino Freire passou a dar as cartas na política local, inclusive pela grande influência sobre a esfera federal, por meio da qual indicou interventores para o estado (Clodomir Cardoso e Saturnino Bello). Rompido com o PSD, candidatou-se em 1947 a senador pelo Partido Proletário do Brasil e elegeu-se, fundando depois o Partido Social Trabalhista (PST), do qual tornou-se presidente. Fortalecido, Vitorino Freire parte para a eleição de governador de 1950 e elege o seu candidato, Eugênio Barros, apesar das denúncias de fraude e da mobilização política da oposição – denominada de *oposições coligadas*⁴⁰ – que culminou com o movimento conhecido como Greve de 51⁴¹. Apesar da resistência e da penetração popular, o movimento não conseguiu derrubar o governador eleito.

⁴⁰ “União interpartidária que reunia um amplo leque de grupos e partidos descontentes com o mandonismo vitorinista, configurando uma oposição oligárquica (embora com variações em sua composição, as oposições coligadas’ se apresentaram em todos os pleitos eleitorais no período 1950/1965 , sendo constituída pelos seguintes partidos: UDN, PSP, PR, PDC, PTN, PRP). Embora nunca tenha conseguido derrotar eleitoralmente a ‘máquina’ da oligarquia Victorino, alicerçada sobre o PSD e amparada pelo uso sistemático da fraude eleitoral como forma de sustentação do poder, a atuação das ‘oposições’ conseguiu articularem torno de si o apoio de e diversos segmentos sociais, muito especialmente das massas populares de São Luís” (COSTA, 2006, p.4)

⁴¹ O movimento conhecido como “Greve de 51” foi deflagrado pelas Oposições Coligadas contra a posse do governador Eugênio Barros, em 1950. Apoiado por Vitorino Freire, Eugênio Barros foi eleito sob fortes denúncias de corrupção eleitoral, mesmo assim foi diplomado. Motivados pelo clima das eleições e pela morte inesperada do candidato da oposição, Saturnino Bello, durante o processo de apuração dos votos, os oposicionistas, liderados pelo deputado estadual Neiva Moreira, comandaram um movimento que paralisou praticamente todas as atividades da capital, São Luís. Em praça pública, a população tentava impedir a posse do governador eleito e pedia a

Depois da reorganização do PSD sob o seu comando, Vitorino Freire foi, mais uma vez, eleito senador pelo estado (1954) e exerceu especial influência na eleição de Assis Chateaubriand⁴² a senador pelo Maranhão, após este ter perdido a reeleição na Paraíba. Vitorino Freire convenceu, inclusive, o então senador Antônio Bayma a renunciar ao mandato, assim como o seu suplente Newton de Barros Bello, o que determinou a abertura da vaga ocupada por Chateaubriand em 1955.

Ainda em 1955, por causa dessas articulações políticas, deputados do PSD, antes liderados por Vitorino Freire, passaram a discordar da sua orientação, entre eles o deputado federal José Sarney (que, mesmo não tendo sido eleito em 1954, assumiria o mandato por ser suplente). Apesar disso e do crescimento das oposições coligadas, Vitorino Freire consegue eleger José de Mattos Carvalho para governador, que assumiu o cargo com atraso devido às denúncias de corrupção eleitoral e recursos contra a sua diplomação. O seu sucessor, Newton Bello, também foi eleito com o apoio do vitorinismo. A escolha, por Newton Bello, de José Sarney para interlocutor do governo do estado junto ao governo federal fragilizou o poder de Vitorino Freire, devido ao papel que o então deputado federal exercia na articulação do PSD com a UDN e também à sua participação no movimento conhecido como “bossa-nova”⁴³. Após romperem oficialmente, Newton

intervenção federal no estado, o que não foi conquistado. Apesar de não obter êxito objetivo, a greve arranhou a liderança de Vitorino Freire e deu mais visibilidade aos líderes das oposições coligadas.

⁴² Paraibano de Umbuzeiro, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo fundou – a partir do diário O Jornal, de 1924 – os Diários Associados, maior cadeia de órgãos de imprensa do país que, entre outros, editava a revista O Cruzeiro. Pioneiro, fundou a primeira emissora de televisão do país, a TV Tupi, de São Paulo, em 1950. Com participação considerada essencial para a viabilização da candidatura de Juscelino Kubitschek para a presidência, tentou eleger-se senador pela Paraíba em 1954, pelo PSD, mas não conseguiu. Sob o comando do senador Vitorino Freire, Chateaubriand candidatou-se ao senado pelo estado do Maranhão, em 1955, e foi eleito.

⁴³ “Os objetivos dessa facção udenista - que seria denominada mais tarde ‘Bossa Nova’ por analogia com o movimento da música popular - foram expostos pela primeira vez em fins de 1960 ao presidente do Diretório Nacional, Magalhães Pinto, por Sarney e pelo deputado paraense Clóvis Ferro Costa, que defenderam ‘a adoção de nova tática política para corresponder aos anseios populares.

Empossado Jânio em janeiro de 1961, três meses depois, numa convenção em Recife, o grupo apareceu ostensivamente, já com a denominação ‘Bossa Nova’, pregando uma linha de centro-esquerda, inspirada no programa de desenvolvimento com justiça social da doutrina da Igreja. Em termos políticos, o grupo apoiava as propostas reformistas de Jânio, consideradas nacionalistas e de interesse popular, tais como as leis antitruste e de remessa de lucros, a defesa das riquezas minerais, o combate à inflação, a reforma da lei de imposto de renda e a extinção das ações ao

Bello e Vitorino Freire apoiavam candidatos diferentes, que são derrotados por José Sarney na eleição ao governo estadual de 1965, já na UDN, pela qual elegera-se deputado federal em 1958 e 1962, e com o apoio dos militares que chegaram ao poder após o golpe de 1964.

Vitorino Freire ainda deu mostras de algum poder no episódio da eleição, indireta, em 1974, de Osvaldo da Costa Nunes Freire para a sucessão de Pedro Neiva de Santana, governador que sucedera a José Sarney. Com forte influência junto aos militares, Vitorino Freire indica o governador, mas não retoma o seu poder e prestígio políticos no Maranhão, que já estava sob o comando de José Sarney.

As marcas do período conhecido como vitorinismo foram a cooptação, as denúncias de manipulação da justiça eleitoral, de fraude nas eleições e a truculência. Houve, inclusive, um episódio em que o próprio Vitorino Freire tentou agredir fisicamente o então deputado Neiva Moreira em um encontro no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Embora já exercesse influência nos cenários regional e nacional antes do golpe militar de 1964, o prestígio e o poder de José Sarney Costa (nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, mas que adotou o nome Sarney em referência ao seu pai que assim se chamava) no Maranhão ratifica-se a partir da sua eleição ao governo do estado em 1965.

Filho de magistrado, José Sarney começou muito cedo a participar da vida intelectual da capital, São Luís, em um período de grandes nomes como Ferreira Gullar, Lago Burnet, Reginaldo Telles e Bandeira Tribuzzi. Formado em direito foi, antes disso, eleito para a Academia Maranhense de Letras, aos 22 anos, e, posteriormente, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. A sua vida política partidária começou no PSD, de Vitorino Freire, pelo qual candidatou-

portador, entre outras. Nessa convenção, o deputado paulista Herbert Levy - do grupo denominado 'Banda de Música', que se opunha à dissidência 'Bossa Nova' - foi eleito presidente do partido, cabendo a Sarney a vice-presidência, que exerceria até 1963. Segundo Maria Vitória Benevides, os udenistas 'bossa-nova eram acusados pelos 'bacharéis da Banda de Música' de filocomunistas e pelos demais udenistas tradicionais - os radicais lacerdistas e os vinculados à Ação Democrática Parlamentar (ADP) - de adesistas e oportunistas. Após a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart, a 'Bossa Nova' manteve sua posição reformista. (DHBB-FGV, 2000)

se a deputado federal em 1954 e não foi eleito. Trabalhou no gabinete de Eugênio Barros e discordou da candidatura (e eleição) de Assis Chateaubriand pelo PSD maranhense. Já em litígio com o vitorinismo, apoiou o candidato das oposições coligadas – Hugo da Cunha Machado – para a sucessão de Eugênio Barros, em 1955, eleição vencida por Mattos Carvalho, candidato de Vitorino Freire. Em 1957, José Sarney filia-se à UDN, pela qual é eleito deputado federal em 1958, e participa do movimento “bossa-nova” do partido. A UDN resolve aproximar-se do PSD de Vitorino Freire no Maranhão, que apóia Jânio Quadros (UDN) para presidente. José Sarney passa a ser a ligação entre o governo local (Newton Bello, do PSD) e o governo central. Após a renúncia de Jânio Quadros e a conturbada ascensão de João Goulart à presidência da República, o PSD volta ao poder, levando ao rompimento de Newton Bello com José Sarney.

Reeleito deputado federal, em 1962, com expressiva votação, José Sarney alicerça sua candidatura ao governo do estado, conquistado por ele em 1965. O apoio recebido dos militares e a cassação em 1964 do mandato (com perda dos direitos políticos) de Neiva Moreira, principal liderança e virtual candidato pelas oposições coligadas, facilitam a eleição de José Sarney. Estava instalada mais uma liderança política regional duradoura.

Há divergências, porém, entre a afirmação corrente no meio político, e até popular, do estado do Maranhão de que todos os governadores que sucederam a José Sarney foram indicados ou apoiados por ele, o que não diminui o seu poder, mas precisa ser esclarecida.

Após a eleição de José Sarney (e até a sucessão de sua filha Roseana Sarney em 2002) para governador do estado, a sua influência política e liderança eleitoral são bem claras, mas não unânimes, embora na eleição de governador do estado seja dominante. Pela ordem, sucederam ao governo Sarney os políticos Pedro Neiva de Santana (1971-1974), Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975-1978), João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979-1982), Luis Alves Coelho Rocha (1983-1986), Epitácio Afonso Pereira Cafeteira (1987-1990), Edison Lobão (1991 a 1994), Roseana Sarney Murad, (1995 a 1998 e 1999 a 2002), José Reinaldo Tavares (2003 a 2006) e Jackson Kepler Lago (a partir de 2007). Não estão

citados os vice-governadores que substituíram, eventualmente, os governadores no período.

A relação de José Sarney com a eleição dos governadores é assim demonstrada:

Governadores do Maranhão pós-governo Sarney

Governador e Período	Eleição	Relação com Sarney
Pedro Neiva de Santana (1971-1974)	Indireta	A disputa pela indicação do novo governador foi acirrada entre Vitorino Freire e José Sarney, mas o presidente Médici escolheu o nome de Pedro Neiva de Santana, ex-secretário de fazenda do governo Sarney. Apesar do apoio inicial do ex-governador, Neiva de Santana contrariou interesses de Sarney na sua gestão.
Oswaldo da Costa Nunes Freire (1975-1978)	Indireta	Espécie de candidato de consenso, indicado ao presidente Geisel para acabar com a disputa entre Sarney e Vitorino pela indicação, posiciona-se contra o sarneísmo desde o início do mandato. Sofreu grande campanha contra o seu governo liderada por José Sarney.
João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979-1982)	Indireta	Apesar da pretensão de José Sarney de voltar ao governo (vetada por influência de Nunes Freire), foi indicado pelos militares com o apoio de Sarney. Rompe, após o mandato, com o grupo do ex-governador.
Luis Alves Coelho Rocha (1983-1986)	Direta	Eleito com o apoio de Sarney, viveu grande crise política ao ver a Assembléia Legislativa invadida por militares em represália à saída de José Sarney, seu mentor, do PDS. Após o mandato, sua família rompe com o grupo Sarney.
Epitácio Afonso Pereira Cafeteira (1987-1990)	Direta	Convivia com José Sarney como adversário regional, mas foi apoiado pelo então presidente Sarney, após pressão do PMDB. Em alguns momentos se afasta (1994 e 1998) e em outros se aproxima (1986 e 2006) do grupo.
Edison Lobão (1991 a 1994)	Direta	Teve a eleição, o mandato e a candidatura vitoriosa a senador, após afastar-se do governo, apoiados pelo grupo Sarney. Apresenta-se como aliado incondicional.
Roseana Sarney Murad (1995 a 1998 e 1999 a 2002)	Direta	Filha de Sarney – de quem foi assessora – e ex-deputada federal, é

		eleita em eleição conturbada no primeiro mandato (com denúncias de fraude) e com muita folga no segundo. Segue a cartilha do pai, de quem aparenta querer ser a maior herdeira política.
José Reinaldo Tavares (2003 a 2006)	Direta	Vice-governador nos dois mandatos de Roseana Sarney, foi eleito governador com o apoio do grupo. Conseguiu reverter uma desvantagem inicial nas pesquisas e ganhou a eleição em primeiro turno. No meio do mandato rompe com o grupo Sarney, aproxima-se da oposição, e sofre campanha contrária nos meios de comunicação ligados a Sarney.
Jackson Kepler Lago (2007 a 2010)	Direta	Prefeito de São Luís por 3 vezes, foi eleito com o apoio do governador José Reinaldo Tavares. Com histórico de oposição, já foi apoiado por Roseana Sarney em acordo político para a disputa da prefeitura de São Luís em 2000.

Apesar da grande e clara influência de José Sarney na indicação (como também em cada gestão) da maioria dos governadores eleitos após o seu mandato, essa influência ou participação direta não se deu em absolutamente todos os mandatos. Além de não concordar totalmente com a indicação de alguns candidatos (caso, por exemplo, de Nunes Freire em 1974), o grupo liderado por José Sarney sofreu a deserção de alguns nomes importantes por ele criados ou apoiados, como João Castelo (1979) e José Reinaldo Tavares (2003). Sofreu também a derrota de Roseana Sarney para o governo do estado em 2006, que mantém, entretanto, o mandato de senadora.

Pode-se considerar, entretanto, que uma oligarquia se estabeleceu quando se analisa, praticamente, a influência do grupo quase sempre majoritário nas decisões políticas e nas ações da gestão estatal e, simbolicamente, na valorização dos feitos do seu maior líder entre aqueles de maior importância para o estado, mesmo após tantos anos, como a construção – pelo governo federal – da hidrelétrica de Boa Esperança, a ampliação e pavimentação da malha viária estadual, a construção da ponte do São Francisco e da Barragem do Bacanga, a ampliação do sistema de telecomunicações em direção ao interior do estado, o

aumento no atendimento da educação pública, a construção do porto do Itaqui, entre outros⁴⁴.

Mesmo as candidaturas ao governo do estado não indicadas diretamente por José Sarney, as mesmas têm sempre uma relação com a sua vida política. Nunes Freire, por exemplo, foi um dos deputados que abandonou, juntamente com José Sarney e outros, o PSD em 1955, por ocasião do apoio de Vitorino Freire à candidatura de Assis Chateaubriand; além disso, apoiou a candidatura de José Sarney a governador em 1965.

Chama a atenção o fato de que o próprio senador José Sarney declarou, em recente artigo em que expõe sua ira contra José Reinaldo Tavares, que o seu candidato preferido, na época da sucessão de Pedro Neiva de Santana, era o próprio ex-governador agora atacado.

Em 1967 levei-o para o DER, em 1970, o fiz secretário de Planejamento. Briguei com o professor Pedro Neiva porque queria fazê-lo governador em 1974. Obtive sua nomeação como diretor do DNOS, então uma das maiores autarquias do Brasil. Com Geisel, o fiz presidente da Novacap e secretário de Obras do Distrito Federal. Presidente, nomeei-o superintendente da Sudene e depois ministro dos Transportes. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, Coluna do Sarney, 01 de janeiro de 2007)

O senador também não esconde o seu poder sobre as coisas políticas do estado, chamando para si a responsabilidade pela carreira do antigo aliado, o que reforça a idéia de uma oligarquia estabelecida. “Em 1990, o elegi deputado federal, em 1994, vice-governador. Repeti a dose em 1998, embora todos me advertissem de que ele não era mais o mesmo.” (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, Coluna do Sarney, 01/01/2007)

A atuação e influência dos Sarney na gestão estatal pode ser simbolicamente retratada pela figura de Jorge Murad, marido de Roseana Sarney que ocupava uma espécie de super-secretaria no seu governo, do qual chegou a ser conhecido como governador-de-fato. Antes disso havia sido secretário do

⁴⁴O desempenho político e os feitos do ex-governador são comemorados em caderno especial divulgado pelo seu próprio jornal em 29 de janeiro de 2006 no qual as ações do líder e fundador do grupo e o aniversário de 40 anos da sua posse no cargo de governador são enaltecidos (O ESTADO DO MARANHÃO, Suplemento Especial, 29 de janeiro de 2006)

Sarney presidente, atuando nos bastidores do Palácio do Planalto. Em praticamente todos os governos que sucederam ao de José Sarney no estado, os escalões de cargos de confiança eram ocupados, em grande parte, por seus seguidores, correligionários ou parentes.

Simboliza também a influência do grupo na gestão da coisa pública o sem-número de instituições ligadas ao Estado (nos âmbitos estadual e municipal) e de logradouros públicos que levam o nome do ex-governador ou de familiares seus. São prédios públicos (escolas, hospitais, sedes de tribunais, centros administrativos, museus...), pontes, bairros, avenidas e ruas, vilas e cidades.

Em estudo sobre a toponímia maranhense, COSTA identifica várias cidades com nomes de pessoas ligadas a Sarney, incluindo uma com o nome do próprio ex-governador, como também de aliados. São elas, entre outras: Presidente Sarney, Senador Alexandre Costa, Senador La Rocque, Governador Luís Rocha, Governador Edison Lobão.

Convém lembrar que a toponímia comemorativa da oligarquia Sarney foi toda ela instituída em 1996, quando da criação dos 81 novos municípios maranhenses. Através desse mecanismo, a oligarquia política reverencia a si mesma e a seus feitos na edificação do que denomina, em seu discurso, de um 'Novo Maranhão'. Como nos primórdios da República no Brasil, ainda vale a advertência de Lima Barreto: 'Há nos próceres republicanos uma necessidade extraordinária de serem gloriosos e não esquecidos pelo futuro'. (COSTA,1997, p.2)

A ratificação do quadro oligárquico no estado do Maranhão se dá pela eleição a governador, por dois mandatos, da filha de José Sarney, o que demonstra a manutenção de uma grande força regional e da possibilidade da herança política ser transferida para um membro da família. Entretanto, o período mais recente da história política do estado também é marcado pelo crescimento da oposição, o que é configurado pelo fato de o grupo liderado por Sarney nunca ter conseguido eleger o prefeito da capital, São Luís, desde a primeira eleição após a abertura democrática, realizada em 1985, como também pelo fato de alguns governadores romperem com o grupo após o mandato (ou ainda dentro dele), mesmo que seja mais por questões pessoais do que ideológicas, o que demonstra que há um confronto entre grupos pelo poder e que a chamada

oligarquia encontra quem discorde dela e a enfrenta, mesmo que por conveniência política.

A idéia de um grupo fechado é importante, pois indica as dificuldades vivenciadas pelo grupo oligárquico em absorver lideranças provenientes de outros setores sociais. Este é um fator nada desprezível de ocorrência de crises internas à oligarquia e de surgimento de dissidências (“rachas”). (COSTA, 1996)

Tal análise explica, de certa forma, a tendência de aliados (indicados e apoiados por José Sarney ao governo do estado do Maranhão) optarem pelo afastamento, ou mesmo rompimento, com o grupo dominante durante ou após o mandato, o que começou já no primeiro mandato de governador posterior ao de Sarney, no caso o de Pedro Neiva de Santana.

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o próprio Sarney ajudou a escolher o novo governador Pedro Neiva de Santana, seu ex-secretário de Fazenda e, portanto, um sarneísta de origem. Indicado pela Arena, Pedro Neiva foi eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa em outubro de 1970. O relacionamento de Sarney com Neiva, entretanto, acabaria esfriando no governo Emílio Médici (1969--1974), pois a corrente liderada pelo primeiro não recebeu nesse governo o apoio ostensivo que lhe tinha sido conferido nos anteriores. Neiva não era desautorizado pelo governo central em seus atos políticos, considerados prejudiciais à corrente sarneísta. (DHBB-FGV, 2000)

No mais das vezes, entretanto, essa tendência não era por demais danosa à composição e poder do grupo dominante visto que se mantinha a estrutura em pleitos e governos subseqüentes, como se pode perceber nos números das votações das eleições diretas para governador pós-abertura:

Governadores do Maranhão pós-abertura democrática

Ano	Candidato eleito	Apoio do grupo Sarney	Apoio do governador
1990	Edison Lobão (695.627 votos)*	Sim	Sim
1994	Roseana Sarney (753.901 votos)*	Sim	Sim

1998	Roseana Sarney (1.005.399 votos)	Sim	Sim
2002	José Reinaldo Tavares (1.076.893 votos)	Sim	Sim
2006	Jackson Lago (1.393.647 votos)*	Não	Sim

* segundo turno (Fonte: TRE/MA)

Sobre a hipótese de a derrota eleitoral em 2006 significar a extinção da oligarquia, ARAÚJO afirmou: “Mesmo que a candidatura de Jackson Lago consiga ter êxito eleitoral, derrotando as candidaturas sarneístas, não haverá nenhuma ruptura com o mandonismo no Maranhão, nem o fim imediato do sarneísmo”. (2006, p. 75)

E ainda que:

O controle exercido pelos Sarney no Maranhão tem a seu favor o poder da inércia, porque tanto no contexto estadual como no nacional não há, no momento, elementos constituídos e substanciais para provocarem eficazmente seu término.

Como observado anteriormente, os grandes períodos de mandonismo no Maranhão só tiveram descontinuidade com impactos de amplitude nacional, portanto, mas exógenos que endógenos. Exemplificando: o fim do mandonismo de Benedito Leite – provocado pela Revolução de 30; o término das interventorias – promovida pela queda do Estado Novo; a dissolução do vitorinismo – a ajuda deliberada e sistemática do regime instaurado pelo golpe de 1964. (ARAÚJO, 2006, p. 63-64)

Tal hipótese pode ser considerada de muita relevância se levar-se em consideração a grande influência do senador José Sarney junto aos três poderes, notadamente em Brasília, e a retribuída amizade que mantém com o presidente da República que, inclusive, já manifestou-se publicamente arrependido de tê-lo atacado no passado.

Durante vistoria à Ferrovia Norte-Sul, na cidade de Aguiarnópolis (TO), Luiz Inácio da Silva referiu-se a José Sarney, que estava presente, como "meu querido presidente" e pediu desculpas pelas críticas que já havia feito ao senador maranhense. "Quando eu te convidei para vir aqui é porque de vez em quando este país precisa ter humildade e fazer justiça às pessoas", disse o presidente, ressaltando que se arrependia de um dia já ter criticado a Norte-Sul, um dos principais projetos de Sarney. "Somente depois que eu comecei a andar o Brasil é que eu me dei conta de quantas vezes nós cometemos injustiças contra pessoas. Mas uma coisa eu tenho tranqüilidade, Sarney: nunca lhe ofendi", concluiu. (JORNAL VEJA AGORA, 20 de agosto de 2006)

Este estudo, no entanto, não busca aprofundar-se nesse tema, o que, acredita-se, poderá ser feito em estudos referentes e subseqüentes à mudança da liderança governamental e às ações político-eleitorais posteriores, pois a crise atual do grupo oligárquico e o seu futuro não correspondem ao objeto específico deste trabalho.

3.1 – Atuação e Controle dos Partidos Políticos

No âmbito regional e no tocante à atuação do grupo por muitos anos dominante, a influência do ex-governador e ex-presidente José Sarney sobre os partidos políticos no estado do Maranhão apresenta-se praticamente desde a primeira hora da sua atuação política como governador do estado, embora já demonstrasse penetração e influência no âmbito federal antes disso.

Empossado em março de 1966, Sarney encontrou no PSD e no vitorinismo uma oposição natural ao novo governo. Entretanto, a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo diluíram essa oposição formal, já que tanto Sarney como Vitorino ingressaram no partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Segundo José Ribamar Caldeira, esse fato contribuiu para que Sarney desenvolvesse sua ação política com grande desembaraço, pois Vitorino manteve-se afastado do Maranhão, evitando o constrangimento de um confronto com um membro do mesmo partido. (DHBB-FGV, 2000)

Apesar de sua relação direta com a Arena, “Sarney não encontrou grandes obstáculos por parte do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) maranhense - um partido de pouca expressão e dimensões - devido à popularidade do movimento de 1964 no estado. Dessa forma iniciou-se o predomínio do sarneísmo.” (DHBB - FGV, 2000)

Antes, porém, de se estabelecer um domínio sobre as agremiações partidárias, ou a sua maioria, a estratégia do grupo liderado por José Sarney para conquistar o governo do estado passava pela desestabilização da estrutura eleitoral da época e, conseqüentemente, do domínio do PSD. Para isso seriam necessárias a adesão do eleitorado da zona rural e a revisão do número de eleitores aptos, visto que as denúncias de fraude eram significativas. A arregimentação do eleitorado rural deu-se com a organização dos adversários do vitorinismo, incluindo-se as lideranças originárias das associações de lavradores e trabalhadores rurais, além de sindicatos da área, que haviam sido fechados pela ditadura e cujos líderes haviam sido presos. A idéia era desarticular a estrutura de controle de votos do PSD no interior.

Percorrendo inúmeros povoados, fazendo contatos e estimulando debates, os trabalhadores rurais apoiaram a candidatura Sarney. Em comícios, no interior, o candidato prometia a reabertura das agremiações e o seu livre funcionamento, caso lograsse êxito a coligação oposicionista. Tal não aconteceria, entretanto. Os trabalhadores rurais que haviam participado da campanha no vale do rio Pindaré tentariam reabrir os sindicatos logo no início do governo Sarney, mas seriam desencorajados pelas autoridades municipais e estaduais. (DHBB-FGV, 2000)

Ao mesmo tempo, estava entre os objetivos do governo Castelo Branco (marechal e 1º presidente do regime militar) o afastamento de líderes tradicionais do PSD em alguns estados. Entre eles Vitorino Freire. Com esse intuito foi promovida uma revisão dos eleitores do estado do Maranhão. Em 1962 havia 497.436 eleitores inscritos no estado. Após a revisão, o número passou a 291.230 aptos a votar. Os 206.206 eleitores restantes foram considerados inexistentes ou “fantasmas”.

A trajetória política de José Sarney indica a sua participação, e influência, em partidos políticos sempre ligados ao poder. Do início no PSD e passagem pela UDN, já indicados acima, o hoje senador pelo PMDB do Amapá transita na elite política brasileira desde então. Eleito governador pela UDN, José Sarney filiou-se à Arena, um dos partidos (juntamente com o MDB) autorizados a funcionar pelo regime militar, e disputou a liderança da agremiação no âmbito regional pela lógica da sublegenda, em que um partido poderia lançar mais de um candidato para os cargos majoritários⁴⁵, principalmente no período do governo de Nunes Freire, no qual encontrou um adversário. O senador da época e o governador (Sarney e Nunes Freire) disputavam o poder no estado dentro do mesmo partido.

No início do governo do presidente general João Baptista Figueiredo (1979-1985), fortalecido pelo domínio da Arena no Maranhão, tendo derrotado Nunes Freire, e por sua defesa incondicional do movimento golpista de 1964, José Sarney é indicado por Figueiredo para presidir a Arena, mesmo sem poder sê-lo, a princípio, por não fazer parte do diretório nacional do partido. Dentro dos vieses comuns na política brasileira, a Arena iniciou um processo de renúncia de membros do diretório para que José Sarney pudesse assumir uma vaga e concorrer à presidência, substituindo Francelino Pereira, que fora indicado candidato ao governo de Minas Gerais.

Apesar de defender inicialmente o bipartidarismo, o senador passou a apoiar a criação de novos partidos, opinião que já tomava corpo inclusive dentro do próprio regime. Os governistas temiam a repetição do fenômeno de 1974 em que o MDB saiu vitorioso nas eleições de vários estados importantes, principalmente do Sudeste do país. Considerando que o voto no MDB significava o voto contra a ditadura, casuisticamente, a divisão em vários partidos poderia fragilizar a oposição e favorecer os candidatos do governo.

Com a abertura política, ocorrida no final de 1979, criou-se o Partido Democrático Social (PDS), governista – do qual Sarney foi fundador, primeiro coordenador e redator do projeto de manifesto – e abriu-se a oportunidade do

⁴⁵ No caso para prefeito e senador, já que os governadores dos estados eram eleitos de forma indireta.

surgimento de outros partidos como o Partido Popular (PP) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Vieram logo depois o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores). José Sarney seria eleito presidente do PDS no início de 1980.

Seguindo determinação do presidente Figueiredo, José Sarney tratou de tentar organizar o PDS nacionalmente e prepará-lo para a sucessão presidencial. Ao mesmo tempo em que era derrotada a proposta de eleições diretas para todos os cargos políticos no país, inclusive para a presidência da República (Emenda Dante de Oliveira), a candidatura de Aureliano Chaves (vice-presidente da República) para presidente do PDS, apoiada por Figueiredo e Sarney, sofreu forte oposição dentro do partido, principalmente de aliados do outro candidato, Paulo Maluf.

Nesse quadro, José Sarney renuncia à presidência do PDS em 1984 e, juntamente com dissidentes do partido passa a compor a Frente Liberal, que o indicaria candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves na eleição de janeiro de 1985, a última feita pelo Congresso Nacional antes da abertura política. Apesar da rejeição de parte do PMDB ao seu nome e da criação do Partido da Frente Liberal pelo movimento do qual era um dos líderes, José Sarney filiou-se ao PMDB em agosto de 1984, confirmando a aliança da Frente Liberal com o PMDB (Aliança Democrática) e a chapa Tancredo-Sarney para disputar a presidência.

Por força de uma cirurgia à qual foi submetido Tancredo Neves na véspera da posse, José Sarney toma posse em 15 de março de 1985 como presidente interino, confirmado depois com a morte de Tancredo em 21 de abril. Tendo enfrentado várias crises políticas e institucionais no seu governo, o presidente promulga a nova Constituição (em 1988) e, posteriormente, elege-se senador pelo estado do Amapá em 1990 (fato que se repetiu em 1998 e 2006) por não conseguir ser o candidato do seu partido pelo estado natal, já que o governador Epitácio Cafeteira não abriu mão da candidatura ao senado pelo PMDB. Era a primeira eleição no Amapá, que seria elevado à categoria de estado da federação a partir de 1º de janeiro de 1991.

Ao final do seu governo, desgastado por uma crise econômica nunca vista em que a inflação chegou próximo dos 100% ao mês, José Sarney viraria o alvo principal de muitos dos candidatos à primeira eleição direta para presidente após a abertura política, inclusive (e principalmente) de Fernando Collor que ganharia as eleições.

A situação levou o grupo a problemas políticos, inclusive com a dificuldade de Roseana Sarney conseguir legenda para a sua candidatura em 1990.

Histórias e fábulas trazem geralmente uma lição no final. Esta, embora pertença ao universo nada angelical da política, também termina com um ensinamento. Quem a narra é a própria protagonista, que nos últimos dias está provocando frisson nos pefelistas e calafrios nos tucanos. Sentada num sofá de um dos salões do histórico Palácio dos Leões, em São Luís, na tarde de quarta-feira 7, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, resgata um capítulo de sua vida política, ocorrido há 12 anos, quando seu pai José Sarney deixava o Planalto com baixa popularidade. Assessora no Gabinete Civil da Presidência, Roseana, então com 36 anos, queria abrigo em alguma legenda para tentar eleger-se deputada federal no pleito de 1990. Mas deu com a cara na porta de todos os partidos que procurou. Quase todos. 'Ninguém me quis. O PFL foi o único que me aceitou', conta, com uma ponta de malícia no sorriso. Foi eleita deputada e governadora em 1994. Em 1998, repetiu a dose e hoje está no topo da lista dos governadores mais bem avaliados, segundo o Ibope, com 88% de aprovação. Moral da história: nada como um dia após o outro. Hoje, do alto de seus quase 20% na última pesquisa CNT/Sensus para presidente, ela garante: 'Não troco o PFL por nenhum outro.' A recíproca certamente é verdadeira. (COSTA, 2001)

Senador pelo Amapá, o ex-presidente afastou-se por pouco tempo do cenário nacional para voltar, representado pela atuação dos filhos José Sarney Filho e Roseana Sarney (então deputados federais) no processo de afastamento de Collor do cargo de presidente. Retorna então a exercer influência nacional, com atuação ainda discreta no governo de Itamar Franco (1992-1995) e de apoio ao de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de quem Sarney Filho foi ministro do Meio Ambiente. O grupo foi também eleitor declarado de Luís Inácio Lula da Silva em 2002.

Apesar de ainda não ter sido presidente do PMDB, José Sarney foi, pelo partido, presidente do Senado (e do Congresso Nacional por consequência) de 1995 a 1997, com o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso, e de 2003 a 2004, com o apoio do presidente Lula.

No âmbito regional, a força do ex-governador e ex-presidente e de seus seguidores no campo partidário mantêm-se na atualidade.

Segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão, todos os partidos registrados no país (quadro abaixo) têm representação no estado e todas as representações têm sua sede estadual localizada na capital, São Luís (Ver anexo B).

Partidos políticos registrados no Brasil⁴⁶

	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	Nº
1	PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.06.1981	15
2	PTB(PSD)*	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	03.11.1981	14
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981	12
4	PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.02.1982	13
5	PFL	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL	11.09.1986	25
6	PL (PST/PGT)*	PARTIDO LIBERAL	25.02.1988	22
7	PC do B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.06.1988	65
8	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	01.07.1988	40
9	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.08.1989	45
10	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.02.1990	36
11	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.03.1990	20
12	PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990	33
13	PRONA	PARTIDO DE REEDIFICAÇÃO DA ORDEM NACIONAL	30.10.1990	56
14	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991	44
15	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.03.1992	23
16	PV	PARTIDO VERDE	30.09.1993	43
17	PT do B	PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL	11.10.1994	70
18	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995	11
19	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (ANTIGO PRT)	19.12.1995	16

⁴⁶ Os partidos indicados são os registrados até o início do processo eleitoral de 2006, visto que, após o pleito, houve modificações no quadro determinadas principalmente pela cláusula de barreira, que mesmo proibida por ato do Supremo Tribunal Federal, em dezembro de 2006, tinha o seguinte teor: “A cláusula de barreira faz parte da lei 9.096, dos partidos, de 1995 e, a partir de 2007, restringe a participação na vida política das legendas que não atingiram nas eleições de 2006 5% dos votos válidos para deputado federal em todo o país, distribuídos em pelo menos nove estados e com, no mínimo, 2% dos votos em cada um. O partido que não cumprir essa exigência ficará de fora de comissões no Congresso (como CPI) e não poderá indicar lideranças para as discussões de projetos, por exemplo. (...) esses partidos terão que se contentar com minguados dois minutos de televisão em cada semestre (quem supera a cláusula, por exemplo, ganha 20 minutos por semestre, além de 40 minutos para inserções de 30 segundos ou um minuto). A lei atinge ainda o bolso das legendas que não cumprirem a regra. Elas terão de dividir irrisório 1% do total do fundo partidário. Em 2006, foram R\$ 117 milhões aos 29 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ou seja, se a regra valesse em 2006, os partidos fora da cláusula teriam que ratear pouco mais de R\$ 1,1 milhão para pagar as contas. (COLON, 2006)

20	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	09.05.1996	21
21	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	28.03.1995	28
22	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.03.1997	31
23	PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO	05.08.1997	27
24	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.09.1997	29
25	PTN	PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL	02.10.1997	19
26	PAN	PARTIDO DOS APOSENTADOS DA NAÇÃO	19.02.1998	26
27	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	02.06.1998	17
28	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.08.2005	10
29	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.09.2005	50

(*) Incorporação do PSD ao PTB.

(*) Incorporação do PST e do PGT ao PL.

Na contemporaneidade, a simples comparação entre os partidos coligados nas eleições indica a preponderância numérica na adesão ao grupo Sarney. Dados do TRE (Ver anexo C) indicam que das coligações que disputaram as eleições para governador em 2006, aquela ligada ao grupo do ex-governador José Sarney era a que apresentava a maior quantidade de partidos, somando 11 agremiações (coligação “Maranhão a Força do Povo 1” - PFL, PMDB, PTB, PP, PTN, PL, PRTB, PV, PRP, PSC e PHS). Em um outro campo estava a maior parte dos demais partidos, mesmo que apoiando candidatos diferentes: coligação “O Povo no Poder” (PRB, PT, PMN, PSB e PC do B); coligação “Frente de Libertação do Maranhão” (PDT, PPS e PAN). Partidos como PSDB, PSTU, PSOL, PCO, PRONA e PSDC lançaram candidatos sem coligação com outros partidos.

Os demais partidos (PSL, PCB, PT do B e PTC), apesar de terem representação no estado, não apresentaram registro de candidaturas, ou coligações, para o cargo de governador.

Mesmo após o 1º turno das eleições, quando os grupos de oposição ao grupo Sarney se uniram em torno de uma única candidatura (PRB, PT, PMN, PSB, PC do B, PDT, PPS, PAN e PSDB), o número de partidos efetivamente unificados não superou a coligação pró-grupo Sarney.

Apesar do posicionamento no campo da oposição ao grupo de José Sarney, grandes partidos (em tamanho ou em importância na história recente) também tiveram alguma ligação com o grupo combatido. Partido que governou o país entre 1995 e 2002, o PSDB era coligado nacionalmente com o PFL da então

governadora Roseana Sarney (que governou praticamente no mesmo período de Fernando Henrique Cardoso). Se havia/há embates políticos no âmbito regional, a força da coligação que governava o país (PSDB-PFL) trazia também setores do partido para o lado da governadora – incluindo-se a direção nacional, visto que Sarney Filho, irmão da governadora, foi ministro de Fernando Henrique Cardoso na época –, o que determinou uma convivência no mínimo amistosa.

O PDT caracterizou-se por encabeçar a oposição ao grupo Sarney, principalmente na capital do estado, onde consegue eleger seus candidatos, e aliados, desde 1988. Entretanto, na eleição para a prefeitura de São Luís no ano de 2000 noticiou-se uma espécie de acordo do partido com a então governadora Roseana Sarney pelo qual não teriam candidatos contrários. Roseana, inclusive, declarou o voto em Jackson Lago. O apoio foi público e repercutiu na imprensa mesmo na eleição para governador de seis anos depois, como em matéria da agência Reuters sobre a vitória de Jackson Lago sobre Roseana Sarney: “Três vezes eleito prefeito de São Luís, Lago começou a ampliar o leque de alianças com setores mais conservadores em 2000, quando foi reeleito na capital utilizando o apoio da rival que bateu neste domingo.” (SAVARESE, 2006)

Mesmo o PT, que sempre discursou contra as oligarquias regionais e o atraso político, aliou-se (pelo menos parte significativa dos seus quadros) ao grupo Sarney, tanto em 2002, quando Lula foi eleito presidente com o apoio de Roseana, que havia se incompatibilizado com a candidatura de José Serra⁴⁷, quanto em 2006, ano em que – apesar de a direção estadual do partido ir em outra direção – o presidente da República e candidato a reeleição, Luís Inácio Lula da Silva, envidou esforços pela eleição de Roseana.

Sobre o quadro de 2002 e a participação da direção nacional do PT, ARAUJO afirma:

⁴⁷ O rompimento do PFL maranhense com o PSDB e a candidatura Serra deu-se após operação da Polícia Federal que encontrou (em 2002) grande volume de dinheiro em espécie, de origem não explicada, em um escritório do marido de Roseana Sarney, Jorge Murad, em São Luís. Roseana despontava como candidata a presidente da República e teve suas pretensões abaladas a partir do episódio.

É fato que a direção interferiu na campanha local, visando diminuir denúncias e ataques ao grupo Sarney no horário eleitoral gratuito. Essa interferência, no PT local, era uma forma de retribuir, ao grupo Sarney o apoio à candidatura de Lula. A propaganda eleitoral do PT acabou sendo sem muitos ataques ao sarneísmo. Dizia-se em forma de piada que o candidato do PT a governador era um candidato “banana”, já que o candidato “laranja” da família Sarney era Ricardo Murad, irmão do marido de Roseana Sarney.

Logo em seguida, Washington Luiz (então presidente do PT), na condição de suplente, assumiu a vaga de deputado federal de Remi Trinta (PL), titular licenciado. Isso fez com que grupos do PT denunciassem essa “licença” como um acordo de alinhamento do PT local com o grupo Sarney. (ARAUJO, 2006, p, 70)

Em 2006, o PT criou comitê na área nobre da cidade de São Luís que recebia correligionários de Roseana. Lula gravou mensagem de apoio para o horário eleitoral de rádio e TV e subiu no mesmo palanque eleitoral cercado de partidários do PT e da coligação que apoiava Roseana. O presidente não só assumia de vez sua aliança com os antes combatidos oligarcas regionais (e com suas artimanhas políticas), como também desautorizava a direção estadual do partido com a sua atitude. Mesmo após o ato público de apoio de Lula a Roseana, o PT estadual continuou em campanha pelo voto em Lula (que apoiava Roseana) para presidente e Jackson Lago (que não apoiou candidato específico para presidente no segundo turno) para governador.

Juntamente com o PSB, PDT e PT lideraram as candidaturas e campanhas anti-Sarney na eleição de 2006 no estado.

Ratificando a participação na administração do Estado como uma das estratégias dos oligarcas, a relação do PT e do presidente da República com o clã Sarney não se restringiu a essa troca de apoio nas eleições. O próprio Partido dos Trabalhadores reconhece que dentre os diversos cargos públicos federais de confiança e de prestígio disponíveis no Maranhão, no primeiro governo Lula, o partido indicou apenas três (DRT, IBAMA e INCRA). Os demais, ou a sua grande maioria, foram indicados pelo ex-presidente, como a direção de órgãos da administração direta, das autarquias, dos bancos públicos federais e de outras empresas estatais.

Segundo o pedetista Jackson Lago, 53 dos 56 cargos federais no Estado foram indicados pelos Sarney. A última indicação foi em junho, com a

posse de Gerardo Freitas Fernandes, primo de Manoel Ribeiro, na superintendência regional do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes. Roseana é acusada de usar o programa Luz Para Todos, do governo federal, para favorecer prefeituras. O programa é administrado pelo Ministério de Minas e Energia, cujo titular, Silas Rondeau, foi indicado por José Sarney. O diretor nacional do Luz para Todos, José Ribamar Santana, é maranhense e indicado por Sarney. O governador registrou denúncia no Ministério Público Federal e se queixou com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Roseana nega interferência no programa, mas diz que ajuda os prefeitos enviando ofícios. (LOBATO, 2006)

Questionado pela revista Carta Capital, em entrevista publicada em novembro de 2005, sobre o grupo que se organizava para combatê-lo no estado, José Sarney é enfático: “Carta Capital: Há uma frente de oposição formada por alguns ex-aliados... José Sarney: Todos são ex-aliados. O governador, aliás, é membro do conselho da Fundação” (LÍRIO, 2005), referindo-se ao fato de que José Reinaldo Tavares compõe o conselho da Fundação José Sarney que, entre outras atividades, administra o Convento das Mercês, nobre edificação colonial localizada no centro histórico de São Luís, reformada e cedida pelo governo de Epitácio Cafeteira à fundação.

A afirmação do ex-presidente, ainda que seja inserida no jogo político, ilustra a sua estreita relação com os partidos, mesmo os ditos de oposição.

3.2 – A Relação Privado e Público nas Estratégias de Comunicação

Característica intrínseca à sociedade brasileira, o patrimonialismo⁴⁸ é também característica da estratégia hegemônica de dominação na experiência maranhense. E não poderia ser diferente.

O historiador Renato Lessa, indica que há uma “ética política predatória” que está associada ao comportamento das oligarquias, na medida em que estas,

⁴⁸ Sobre o tema ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

para se conservarem no poder, apresentam um 'apetite' insaciável sobre o Estado. (LESSA apud COSTA, 1996). Desse modo:

Um dos elementos primordiais para a manutenção do domínio oligárquico é a utilização patrimonial do Estado (*grifo do autor*), ou seja, o uso da máquina pública em benefício particular, privado. Essa utilização privada da coisa dita pública pode assumir variadas formas, como por exemplo: a divisão de cargos e verbas públicas entre aliados, o controle e a manipulação (quando não a fraude) do processo eleitoral; o controle sobre os poderes Executivo Legislativo e Judiciário, a corrupção administrativa, a concessão de benefícios ao setor privado...(COSTA, 1996, p. 2)

Em relação aos meios de comunicação, a prática não é diferente, a despeito de um pretenso embate pluralista e democrático na área da concessão pública de meios eletrônicos de comunicação.

Essa perspectiva apontaria para um acesso irrestrito de todos os grupos de pressão (sindicatos patronais e de trabalhadores, partidos, movimentos sociais...) aos meios de comunicação, o que determinaria uma igualdade na disputa pelo direito de veicular e conquistar/exercer a hegemonia, pelo menos em determinados aspectos. Isso não se dá na prática. As políticas de concessão de meios eletrônicos (rádio e TV), assentadas no patrimonialismo, na benesse e no favorecimento político, assim como os altos custos de criação e manutenção de veículos impressos, por exemplo, servem para demonstrar que, na prática, a conquista e/ou manutenção da hegemonia através dos meios de comunicação é restrita a uma classe, em que pesem as experiências que visam à democratização dos meios. (COUTO, 2003, p. 18-19)

Embora não sobreviva apenas de meios concedidos pelo Estado, essa relação se faz presente na constituição da estrutura político-empresarial do grupo por longo tempo dominante no Maranhão.

3.2.1 – O Grupo Dominante e os Meios de Comunicação

Embora no decorrer da elaboração desta pesquisa tenha havido uma mudança no domínio político (grupo dominante, conforme Gramsci) no governo do

estado do Maranhão, o grupo dominante indicado no subtítulo acima refere-se àquele detentor/orientador do poder regional por mais de 40 anos, tanto pelo tempo de domínio desse mesmo grupo, quanto pelas incertezas em relação ao encaminhamento político do grupo hoje no poder em relação à oligarquia, conforme indicado acima⁴⁹.

O envolvimento político (e com políticos) de veículos de comunicação não é uma situação recente, como pode ser percebido nas palavras de Antonio Gramsci e no posicionamento dos autores de Frankfurt citados, entre outros, acima. Também no Maranhão essa relação não chega a ser novidade, como demonstra trabalho do professor e pesquisador maranhense Sebastião Barros Jorge que identifica os pasquins do Maranhão no século XIX e o seu envolvimento com a política.

No Maranhão era só farra. Ninguém levava a sério esses papéis ousados, a não ser os adversários atingidos, que respondiam com outra dose de desaforos. Às vezes, alguns cidadãos ofendidos recorriam ao desmentido, publicando suas razões.

O pesquisador maranhense Domingos Vieira Filho em breve análise sobre os jornais locais do século XIX, focalizando *O Bem-te-vi*, disse que a nossa imprensa se notabilizou por diversas folhas bem escritas, embora nelas predominassem a nota passional e o engajamento de facção que a política da época autorizava. (JORGE, 1998, p. 19)

O autor exemplifica, apontando os jornais *O Cometa* como porta-voz do Partido Cabano; *O Bem-te-vi*, como pertencente a uma facção do Partido Liberal; *O Guajajara*, como defensor do Partido Bem-te-vi; *O Pica-pau*, como adversário do Partido Bem-te-vi; *O Caboclo Maranhense*, também ligado ao Partido Bem-te-vi e criado para se contrapor ao *O Pica-pau*; e mais o *Figa*, *A Malagueta Maranhense*, entre outros.

Também o já citado historiador Wagner Cabral da Costa indica essa ligação quando esclarece, por exemplo, que nos anos 1960 o Jornal Pequeno, O Imparcial e o Jornal do Dia eram ligados à oposição e saudaram de maneira enfática a eleição, e posse, de José Sarney para governador (2006, p, 21), e que o Diário da

⁴⁹ Como visto, o ex-governador José Reinaldo Tavares chegou ao poder aliado aos Sarney e o atual governado, Jackson Lago, já fez acordo com o grupo em outro momento político.

Manhã seria ligado ao grupo do ex-governador Newton Bello, que deixaria a situação após a derrota em 1965 (COSTA, 2006, p. 25).

Mas a experiência que se constituiria durante a campanha para o cargo de governador, em 1965, e nos anos subsequentes, é *sui generis*, pelo poderio desenvolvido e pela demarcação do poder em torno de uma pessoa e de sua família, não necessariamente em partidos políticos.

A relação do grupo dominante na política do Maranhão com os meios de comunicação desde então remonta ao início da carreira política do seu maior dirigente: José Sarney. São fortes os indicativos da percepção pela força política que se organizava de que a utilização dos meios de comunicação lhe seria importante e favorável.

Por ocasião da campanha para o cargo de deputado federal em 1962, e sobre a utilização dos meios de comunicação⁵⁰, afirma BUZAR que José Sarney

Partiu para as eleições disposto a reconquistar o lugar de líder opositor, aproveitando-se da implacável mobilização de forças direcionadas contra a sua candidatura. Utilizando com competência os meios de comunicação de massa, que, por força da legislação eleitoral, foram colocados à disposição dos partidos e dos candidatos, realizou uma campanha brilhante, agressiva e contundente contra os antigos aliados, principalmente o governador Newton Bello. (BUZAR, 2001, p.291)

⁵⁰ Segundo estudo desenvolvido no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro): Apesar da existência de um Código Eleitoral, o Brasil tem, desde os anos 50, criado uma nova lei eleitoral específica para regular cada pleito que se realiza. Estas estão sempre sujeitas a refletir os casuísmos do momento.

A primeira lei criada para regulamentar a propaganda eleitoral foi a Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950. Desde então, as leis eleitorais no Brasil passaram a estipular um horário destinado à propaganda eleitoral num período que variava de acordo com a lei e o nível do pleito.

Embora o horário destinado à propaganda eleitoral não fosse gratuito, a Lei nº 1.164 obrigava as emissoras a estabelecer rigorosos critérios de rotatividade que atendessem a todos os partidos políticos, assim como fixar tabelas de preços iguais para todos eles (art. 130).

Os partidos políticos só vieram a ter direito à propaganda eleitoral gratuita através da Lei nº 4.115, de 22 de agosto de 1962. Isso não significou que a partir desta data estava proibida a propaganda paga no rádio e na televisão. Até 1974, a propaganda paga coexistiu com a gratuita.

Em 15 de julho de 1965 foi instituído o novo Código Eleitoral brasileiro, que trouxe uma novidade importante. Ele obrigava as emissoras a concederem, fora dos anos eleitorais, um espaço de uma hora por mês para os partidos políticos apresentarem seus programas (art. 250, par. 1º). Contudo, essa inovação foi eliminada pelo artigo 50 da Lei nº 4.961, de 4 de maio de 1966. (JORGE, Vladimyr Lombardo. **Os Meios de Comunicação de Massa nas Campanhas Eleitorais**. Comunicação & Política, vol. IV, nº 1, janeiro/abril de 1997.

Tal situação já suscitou, inclusive, estudo sobre a utilização da mídia, com destaque para o rádio, no início daquela carreira⁵¹. O trabalho indica que na campanha para a eleição de governador de 1965 as “estações de rádio tocaram incessantemente o jingle da campanha do candidato José Sarney: ‘Meu voto é minha lei / governador José Sarney’” (PACHECO apud PEREIRA, 2006).

Os responsáveis pela campanha do então deputado federal ao governo do estado produziram, inclusive, um disco com a participação de artistas de renome no rádio brasileiro, dando mostras da importância dada às estratégias de convencimento eleitoral por intermédio dos meios de comunicação. O disco era tocado nas rádios e em carros de som.

A grande novidade nessa campanha eleitoral foi a inclusão da plataforma de governo em forma de músicas, que eram tocadas nos carros de som e nas rádios. Essa novidade foi feita por Miguel Gustavo que deu ao disco o nome de “Show da Vitória”. Nele cantavam os maiores nomes da música brasileira da época: Agostinho de Moreira, Elza Soares, Elisete Cardoso, o palhaço Carequinha. Os locutores das chamadas, pedindo os votos para o governador José Sarney eram: Cid Moreira e Aracy de Almeida. (D’ELBOUX, 2003)

Após as eleições, e para divulgar as suas ações, o governo utilizava a Rádio Timbira, estatal de grande audiência na época e cujos dirigentes são indicados pelos governadores. Veiculavam-se informações e *spots* (peças para rádio previamente preparadas com o sentido de propagandear algo) que divulgavam os atos do governo.

Antes disso, porém, outra estratégia foi utilizada para a divulgação de suas idéias e reforço da sua influência política: o cinema. Para tanto foi contratado Glauber Rocha, um dos precursores e dos principais cineastas do movimento chamado “Cinema Novo” que se desenvolvia no Brasil, que filmou as solenidades de posse do governador eleito e produziu um documentário com o objetivo de ser veiculado nas salas de cinema do estado. “Um curta-metragem exibido como cine-jornal denominado *MARANHÃO 66: posse do governador José Sarney*” (COSTA, 2006, p. 27).

⁵¹ Ver PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. A construção midiática do político José Sarney: 1962-1970. Recife 2001

É certo que o cinema não se firmou como um meio de comunicação para as massas no sentido da transmissão de informações e disseminação em larga escala de posturas e idéias, como o rádio e a televisão, encaminhando-se mais para a área do entretenimento. Nos anos 1960, entretanto, o meio era ainda muito influente e importante no Brasil, notadamente nos estados em que a televisão ainda não se afirmara (no Maranhão a TV Difusora iniciaria em caráter experimental em 1963). Muitas cidades do interior, porém, mantinham salas de projeção e várias delas existiam na capital, o que conferia ao cinema um status importante como forma de diversão e transmissão de informação.

Segundo COSTA (2006, 27-28), apesar de já ter o seu nome reconhecido pelo talento com as câmeras, sobretudo pelo lançamento em 1964 de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, Glauber Rocha necessitava dessas produções encomendadas “para sobreviver”. Além disso, o contato com o governador José Sarney e o seu desempenho no projeto para o qual fora contratado valeram a ele o patrocínio do extinto Banco do Estado do Maranhão à sua produção seguinte, o não menos famoso *Terra em Transe*. Nesse filme, inclusive, foram utilizadas algumas tomadas do documentário feito sob a encomenda de Sarney, embora se tratasse de obra ficcional.

Para o sociólogo Rossini Corrêa, o filme e o seu enredo basearam-se na experiência do cineasta no Maranhão.

Com correspondência, inclusive, entre atores reais e ficcionais: José Sarney seria o líder populista *Dom Felipe Vieira*; Bandeira Tribuzzi, o amargurado intelectual de esquerda *Paulo Martins*; Vitorino Freire, o líder reacionário e conservador *Dom Porfírio Díaz*. (ROSSINI apud COSTA, 2006, p. 29)

Apesar da expectativa criada de que o documentário produzido por Glauber Rocha destacaria as belezas de São Luís e as potencialidades do Maranhão, o conteúdo da fita – com as chamadas “estratégias de agressão” idealizadas pelo cineasta – chocou a comunidade ao estrear em abril de 1966 nos cinemas da capital. Mesmo com alguns críticos que não queriam reconhecer as mazelas da época, o filme aparentemente surtiu o efeito desejado que era o de mostrar a real

situação do estado na época da posse do novo governador e sugerir que uma comparação deveria ser feita com as condições que o novo governador deixaria o estado no final do seu mandato. Como nas palavras destacadas de texto da época do jornalista Lago Burnett:

O cineasta estava 'fazendo um documentário para o Governador das condições em que o Estado foi deixado por seus antigos donatários', seguido da lembrança de que, daí a cinco anos, seria necessário compará-lo com os resultados da administração Sarney (COSTA, 2006, p. 30)

Sob um ponto de vista estético, a estratégia dos produtores do documentário foi a de relacionar imagens chocantes da situação do povo do estado do Maranhão com o passado e o presente e vincular a posse do novo governador com o futuro e com a promessa de superação dos problemas apontados no filme. Nele, o novo governador aparece em praça pública, diante do povo que o aclama, discursando contra as condições que os que o antecederam permitiram que o estado chegasse, e sugerindo que a situação mudaria a partir daquele momento e do seu trabalho.

Do ponto de vista da rotina política contemporânea de utilização dos meios e estratégias de comunicação (principalmente nos períodos de eleição) para persuadir o eleitor, chama a atenção no filme *Maranhão 66* o fato de que se adotava uma estratégia de transmissão de informação, e conseqüentemente de um discurso, em um período pós-eleitoral e em um meio de comunicação eficiente para a época, embora sem as mesmas condições técnicas e de cobertura dos meios contemporâneos (TV, vídeo-teipe, transmissão em rede, simultaneidade etc).



(Cenas do filme *Maranhão 66*)

Outra experiência de produção de filme sobre a atuação política do governador se deu no final de seu governo (1970), quando foi produzido o documentário *O Milagre do Maranhão*. Estudo no âmbito do curso de Comunicação Social da UFMA indica que se trata de

Um fragmento cinematográfico feito pelo cineasta romeno Isaac Rozenberg cria um Maranhão diferente, pois expõe uma grandeza e opulência que só existiam nos discursos de José Sarney e dos militares. O filme traça um perfil do governo do Maranhão, o sucesso das obras e de um governo que está de acordo com as ordens dos militares. Uma

campanha de exaltação do poder político do regime. (CERQUEIRA e PINTO, 2005, p. 1)

A análise aponta ainda as estratégias de produção, objetivos e a ligação do filme com a política do regime militar.

Antes de produzir “*O Milagre do Maranhão*” Rozenberg fez, em 1963, o filme *Maranhão Sempre Belo*, encomendado pelo governador Newton Bello, para registrar a sociedade maranhense da época. Isaac trabalhava na contramão do Cinema Novo, enquanto este buscava inovar e descobrir novas técnicas a baixo custo, Rozenberg abusava da qualidade técnica e de tecnologias bancadas pela exigência de seus clientes: os militares. Esta “aliança” profissional com os militares renderam ao cineasta certo preconceito na história do nosso cinema. Isaac faleceu de leucemia aos 72 anos em 1983, deixando viúva e cinco filhos.

O filme faz parte da série “Coisas do Brasil” - documentários produzidos no período de 1964 a 1985, para exaltar a competência dos militares diante da administração do país. Isaac fez mais de cinquenta produções em todo o Brasil. *O Milagre do Maranhão* traz uma grande inovação técnica para o Estado. Um filme político com cenas aparentemente reais e com um trabalho de montagem e edição mais dinâmico - com um ritmo mais rápido para dar o dinamismo às obras. Isaac buscou enquadramentos novos, aspectos iconográficos dos representantes públicos. Planos, seqüências em vários ângulos, imagens aéreas, planos e contra-planos, o que deu uma leveza no filme, mesmo sendo “chapa branca”, o que garantiu uma aceitação e consumo mais suave e rápido. O espectador assiste como um grande álbum de fotografia, sempre atento aos detalhes e ao ambiente exposto pelo cineasta. A sonoplastia permite uma inserção mais interativa, o som permite ao espectador se inserir no contexto e presenciar as ações do filme, de fato o som permitiu uma linguagem mais forte e atrativa. Mostrou ao Maranhão uma outra forma de se fazer política, uma nova estratégia de conquistar mentes. (CERQUEIRA e PINTO, 2005, p. 2)

O filme, segundo a análise, pretendia ser uma prestação de contas e reforço para a candidatura de José Sarney ao senado e às suas ações políticas.

O filme enaltece em cada cena a figura do governador, sua vanguarda, como exemplo temos o caso da implantação da TVE (Televisão Educativa), da criação da Cohab e de outros projetos. Finaliza com a despedida de Sarney, em praça pública, no dia 14 de maio de 1970, para disputar uma vaga no Senado. Chega ao fim a prestação de contas do governador José Sarney, que se propôs a desenvolver o Maranhão e exterminar o *modus operandi* oligárquico de governo. No final de sua gestão como governador o que fica perceptível, através da forma como o vídeo foi concebido e da própria estratégia política de Sarney, é que ele inicia (se estabelece) uma nova força política no Estado, com ressonância em todo o território brasileiro. (CERQUEIRA e PINTO, 2005, p. 7-8)

Ainda como governador, e tendo como base informativa e persuasiva, a emissora oficial do governo do estado (Rádio Timbira), José Sarney inova também ao criar a TV Educativa do Maranhão (1969) e ao modificar o Diário Oficial do Estado do Maranhão, que, além das publicações oficiais, passou, em 1967, a dar na primeira página notícias do governo, com ênfase para as ações do governador (o que lembra a experiência de Napoleão III indicada por Gramsci e citada acima).

As experiências de utilização dos meios de comunicação por José Sarney, como mandatário de cargo público para a sua promoção ou promoção dos seus feitos e idéias, não se resumem ao período em que foi governador. Quando presidente da República, também atuou na área, embora sem muito sucesso, na época da implantação da Assembléia Nacional Constituinte:

Procurando um canal de comunicação direta com o eleitorado de maneira a fortalecer suas posições em relação aos temas políticos que entrariam em discussão, Sarney, embora anunciasse que se manteria em posição de neutralidade, estreou, em outubro de 1985, o programa *Conversa ao pé do rádio*. Usaria o programa durante os trabalhos da Constituinte para criticar os congressistas que divergiam de seus pontos de vista e o manteria até 1989, com índices nacionais de audiência baixos. No fim de seu mandato, pesquisa feita em Curitiba revelaria que 91,2% dos entrevistados nunca tinham ouvido o programa. (DHBB-FGV, 2000)

A idéia de um programa de rádio para a divulgação dos atos do presidente da República foi seguida pelo seu atual, e aparentemente incondicional, aliado. O presidente Lula criou, com as mesmas intenções, o programa de rádio “Café com o Presidente”, produzido e transmitido pela Radiobrás.

O próprio senador reconhece, porém, que a sua relação com os meios de comunicação não se restringiria à direção política dos órgãos estatais à disposição dos governantes, como fica claro em entrevista concedida no ano de 2002, ao ser questionado sobre se a sua atuação como empresário da comunicação o havia auxiliado na carreira política. O ex-presidente cita, inclusive, as suas áreas de atuação:

Nunca fui um empresário de comunicação. Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político, todos os jornais do Maranhão foram

fechados. Fiz um jornal que era o nosso veículo de expor nossas idéias. Evidentemente teve grande sucesso porque era muito bem feito. Naquela época uma das pessoas mais inteligentes, o diretor e fundador ao meu lado era o poeta Bandeira Tribuzzi, considerado o maior poeta do Maranhão no século passado. Era muito meu amigo e também um homem de formação de esquerda, e nós começamos a fazer esse jornal, há 40 e poucos anos; um jornal político. Depois ele não podia sobreviver só com um jornal político e teve que ter um caminho. O jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político. Tanto que no Maranhão, a única coisa que nós participamos é realmente das coisas que são importantes para a nossa ação política, porque esse é um sistema de comunicação. Depois, eu já estou com 73 anos e ao longo desses anos todos os meios de comunicação foram modernizados, o jornal que era feito do tipo a mão passou a linotipo, foi o primeiro no Maranhão que introduziu a composição a frio. Fomos o primeiro a informatizar a primeira rotativa que entrou e depois veio o processo de modernização e de liderança que tem hoje. O que também foi importante é que sempre mantivemos o jornal com um instrumento só, um jornal plural que dá notícia de todas as coisas e, mesmo sabendo que é um jornal com posição política pelo fato de ser nosso, tem o espírito de ser um jornal, para informar e manter também a estrutura, por isso é bem aceito na sociedade. Primeiro veio a rádio e tivemos que entrar, depois veio a televisão, tivemos que entrar, com isso o desdobramento da nossa necessidade política que teve condições de comunicação. Isso de certo modo ajuda e bastante. (D'ELBOUX, 2003)

Como forma de divulgação direta de seu pensamento e posições, o ex-presidente mantém uma coluna semanal no jornal O Estado do Maranhão, aos domingos, e escreve também no jornal Folha de S. Paulo, às sextas-feiras.

3.2.2 – A Comunicação como Estratégia Política e Empresarial

Apesar do esforço do ex-presidente em diminuir, por humildade ou estratégia político, a sua participação (e de sua família) nos negócios da área de comunicação – como em entrevista concedida em 2005 à revista Carta Capital em que afirmou que a sua única participação em empresas se dá na área de comunicação e por motivos estritamente políticos: “A única participação em empresas é relativa à atividade política (...) temos uma pequena televisão (...) se não fôssemos políticos não teríamos necessidade de ter meios de comunicação” (LÍRIO, 2005) – a participação dos Sarney na área não é nada acanhada, e eles

mesmos não fazem questão de esconder: “O Sistema Mirante é o maior grupo privado de comunicação do Estado do Maranhão. É formado pelos seguintes veículos: a Rede Mirante de Televisão, o Jornal O Estado do Maranhão, Rádio Mirante FM e Rádio Mirante AM”. (IMIRANTE, 2000)

A estrutura atual do Sistema Mirante de Comunicação teve início com a criação, em 1973, do jornal O Estado do Maranhão. O jornal é fruto da união das idéias de José Sarney com o trabalho de Bandeira Tribuzzi e outros jornalistas. Sua origem enquanto veículo, porém, data de um período bem anterior:

O jornal que hoje é conhecido como O Estado do Maranhão chamava-se em sua origem, Jornal do Dia. Fundado em março de 1953, por Arimatheya Athayde, o qual se propôs a “informar o povo, sem a tutela de grupos ou facções”, além de “preencher uma lacuna na imprensa local, qual seja lançar um jornal independente” (Jornal do Dia, 1953, p.1). Era independente o suficiente para criticar a administração do governador do Maranhão, Eugênio de Barros, pois, para isso, o jornal serviu nessa primeira etapa, que durou pouco.

O JD ainda pertenceu a outras pessoas, até que em 1959 foi comprado pelo deputado Alberto Aboud, então presidente do PTB no Maranhão. (GALVÃO, 1999)

Não somente de proprietários e de nome o Jornal do Dia mudou em 1973. A postura política do veículo, que fazia oposição à ditadura também é modificada, visto que passa a ser de propriedade de um dos defensores dos militares, articulador político do governo federal e membro do partido governista.

O JD denunciou (...) a força bruta empregada pelos militares, identificados como gorilas, cuja atitude que depôs Jango não respaldou-se na legalidade. O Jornal Diário da Manhã, pertencente ao governador Newton Bello, desafeto político de Alberto Aboud, acusava-o de comunista e aproveitou a oportunidade para denunciá-lo às autoridades militares as quais estavam promovendo uma verdadeira “caça aos comunistas” em São Luís. Dessa forma, fizeram uma busca na casa do dono do JD, segundo o qual nada que o comprometesse foi encontrado. Em suma, o Jornal do Dia, que vinha fazendo uma campanha pelas Reformas de Base, servindo de aparelho ideológico do Governo Federal, reagiu, inicialmente ao golpe militar, cedendo espaço às posições favoráveis a Jango, cuja permanência no poder era identificada com um desejo popular, o qual estaria se organizando para resistir ao golpe. Porém, o diretor Alberto Aboud foi advertido sobre sua postura tomada perante a crise político-militar e a partir de então o jornal cessa as críticas aos militares para, num primeiro momento, mostrar-se esperançoso pelo menos quanto à realização dos objetivos do novo governo, e num segundo momento, evidenciar a degeneração do movimento militar, o

qual estava gerando um clima de terror no País, com cassações, prisões e censura. (GALVÃO, 1999)

Na divulgação empresarial, enquanto um dos integrantes do sistema de comunicação, o jornal, entretanto, não cita essa relação quando trata da própria história: “Quando surgiu, no final da década de 50 (01/05/1959), O Estado do Maranhão se chamava Jornal do Dia. Somente em 1973 recebeu o nome que tem hoje, uma denominação que é a mais pura representação da sua proposta editorial: um jornal criado para ser um genuíno porta-voz da população maranhense” (IMIRANTE, 2000).

Importante esclarecer que no Brasil a criação de veículos impressos prescinde de autorização prévia ou de concessão pública. Qualquer cidadão pode fundar e manter um jornal, revista ou outro veículo impresso independente de autorização do Estado, bastando seguir a legislação vigente. A sua atuação editorial e política, entretanto, indicam relação do jornal com todo o sistema de comunicação, na maior parte formado por veículos eletrônicos concedidos pelo Estado.

As características editoriais do veículo, indicadas pela própria divulgação, também não demonstram o acanhamento sugerido por seu proprietário:

Com editorias que vão de aspectos peculiares da nossa cidade a notícias do Brasil e do mundo, o jornal possui regularmente 10 cadernos:

Primeiro Caderno – é o caderno que inicia com a capa do jornal e termina com a página policial. Com notícias do Brasil e do mundo, possui diversas seções: Política, Opinião, Geral, O país, O mundo, Economia e Consumidor.

Caderno Cidade – caderno com informações sobre o cotidiano de São Luís e das cidades do interior. Retrata os problemas da comunidade, as situações de emergência e as ações do poder público e iniciativa privada. Possui ainda uma coluna diária sobre esporte.

A cidade de Imperatriz, por ser a segunda maior do estado, possui uma seção especial diária e uma coluna “Imperatriz em Sociedade”, da colonista Maria Leônia, com circulação de diária, exceto às segundas.

Caderno Alternativo – caderno que fala, exclusivamente, de cultura e lazer, é a agenda cultural do Maranhão. Nele temos, ainda, 2 badaladíssimas colunas sociais: Nedilson Machado, com a coluna Em Cena e Pergentino Holanda (terça a sábado).

Caderno de Esporte – caderno com notícias do que acontece no esporte do Maranhão, do Brasil e do mundo.

Caderno Classificação – é um guia de serviços e negócios, com oportunidades de emprego, compra e venda imóveis, veículos e etc.

Caderno Galera: voltado para o público jovem, com matérias descontraídas sobre comportamento, atitude, arte e educação.

Caderno O Estado Revista – voltado para a família, com matérias sobre saúde, educação, tabus, comportamentos, sexo, etc.

Caderno PH Revista – voltado para os acontecimentos sócio-culturais do Maranhão.

Caderno Revista da TV – caderno com informações sobre os bastidores do meio artístico. Traz o resumo das novelas, programação de filmes, etc.

Caderno Terceiro Setor – é o mais novo suplemento de O Estado. Aborda temas ligados ao terceiro setor no Maranhão.

A diversidade, a qualidade editorial e as inúmeras vantagens, como o clube de assinantes, têm agregado um número cada vez maior de assinantes, que vêm no jornal uma fonte segura, lucrativa e completa de informações.

Considerando todos esses dados, O Estado é também o veículo certo para anunciantes. A sua ampla abrangência garante um expressivo e rentável retorno para a sua empresa. (IMIRANTE, 2000) (Ver anexo E)

Segundo as pesquisas indicadas pelo jornal, esse é o de maior circulação no estado. “O Estado do Maranhão é líder de mercado entre os jornais maranhenses, com 67% de participação, e é também o único auditado pelo IVC” (IMIRANTE, 2000).

Na média ponderada da leitura de cada caderno, o jornal seria visto predominantemente pelo público chamado de A/B (53,33%) e por mulheres (59,55% público feminino/40,44% público masculino) (Ver anexo D)

Pela ordem de criação, o primeiro veículo de comunicação eletrônica do Sistema Mirante a ir ao ar foi a rádio Mirante FM, que estreou no dia 8 de setembro de 1981, primeiramente na frequência 96,7 MHZ e posteriormente na frequência 96,1 MHZ.

Ao contrário do que afirma a apresentação da própria rede – que seria composta pelas rádios FM e AM, além do jornal e da TV –, na prática, cada uma das incursões na comunicação eletrônica do grupo aponta para a formação de uma rede própria, com outros veículos (de propriedade do grupo ou de terceiros) como demonstram os dados ligados à rádio Mirante FM.

Cobrando quase todas as regiões do estado, a rede ligada à rádio Mirante FM comporta 18 emissoras em municípios diferentes, com uma população de mais de 1 milhão e 270 mil pessoas (Ver anexo E).

Mas a área de alcance da rádio a partir de seus próprios transmissores aumenta bastante esse número de ouvintes potenciais. São 36 municípios

cobertos, com uma população de mais de 1 milhão de pessoas, nas proximidades da capital e com preponderância de cidades da Baixada Oriental maranhense (Ver anexo F). Some-se a isso a população da cidade de São Luís (área de cobertura da FM Mirante original) que se aproxima de 1 milhão de habitantes.

Do ponto de vista do alcance (total de ouvintes que ouviram a rádio em um período de 30 dias), a rádio apresenta o seguinte número: “Em média, 212.881 ouvintes escutam a Mirante FM que tem um público qualificado, de ambos os sexos, distribuído por todas as faixas etárias, classes sociais e com um alto nível de instrução (fonte: IBOPE mar/2001)”. (IMIRANTE, 2000)

Os números apresentados para a captação comercial apresentam a emissora como líder em um grupo economicamente (e politicamente) importante no estado:

1º LUGAR ENTRE OS OUVINTES ADULTOS JOVENS QUALIFICADOS

A Mirante FM é líder de audiência no target adulto jovem das classes AB*, um ouvinte antenado com o mundo, com as novas tendências e com grande potencial de consumo.

PERFIL DO OUVINTE

55% homens, **45%** mulheres;
61% são das classes **ABC**;
57% têm entre **15/39** anos;
54% têm **2º grau/curso superior incompleto.**
62% é economicamente ativo.

AUDIÊNCIA/ALCANCE

Média de 29.813 ouvintes/minuto
Picos de audiência com mais de 60.383 ouvintes/min;
Alcance de 637.780 ouvintes por mês. (IMIRANTE, 2000)

A segunda incursão do Sistema Mirante se deu na área de TV. Fundada em 15 de março de 1987 retransmitindo o sinal do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a emissora passou a integrar o grupo de retransmissoras da Rede Globo de Televisão em 1991. A mudança entre as afiliadas da Rede Globo no estado demonstra as relações pessoais (políticas) e técnicas (empresariais) da criação do Sistema Mirante, conforme estudo de MAIA:

Depois da vitória nas eleições de 90 em que a família Sarney consegue eleger o seu candidato a governador do Estado, o próprio José Sarney, para senador do Amapá, e dois filhos para deputados federais, a família comemora também a nova rede de televisão que se afiliou à Rede Globo. Este salto nos negócios da família (...) corresponde a ganhos econômicos, aumentando o faturamento da televisão e, principalmente, político, pois passou a cobrir oitenta dos 136 municípios maranhenses, ou seja, 40% da população do Estado. (MAIA, 1993, p. 48):

A troca de rede foi um misto de ação política com investimento em técnica e tecnologia. Fruto de uma concessão a Sarney de um canal de TV pelo presidente João Figueiredo, a TV Mirante começou a atuar em concorrência com a TV Difusora, de propriedade, à época, do deputado federal Magno Bacelar.

Apesar da amizade com Roberto Marinho, Sarney não solicitou o seu sinal para não entrar em atrito político com (...) Magno Bacelar, que possuía o sinal da Globo há mais de vinte anos. Nas eleições de 1986, Magno Bacelar se candidata a senador, perdendo para o candidato de Sarney, Edison Lobão. Com as dívidas contraídas nas eleições, Bacelar se vê obrigado a se desfazer de vários bens, entre eles o sistema de comunicação da Difusora (composto por uma TV e rádios AM e FM) o qual foi comprado pelo empresário maranhense William Nagem. A compra da emissora incluiu mais dois cotistas, Fernando Sarney, filho de José Sarney e empresário no Estado. Os dois possuíam 60% das cotas da empresa, que se tornou uma assessoria de comunicação do governo Sarney e do de Cafeteira. (MAIA, 1993, p. 50)

As ações políticas do grupo passam, então, a ser apoiadas pelas duas maiores emissoras de TV do estado, visto que ambas passaram a ser de propriedade da família. Com o afastamento de Eptácio Cafeteira do grupo Sarney, em 1990 (que determinou a candidatura de José Sarney a senador pelo Amapá), surgem problemas políticos internos na TV Difusora na disputa pela prioridade na divulgação dos atos pró e contra o governo Cafeteira. A Rede Globo manda uma espécie de interventor para a sua retransmissora no Maranhão – fato que ocorreu também em outros estados – que modifica a programação e prepara relatórios indicando a baixa qualidade técnica da emissora e as instalações físicas inadequadas.

Com uma estrutura tão deficitária, a Globo passou a negociar com a TV Mirante, da família Sarney. Não se pode negar o peso político na transferência da emissora, mas também não se pode desprezar os

relatórios técnicos sobre a TV Difusora. A mudança de sinal não foi uma decisão apenas política.

Como a Difusora não conseguiu cumprir com as exigências da Globo, no prazo estabelecido, perde o sinal em fevereiro de 1991, para a TV Mirante. Com a mudança de sinal a Mirante dobrou o seu faturamento comercial no primeiro mês de afiliada Globo (...). A TV Mirante assumiu a Rede Globo, em São Luís, com cobertura imediata para quarenta municípios, conseguindo audiências superiores a 70%. (MAIA, 1993, p. 51)

Mais de dez anos depois (e sem mais a participação de seus diretores na propriedade da TV Difusora) a emissora apresenta números invejáveis:

COBERTURA TV MIRANTE SÃO LUÍS

Municípios	Atingidos:	151
População	Total:	3.792.795
Telespectadores	Potenciais:	2.887.983
Fonte: Atlas de Cobertura Rede Globo – jul/01		

(IMIRANTE, 2000)

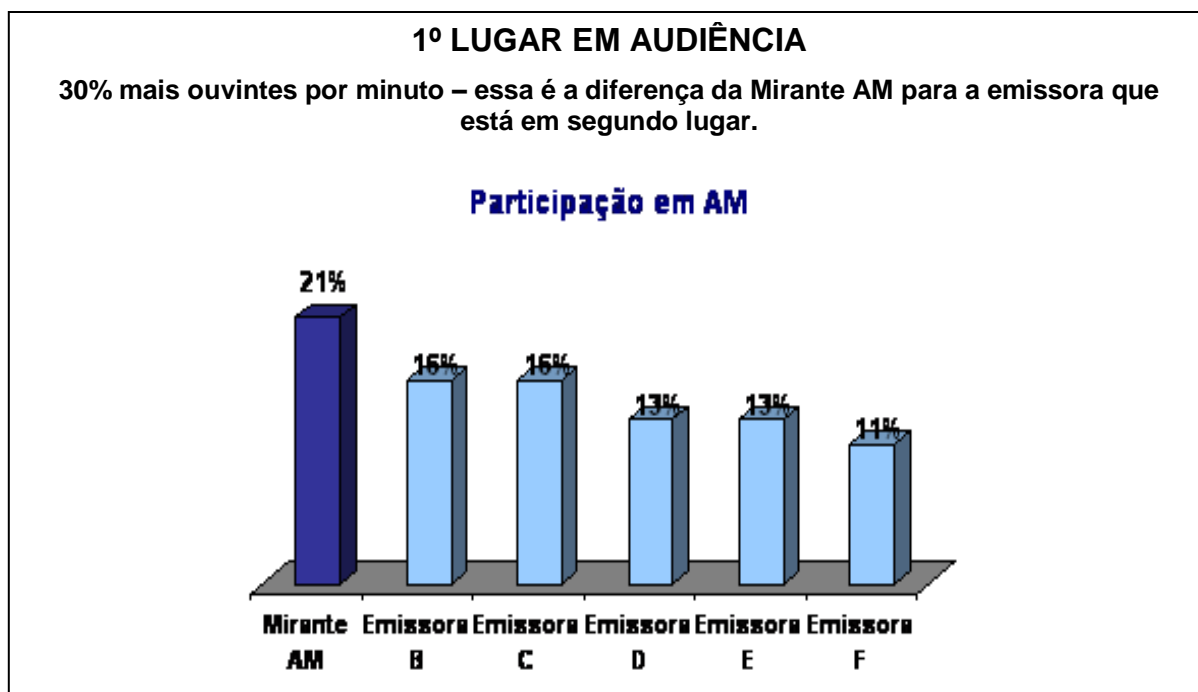
A rádio Mirante AM (600 Khz), começa a funcionar em 10 de maio de 1988 e apresenta, também, números nada acanhados:

Os ouvintes da Mirante AM são predominantemente homens (89%), em sua maioria da classe D (52%), adultos (63%, 40 anos e +) e economicamente ativos (74%). A Mirante AM é rádio de maior alcance (48.391 ouvintes). Nos fins-de-semana é a rádio com a maior audiência esportiva do Maranhão. (fonte IBOPE mar/01) (IMIRANTE, 2000)

Apontando números do Ibope⁵² a rádio se apresenta como a única com cobertura sobre 200 das 217 cidades do estado do Maranhão (92,16%), com uma população atingida de mais de 5 milhões e 400 mil pessoas (Ver anexo G). Para isso conta com uma rede de 23 emissoras em cidades diferentes do estado (Ver anexo H). Por essas razões, a rádio é apontada com a líder de audiência, também segundo o IBOPE.

⁵² IBOPE Easy Media - out/2004 – São Luís/M

Audiência Mirante AM



O suposto acanhamento da estrutura comunicacional familiar também é contradito pela composição do Sistema Mirante no estado, que conta ainda com emissoras em outras cidades. Chama a atenção o fato de que muitas emissoras de rádio e TV no estado do Maranhão, além de transmitirem ou retransmitirem a programação do Sistema Mirante, são de propriedade de pessoas da família Sarney e/ou de pessoas e políticos a ela ligados.

Na estrutura diretamente familiar, constam como concessões dadas aos Sarney no estado (Ver anexos I, J, L, M, N):

Concessão de meios eletrônicos para a família Sarney

Município	Emissora	Tipo	Concessionário
Caxias	Rádio Interior LTDA	Rádio AM	Roseana Sarney Murad e outros
Coroatá	Rádio Cultura Rio Jordão LTDA	Rádio AM	Ricardo Jorge Murad (cunhado de

			Roseana) e outros
Imperatriz	Rádio Mirante do Maranhão LTDA	Rádio AM	Fernando José Macieira Sarney e outro
Lago da Pedra	Rádio Santa Maura LTDA	Rádio AM	Albérico de França Ferreira Filho (primo de José Sarney) e outros
Pinheiro	Rádio Interior LTDA	Rádio AM	Roseana Sarney Murad e outros
Vargem Grande	Sistema Janaina de Radiodifusão LTDA	Rádio AM	Albérico de França Ferreira Filho (primo de José Sarney) e outros
Imperatriz	Rádio Mirante do Maranhão LTDA	Rádio FM	Fernando José Macieira Sarney e outro
Presidente Dutra	Rádio Cidade de Presidente Dutra LTDA	Rádio FM	Albérico de França Ferreira Filho (primo de José Sarney) e outro
São Luís	Rádio Mirante LTDA	Rádio FM	Roseana Sarney Murad, José Sarney Filho, Fernando José Macieira Sarney e outro
Timom	Rádio Difusora de Timon LTDA	Rádio FM	Fernando José Macieira Sarney e outro
Codó	TV Itapicurú LTDA	TV	Teresa Cristina Murad Sarney

			(mulher de Fernando José Macieira Sarney) e outro
Imperatriz	Rádio Mirante do Maranhão LTDA	TV	Fernando José Macieira Sarney e outro
São Luís	Televisão Mirante LTDA	TV	Roseana Sarney Murad, José Sarney Filho, Fernando José Macieira Sarney e outros

Apesar da coincidência de nomes em alguns casos, cada emissora indicada significa uma concessão diferente para os integrantes da família relativa a rádios (AM e FM) e TV.

A Rádio Mirante AM não consta da relação do Ministério das Comunicações, mas para o mesmo endereço de funcionamento (Avenida Ana Jansen, 200 – São Luís) há uma concessão em nome de José Aniesse Haickel Sobrinho, Jurandy de Castro Leite e José Carlos de Moraes para a Rádio Litoral Maranhense LTDA. A emissora afirma, por intermédio do seu atendimento ao público, que Mirante AM é apenas nome de fantasia e que o nome na concessão é mesmo Litoral. Tal indicação sugere proximidade entre os sócios da Rádio Litoral Maranhense com a família Sarney.

Em nome de José Aniesse Haickel Sobrinho – já falecido, mas que também aparece como sócio da Rádio Mirante FM em São Luís e apontado pelo Ministério das Comunicações como diretor da emissora – consta ainda a Rádio FM Vale do Mearim (juntamente com José Carlos de Moraes), em Caxias. Jurandy de Castro Leite é sócio de Fernando José Macieira Sarney na Rádio Difusora FM de Timom.

José Carlos de Moraes é sócio ainda do Sistema Timon de Radiodifusão AM e TV (Timon), Rádio Nativa FM (João Lisboa) e da família Sarney na Televisão Mirante LTDA.

Entre os correligionários do grupo Sarney no estado, muitos são também proprietários de veículos de comunicação, alguns até fazem parte das redes do Sistema Mirante. Entre eles, o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Manoel Ribeiro, e família (sete emissoras de rádio AM e 3 FM), o senador e ex-governador Edison Lobão e família (duas emissoras de rádio AM, 1 FM e 1 TV), o ex-governador José de Ribamar Fiquene e família (uma rádio FM, 1 TV) e os herdeiros do ex-governador Luis Rocha, já falecido, e com a sua família hoje em oposição aos Sarney, mas que fez crescer a sua rede ainda apoiando e com o apoio do grupo(quatro emissoras de rádio AM, 1 TV). Muitas concessões pertencem ainda a outros políticos ligados ao grupo Sarney, incluindo-se prefeitos, ex-prefeitos, deputados etc (Ver anexos I, J, L, M, N).

Desses números não constam possíveis controles indiretos de outras emissoras, prática comum no meio, conforme a posição de um dos maiores estudiosos da concessão de meios de comunicação no Brasil.

O professor Venício de Lima admite que o número de parlamentares que controlam emissoras de rádio e TV é maior do que aquele que ele identificou. Segundo ele, para proteger sua identidade e se esquivar das normas de incompatibilidade, alguns congressistas tendem a recorrer a vários expedientes, como transferir a concessão para o nome de parentes e laranjas. (WEISSHEIMER, 2005)

Analisando-se apenas as concessões que a família Sarney divulga como as que lideram seu sistema de comunicação, temos que a rádio Mirante FM (pioneira do grupo), que entrou no ar em 1981, foi uma concessão da época do regime militar, que a TV Mirante, que começou a funcionar em 1987, foi uma concessão dada pelo então presidente João Figueiredo (também militar) ao senador José Sarney e que a Rádio Mirante AM (ou Rádio Litoral Maranhense LTDA) foi concedida à família durante a gestão do próprio José Sarney na presidência da República (1988).

Assim como chama a atenção o fato de que José Sarney tinha em José Reinaldo Tavares seu candidato à sucessão de Pedro Neiva de Santana em 1974, como acima exposto, é também digno de nota que o mesmo José Reinaldo Tavares é sócio de Roseana Sarney nas rádios AM localizadas nas cidades de Caxias e Pinheiro (ambas denominadas Rádio Interior), segundo os arquivos do Ministério das Comunicações.

A propriedade de meios de comunicação por políticos não é desconhecida, é amplamente criticada e considerada ilegal para deputados (caso de José Sarney Filho) e senadores (caso de Roseana Sarney).

A prática é comum entre parlamentares, que sem alarde ou indignação popular atropelam a Constituição. No artigo 54, a Constituição proíbe deputados e senadores, desde a expedição do diploma, de 'firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público'. O dispositivo também proíbe que parlamentares sejam 'proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público'.

No artigo 55, a Constituição prevê a perda do mandato do congressista que desobedecer a qualquer uma das proibições do artigo 54. (RABELLO, 2006)

Não há, entretanto, nenhum caso de perda do mandato de congressistas provocado por esse tipo de propriedade.

Tanto poder que relaciona as estratégias empresariais com as políticas deixa escapar, às vezes, posturas inadequadas, ou ilegais, tomadas pela empresa com objetivos políticos. Matéria de jornal denuncia que, durante as eleições de 2006, a TV Mirante, responsável pela geração e distribuição do sinal dos programas políticos obrigatórios (função atribuída pela justiça eleitoral justamente por ser a TV de maior alcance e capacidade técnica) deixou de cumprir sua obrigação em pelo menos um momento. A este fato é atribuído intenções políticas do sistema e prejuízos aos adversários, que reagiram, em sugestiva matéria intitulada *Rede Globo 'enquadra' a TV Mirante*:

A Rede Globo 'enquadrou' a TV Mirante no episódio em que a televisão dos Sarney, na semana passada, deixou de distribuir para todas as emissoras que transmitem SBT, Record e Rede TV o programa do

Partido Socialista Brasileiro (PSB). A Mirante tem a responsabilidade, atribuída pela Justiça Eleitoral, de gerar os programas de TV que os partidos políticos produzem para ser exibidos no horário eleitoral gratuito. O PSB, no Maranhão, que tem na presidência o deputado Ribamar Alves e como filiados, dentre outros, o governador José Reinaldo Tavares e o ex-presidente do STJ Edson Vidigal, encaminhou o programa que deveria ser exibido sábado, às 20 horas, por todas as emissoras de rádio e TV do Maranhão. Deveria, mas não foi. A Mirante exibiu, mas não distribuiu o sinal para as demais emissoras, deixando milhares de telespectadores sem assistir ao programa, que trazia críticas ao próprio *modus operandi* da oligarquia Sarney. O ministro Edson Vidigal reclamou à Rede Globo, que, por sua vez, 'foi pra cima' da Mirante, provocando preocupação e nervosismo na cúpula da emissora. (JORNAL PEQUENO. Rede Globo enquadra a Mirante, 10 de maio de 2006, página 2.)

A relação do ex-presidente José Sarney com concessões públicas de meios de comunicação eletrônicos não se restringe, porém, ao benefício próprio ou do seu grupo político.

Muitos críticos das formas, e políticas, de concessão de emissoras de rádio e TV no país reputam a José Sarney uma negociação casuística, por mais um ano de mandato, com vasta distribuição de veículos de comunicação entre aliados e cooptados. O ex-presidente contesta:

Este foi um dos maiores erros da mídia, no Brasil. Passaram ao público a idéia de que eu proroguei meu mandato em um ano quando, na verdade, eu abdiquei de um ano. Meu mandato, firmado no termo de posse assinado pela mesa do Congresso, em função da lei então vigente, expirava em 1991, no mês de março. Era, portanto, um mandato de seis anos, como fora o do presidente anterior. Para pacificar o ambiente, já tumultuado pelo açodamento de alguns candidatos à minha sucessão, declarei que aceitava a fórmula de 'cinco anos'. Aí se desencadeou a campanha pelos quatro anos. Eu cometi um erro, confesso. Devia ter ficado calado. Caso a Constituinte fixasse meu mandato em quatro anos, bastaria ir ao Supremo, que confirmaria os seis – direito adquirido pelo diploma que me outorgaram. (COUTO, apud BASTOS, 2001).

De fato, a polêmica entre o direito de Sarney aos seis anos de mandato e a mudança constitucional é verdadeira, visto que a eleição de Tancredo Neves (que Sarney substituiu) se deu para um período de seis anos, como os dos presidentes que o antecederam. Mas, no curso do mandato, a nova Constituição estabeleceu o período de quatro anos para o exercício da presidência da República. Não se

pode negar, entretanto, que não houve uma grande distribuição de concessões no período, ao que se atribui, entre outras coisas, o fato de Sarney ter permanecido cinco anos no governo.

Consta que, em apenas um mandato, José Sarney autorizou 1.028 concessões de rádio e TV, mais que todos os outros presidentes individualmente e um número muito próximo do total de emissoras concedidas pelos seus antecessores juntos. “Sarney assinou um número de concessões superado apenas pela soma das permissões autorizadas por todos os presidentes brasileiros entre 1934 e 1979: ao longo de 45 anos havia sido outorgados 1.843 canais de rádio e TV, ou 44,5% das emissoras que estavam no ar em 1989”. (MOREIRA apud PEREIRA, 2006)

Do total de concessões liberadas, 168 foram parar nas mãos de parlamentares – número que pode ser ampliado pelo fato de políticos terem o hábito de possuírem emissoras em nome de terceiros, como visto acima. Após esse processo, foi aprovada uma emenda que garantia ao então presidente cinco anos de mandato.

Sobre as denúncias, posicionou-se um dos membros da família, dirigente das empresas de comunicação:

Articulando politicamente a manutenção do presidencialismo e a fixação do seu mandato em cinco anos, seria objeto de graves acusações de utilização de recursos públicos na conquista do voto de parlamentares. A principal moeda de troca teria sido a concessão de canais de rádio e televisão. Segundo a *Folha de S. Paulo* (28/11/1993), os registros do Ministério das Comunicações revelam que, durante sua gestão, Sarney beneficiou amigos com concessões, procedimento justificado por um de seus filhos, Fernando: “É natural que se dê preferência aos amigos.” (DHBB-FGV, 2000)

O exemplo foi seguido posteriormente. A Constituição de 1988 determinou a necessidade de autorização do Congresso Nacional para as concessões. Mesmo assim, valendo-se de uma portaria do Ministério das Comunicações, o governo Fernando Henrique Cardoso procedeu de forma muito parecida com a de Sarney. A portaria autorizava a entrega de concessões para estações retransmissoras de rádio e televisão (RTVs) sem passar pelo Congresso, visto que

somente poderiam retransmitir sinais de emissoras já existentes. Segundo o portal Congresso em Foco, o governo de Fernando Henrique Cardoso “outorgou 1.848 licenças de RTVs, das quais pelo menos 268 beneficiaram entidades ou empresas controlados por 87 políticos” (VIANNA, 2005). O processo dessas concessões coincidiu com o período da aprovação da Emenda Constitucional que garantiu o direito à reeleição dos presidentes da República, que foi conquistado por Fernando Henrique Cardoso em 1998.

3.2.3 – Empresa, Estado e Poder: intimidade nas relações

As relações do poder instituído sob a administração do grupo Sarney (ênfase para o governo do estado) com o investimento privado em comunicação remontam há muitos anos. Como exemplo tem-se o patrocínio do Banco do Estado do Maranhão ao projeto de Glauber Rocha após este produzir o filme sobre a posse de Sarney no governo do estado, citado acima. Com os investimentos empresariais do próprio grupo, entretanto, ficam mais evidentes durante os governos de Roseana Sarney.

E não foram somente os círculos locais, e os de oposição, que se reportaram a essa temática. Matéria da revista VEJA indica a relação do grupo empresarial com o investimento público.

O império funciona sob o comando do irmão Fernando Sarney e sua mulher, Teresa Murad, que é irmã do marido de Roseana. E as relações entre as empresas privadas do clã e o governo do Estado se cruzam a todo momento. O governo, o maior anunciante do Estado, destina 64% da verba publicitária televisiva às empresas da família [...] Nos carnavais fora de época, a emissora de Sarney, a TV Mirante, usa um helicóptero da Polícia Militar para filmar a festa. (OLTRAMARI, 2001, p. 36),

Considerando-se o percentual apontado pela revista e comparando-se com o investimento público em comunicação no período, pode-se ter idéia do montante

envolvido, pois os dados de investimento em comunicação na época são consideráveis e podem ser analisados a partir do exposto no Orçamento Anual e no Balanço Anual de investimentos do governo do estado, dados levantados por ocasião da pesquisa para a nossa dissertação de mestrado (COUTO, 2003, p. 53).

COMUNICAÇÃO SOCIAL: Investimento de 1992 a 2001

Ano	Valor Previsto (orçamento)*	Valor Aplicado (balanço)*
1992	1.405.940,40	5.031.948,85
1993	2.269.266,95	3.281.400,36
1994	1.434.419,26	7.201.894,08
1995	6.432.925,67	10.490.023,53
1996	11.476.748,58	10.472.786,23
1997	6.943.024,10	12.431.600,06
1998	11.800.753,04	14.956.583,52
1999	11.450.454,31	9.616.098,13
2000	9.649.642,47	12.700.154,70
2001	9.166.389,58	14.429.268,00

*corrigidos em reais até 30/08/2002

Fonte: SECOM e ASSECOM

Convém observar que os valores demonstrados na tabela não dizem respeito exclusivamente a verbas publicitárias televisivas, área apontada pelo texto da revista, ou mesmo somente a verbas publicitárias, visto que há outros gastos na área de comunicação (campanhas em outras mídias, impressos, informativos etc), mas, como dito, dá idéia dos valores envolvidos.

Chama a atenção também a relação do investimento com os períodos eleitorais.

No período levantado, a relação entre o ano em que se gastou menos recursos, o de 1993, e o que se gastou mais, o de 1998, determina um aumento de 455,79 por cento. Note-se que o ano de maior aporte de recursos coincide com o da reeleição da então governadora. Outro dado que merece destaque é o de que no ano posterior à reeleição (1999) os gastos efetivos com comunicação social foram equivalentes a somente 64,29 por cento do ano anterior. (COUTO, 2003, p. 18-19)

Outros números, entretanto, apontam para uma visão mais clara da relação entre o estado dirigido pelos Sarney e seus negócios privados.

Embora não digam respeito exclusivamente às investidas empresariais do grupo Sarney, os investimentos públicos determinados pelo estado do Maranhão em um programa denominado “Viva Educação” indicam a utilização de recursos públicos (vultosa quantia) para a “compra” de conteúdos e tecnologias de instituições ligadas ao grupo empresarial proprietário da Rede Globo, da qual a TV Mirante é afiliada. Entre elas a Fundação Roberto Marinho, que se apresenta como entidade sem fins lucrativos, e a Editora Globo, braço editorial das empresas Globo.

Anunciado como um grande projeto na área da educação no âmbito estadual, o “Viva Educação” (elaborado em 2000 e implementado no ano de 2001) foi uma tentativa do governo do estado de aumentar, segundo os defensores da idéia, as oportunidades educativas para a população carente e diminuir a defasagem escolar no 2º grau. Todo o Ensino Médio seria ministrado em apenas 18 meses por meio de tele-aulas com equipamentos (televisores, vídeos-players, fitas...) comprados para o projeto e com o material didático adquirido da Editora Globo.

Apesar de haver algumas divergências quanto ao valor exato das verbas destinadas ao projeto, o governo do estado reconhece que celebrou convênio com a Fundação Roberto Marinho para a sua execução.

Em novembro de 2000, o então governo do Estado prometeu a implantação de um projeto que vislumbrava se transformar no maior programa de correção de fluxo no ensino médio, pela metodologia do tele-ensino. No dia 22 daquele mês, o executivo estadual e a Fundação Roberto Marinho assinaram um convênio para a execução do programa no estado. Pelo convênio, de número 194/2000, o programa recebeu recursos da ordem de R\$ 114 milhões que seriam usados no atendimento, a partir de janeiro de 2001, de 150 mil alunos das redes estadual e municipal, em 3.700 tele-salas de aula, que utilizariam a metodologia do tele-ensino, com fitas de vídeo do telecurso 2º grau e material pedagógico fornecidos pela Fundação Roberto Marinho. (Ver anexo O)

Pesam contra o projeto muitas críticas, que incluem o seu conteúdo, formato, metodologia e conseqüências. Vários estudos foram feitos para avaliá-lo e as conclusões não lhes são favoráveis. A ONG Ação Educativa, que atua na área educacional desde 1994 e trabalha com projetos de formação de jovens e de

educadores e, entre mais outras coisas, análises de políticas públicas voltadas para a juventude e a educação, denuncia em seu informativo *Informação em Rede* as conseqüências desse tipo de política nos estados do Ceará e do Maranhão.

Com objetivo de corrigir a defasagem idade/série e promover a reinserção escolar de jovens e adultos, as secretarias de educação do Ceará e do Maranhão vêm implementando programas polêmicos de aceleração de aprendizagem no ensino médio com recurso ao Telecurso 2000 da Fundação Roberto Marinho. Quatro aspectos dessas experiências são alvos de críticas dos sindicatos docentes. Há indícios de contração da oferta de ensino regular inclusive para jovens com idade adequada à série cursada, tornando compulsório o tele-ensino acelerado, e não uma alternativa circunscrita a um público focalizado. As condições de trabalho dos profissionais da educação e a qualidade do ensino têm sofrido conseqüências danosas em virtude da substituição de professores concursados e especialistas nas disciplinas por instrutores polivalentes contratados precariamente. (*Informação em Rede*, agosto de 2001, p. 2)

Outros aspectos do projeto (econômicos e relativos ao conteúdo) também são criticados:

Os serviços e produtos da Fundação Roberto Marinho e Editora Globo são adquiridos em grandes quantidades, envolvendo valores elevados, sem concorrência ou licitação pública. Há queixas de inadequação dos materiais didáticos ao contexto peculiar dos estados, cuja história, geografia e cultura não são devidamente contemplados nos vídeos e livros. (*Informação em Rede*, agosto de 2001, p. 2)

Críticas mais acirradas e denúncias mais graves foram feitas também no âmbito político. Um deputado maranhense chegou a demonstrar em uma planilha o que ele chamou de superfaturamento do projeto. Aderson Lago, então deputado estadual pelo PSDB, alegou que, além de a Fundação Roberto Marinho auferir lucro com o projeto, o que determinaria uma contradição em relação à sua caracterização jurídica, a Editora Globo também seria beneficiada em milhões de reais.

Números fornecidos por Aderson ao Ministério Público	
Valor do Contrato –	RS 102.575.354,00
Despesas da Fundação Roberto Marinho (em reais)	
Material (televisores, video, etc).....	3.262.500,00
Orientadores (salários e INSS).....	44.400.375,00
Treinamento dos orientadores	1.489.200,00
Equipe Gestora.....	360.000,00
Divulgação na mídia.....	3.000.000,00
Total de Despesa da Fundação Roberto Marinho	RS 52.512.075,00
Lucro da Fundação Roberto Marinho.....	RS 50.063.279,00
Despesas do Estado além dos RS 102.575.354,00 (em reais)	
Material comprado da Editora Globo (livros, fitas de video, programa de aula etc).....	48.678.200,00
Outros materiais didáticos (mapas, livros de literatura, dicionário) assinatura de jornal diário, antenas parabólicas.....	3.225.000,00
Total de despesas além do contrato de 102 milhões.....	RS 51.903.200,00
Total de Gastos do Estado com o projeto Viva Educação (Tele-ensino).....	RS. 154.478.554,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais)

(INFORMATIVO A LUTA nº 3 maio/junho de 2001)

Segundo divulgação da assessoria do deputado, Aderson Lago encaminhou a denúncia ao Ministério Público, reunindo-se com o procurador José Henrique Marques Moreira.

Que abriu inquérito civil público para investigar 'um possível beneficiamento da Fundação Roberto Marinho em detrimento do erário'. Na reunião com o procurador, Aderson revelou que 'além do lucro de cerca de 50 milhões, a Editora Globo, ligada ao grupo de Roberto Marinho, ainda venderá outros 48 milhões de material escolar'. (INFORMATIVO A LUTA nº 3 maio/junho de 2001)

Anos depois, as denúncias ressurgiram, após a atuação da Controladoria Geral do Estado (tratada erroneamente na matéria indicada abaixo como corregedoria), que apontou irregularidades no projeto. Os números da

Controladoria foram atualizados e abrangem também gastos com outro programa de tele-educação, o Projeto Alvorada, como revela matéria veiculada no JORNAL PEQUENO:

Mais de 171 milhões de reais dos cofres públicos foram utilizados irregularmente no tele-ensino. Entre as irregularidades apontadas, estão a falta de notas fiscais na prestação de contas, aquisição de material didático sem licitação, ausência de entrega de livros e de outros materiais. A conclusão é da Corregedoria Geral do Estado em análise dos projetos Alvorada e Viva Educação, ambos criados para desenvolver o tele-ensino. O maior escândalo na história da educação do Estado tem a assinatura de Roseana Sarney Murad. Segundo o relatório da corregedoria, o programa desenvolvido durante o Governo anterior além de provocar déficit nos cofres públicos causou a desvalorização do professor e prejudicou a qualidade do ensino e do aprendizado de milhares de estudantes. A Corregedoria investigou todas as prestações de contas e relatórios para execução do tele-ensino, incluindo o documento elaborado pelo Ministério da Educação, que condena a prestação de contas do projeto Alvorada. A conclusão da Corregedoria do Estado não foi muito diferente da obtida pelo MEC. Várias irregularidades foram constatadas no projeto Viva Educação, que utilizou R\$ 93.247.804,45 do Tesouro Estadual e também no projeto Alvorada, que usou o montante de R\$ 12.581.549,92, entre recursos federais. Hoje, os valores corrigidos pelo índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas até dezembro de 2005, equivalem a R\$ 171.424.976,25. (JORNAL PEQUENO, 28 de maio de 2006)

As relações entre empresa, Estado e poder, nesse caso, evidenciam-se pelas relações entre os dirigentes das ações: governador-empresário / empresa pessoal (afiliada) / empresa matriz (cabeça-de-rede) / outras instituições ligadas à matriz, como fica claro em análise sobre o caso feita por MUNIZ SODRÉ.

Interessam em especial ao Ministério Público os mascaramentos contábeis, a obrigação do governo do estado de comprar o material didático da Editora Globo, as compras sem licitação e o fato de a família da governadora ser dona do Sistema Mirante de Comunicação, que inclui a TV Mirante, afiliada local da Rede Globo. Ao público em geral, entretanto, deve interessar esse tipo de balão de ensaio para a substituição do ensino regular ou formal por ensino midiático. De fato, ao contrário do que apregoam os arautos do tecnicismo e do privatismo, o apelo irrefletido às soluções 'tele' pode ter conseqüências enganosas para uma política verdadeiramente educacional. (SODRÉ, 2001)

Percebe-se que são significativas as informações, e mesmo denúncias, de que, de uma ou outra forma são estreitas as relações do grupo Sarney quando no

poder e o investimento em empresas da área de comunicação, de alguma forma ligadas à família. Tanto a informação da revista VEJA sobre o investimento de 64% da verba publicitária televisiva do estado na TV Mirante, quanto as denúncias de que a empresa à qual o Sistema Mirante é diretamente vinculado – e algumas de suas ramificações – foi beneficiada em projeto com verbas do governo do estado do Maranhão dão conta disso.

Maiores detalhes, entretanto, vieram à tona quando do rompimento do governador José Reinaldo Tavares com a família Sarney a partir do ano de 2004, o que esclarece, pelo menos em parte, a ligação financeira entre os negócios públicos e privados da família.

Dizendo-se perseguido pela família Sarney (que o apoiou na eleição) e pelos seus veículos de comunicação, após, a princípio, negar-se a apoiar o candidato do grupo a prefeito de São Luís na eleição de 2004, José Reinaldo volta-se contra os seus antigos aliados, responsabilizando, inclusive, o governo de Roseana Sarney pelas péssimas condições sociais, econômicas e administrativas do estado

A oligarquia maranhense, uma das mais longevas do país, rachou. Depois de 36 anos como um dos mais leais agregados do clã comandado pelo presidente do Senado, José Sarney, o governador José Reinaldo Tavares desgarrou-se e elegeu como alvo a senadora Roseana Sarney. Além de disparar contra a gestão de sua antecessora no governo do Estado, José Reinaldo negou o apoio ao candidato da família Sarney à prefeitura de São Luís. De olho na própria sucessão, já adiantou que não subirá no palanque da mais nova adversária em 2006 caso ela decida concorrer novamente ao governo. A briga causa espanto porque o engenheiro civil que progrediu na política por vontade de José Sarney bate duro no xodó do ex-presidente da República.

Com os repasses federais e a arrecadação em queda, 18% da receita comprometida com o pagamento da dívida e obrigado a cortar cargos comissionados e despesas de custeio para pagar o funcionalismo em dia, José Reinaldo responsabiliza Roseana pela elevação da dívida maranhense de R\$ 1,3 bilhão, em janeiro de 1995, para R\$ 5,1 bilhões, em 2002. O governador ainda põe na conta da antiga aliada R\$ 225 milhões emprestados do governo federal, em 1998, para sanear o Banco do Estado do Maranhão (BEM).

O banco foi vendido por R\$ 78 milhões. Essa dívida, que só começará a ser paga em 2008, já chega a R\$ 626 milhões. "Só que, agora, não há mais patrimônio para ser vendido", diz. Procurada por Época, a senadora defendeu-se com relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional que atestam o cumprimento das metas impostas pelo governo federal por ocasião da renegociação das dívidas dos Estados. Em reportagem

publicada no jornal O Estado do Maranhão, da família Sarney, parte da responsabilidade pela dívida contraída para sanear o BEM é transferida para José Reinaldo. Dos nove contratos, dois foram assinados por ele na condição de interino. (FREITAS, 2004)

A influência da então primeira-dama do estado, Alexandra Tavares, sobre o governador e seus desentendimentos com a família da ex-governadora Roseana Sarney também são apontadas como causas do rompimento.

O pivô da crise na oligarquia Sarney, que enfrenta disputas internas e um racha na briga pela prefeitura de São Luís, chama-se Alexandra Tavares, Primeira-dama do Maranhão, casada há 10 anos com o governador José Reinaldo e ocupando hoje a poderosa secretaria extraordinária de Solidariedade Humana, encarregada de cuidar dos principais projetos sociais do Estado, Alexandra e seu marido decidiram apoiar a candidatura à reeleição do atual prefeito da capital maranhense, Tadeu Palácio (PDT), que tem chances de conquistar um novo mandato já neste domingo.

O candidato apoiado pela ex-governadora e atual senadora Roseana Sarney (PFL-MA) é seu cunhado e ex-adversário político Ricardo Murad, do PSB, um dos lanterninhas na corrida pela Prefeitura de São Luís.

Esta é a primeira vez que a família Sarney e o governador do Maranhão ficam em lados opostos na eleição da capital. "O Ricardo Murad é um candidato muito difícil. Ele insultou muito a Roseana e não tem a credibilidade que ele pensa que tem", afirma o governador. Há um ano, quando a família Sarney e José Reinaldo caminhavam juntos, Murad tinha cerca de 20% da preferência do eleitorado de São Luís.

Mas, de lá para cá, só fez cair nas pesquisas de intenção de voto e chega na reta final da campanha com minguados 8%. A candidatura de Ricardo Murad começou a se inviabilizar quando ele brigou com a primeira-dama e o governador extinguiu a poderosa gerência metropolitana do Estado, comandada pelo cunhado de Roseana. Com o fim da gerência, as obras ficaram quase todas inacabadas. Murad dedicou a maior parte do tempo dos seus últimos programas gratuitos de rádio e televisão tentando explicar que as obras não foram concluídas por culpa do governador José Reinaldo, que cedeu "a interesses familiares". (LOPES, 2004)

O Correio Braziliense cita uma possível briga entre os irmãos José Sarney Filho (o Zequinha) e Roseana pela candidatura à sucessão de José Reinaldo como a origem dos desentendimentos.

Segundo os deputados maranhenses, estimulado por sua mulher, Alexandra, José Reinaldo resolveu declarar-se favorável à candidatura de Zequinha. Políticos ligados a Roseana reclamam que Alexandra trabalha para prejudicá-la. O fato é que Roseana começou a reagir. A família Sarney é dona de um complexo de comunicações no Maranhão, que conta com a TV Mirante, repetidora da TV Globo, rádios e um jornal. José

Reinaldo queixa-se que, depois de declarar seu apoio a Zequinha, começou a ser alvo de reportagens que o atacavam. (LAGO e LIMA, 2004)

Embora essas conjecturas ilustrem o momento em que houve o rompimento político, o motivo específico, entretanto, não é o que mais interessa a este estudo, mas as suas conseqüências em relação ao seu objeto.

Juntamente com o afastamento do governador dos seus mentores políticos esclareceram-se as relações comerciais (ou parte delas) entre o governo do estado e as empresas da família Sarney.

Na esteira do rompimento político, o governador determinou a suspensão do repasse mensal de verbas no valor de 700 mil reais do governo do estado para as empresas do Sistema Mirante. Embora os documentos que comprovem esse movimentação não sejam de fácil acesso, apesar das insistências desta pesquisa em consegui-los (Ver anexo P), as palavras do governador, tendo como base a sua autoridade, indicam o montante envolvido e a seriedade da questão.

Entre outras denúncias e reclamações, o governador anuncia uma espécie de perseguição por parte dos veículos de comunicação da família Sarney, incluindo veículos novos criados, segundo ele, para atacá-lo. Faz ainda referências à senadora Roseana Sarney:

Em 2003 a guerra existia, mas não tinha extrapolado, eu estava segurando. Em 2004, arreventou tudo. Eu fui três vezes até o Sarney para mostrar o que estava acontecendo. Levei recortes de jornal e ele dizia que aquilo era um absurdo, que não podia continuar. Mas quando eu chegava lá, o pau cantava pior ainda, porque ela ficava mais chateada. Ela queria que eu a reconhecesse como grande liderança política do estado, e não era! Daí para frente, quando eles encheram a minha paciência, fui para a televisão, e aí, com uma audiência de quase 100%, mostrei o que tinha sido o governo da Roseana. Eles detêm todo o sistema de comunicação do Maranhão. Têm a Globo, que lá é chamada de TV Mirante, ligada via satélite para todo o estado. Têm também o jornal de maior circulação, e depois montaram mais dois. Já tinham "O Estado do Maranhão" e fizeram mais dois só para baixar mais o nível. Um, de baixíssimo nível, e o outro também, mas que já existia. (O IMPARCIAL, 21 de março de 2006, p. 2)

Questionado sobre o nome dos jornais que tencionavam somente atacá-lo, o governador afirma: “Diário da Manhã e Veja Agora” (O IMPARCIAL, 21 de março de 2006, p. 2)

Na mesma entrevista, José Reinaldo afirma que acabou com o “mensalão” da TV Mirante. Parte da entrevista aqui reproduzida no formato original de pergunta e resposta.

Como foi isso?

Tinha uma verba, desde o tempo da Roseana, que eu cortei: R\$ 700 mil por mês.

Verba de publicidade?

É, de publicidade. Devia ser, não é?

É ou não é de publicidade? Tinha veiculação publicitária ou não?

Era para veiculação publicitária. E aí, depois que eu cortei e eles entraram numa briga violenta comigo, nem campanha de utilidade pública eles aceitavam. Passaram a não aceitar mais a publicidade do governo do estado.

E o senhor entrou na justiça?

Entrei, a Globo interferiu, mandou veicular e nós veiculamos algumas campanhas de utilidade pública. Eles sempre dizem que não tem espaço na grade de programação, que não tem horário. Quando o Lula esteve lá, só apareceu a apresentadora falando para a minha imagem não ir ao ar. Eles tentam sufocar mesmo. Batem e não deixam nem o cara se defender. Eles me ameaçaram de morte, ameaçaram minhas filhas, tivemos que tirá-las de lá. (O IMPARCIAL, 21 de março de 2006, p. 2)

A veracidade das informações, pelo menos aquelas referentes ao repasse de dinheiro público para o Sistema Mirante, se evidencia pela postura do grupo que não nega os valores repassados e ainda pretende justificá-los, como consta das páginas do próprio jornal “O Estado do Maranhão”.

À falta de uma explicação plausível para o seu afastamento do grupo político que assegurou sua eleição e sustentou toda a sua trajetória na vida pública, o governador José Reinaldo apresentou, em entrevista à Folha de S. Paulo, uma versão no mínimo estapafúrdia.

Disse que rompeu porque passou a ser perseguido depois de ter abandonado a candidatura de Ricardo Murad à Prefeitura de São Luís e por haver suspenso a publicidade oficial do governo nos veículos do Sistema Mirante.

O episódio do “abandono” da candidatura de Murad, que o próprio governador estimulou, foi suficientemente explicado ontem pela deputada Teresa Murad. “O Ricardo não resignou-se às ordens e caprichos da esposa do governador, que é quem manda no governo”, esclareceu.

Quanto ao Sistema Mirante, não é verdade que o mesmo passou a exercer uma postura crítica em relação ao governador por causa do corte injustificável da propaganda governamental. O governador, sim, foi quem,

de maneira raivosa e violenta, determinou o corte dessa publicidade por se sentir incomodado com o jornalismo isento praticado por veículos que lideram amplamente a preferência do povo maranhense.

Este jornal, por exemplo, sempre se recusou a aceitar o material de baixa qualidade produzido pela assessoria do governador e acolhido sem reservas pela mídia agora aliada.

Encaminhar informação e publicidade ao sistema Mirante não constitui favor. O Estado é líder disparado na preferência dos leitores de todos os segmentos sociais. A TV Mirante, afiliada da Rede Globo, é detentora, só na capital, da impressionante marca de 80% de audiência, e tem uma cobertura que atinge mais de 90% do Estado.

O governador precisa, portanto, encontrar uma desculpa convincente para justificar o seu afastamento dos aliados históricos. O que, convenhamos, não é nada fácil. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO. Coluna Estado Maior, 4 de agosto de 2004) (grifo nosso)

A situação repercutiu em âmbito estadual e nacional, como reflete matéria do Observatório da Imprensa:

Em entrevista dada em março ao *site* Congresso em Foco, o governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, disse que a TV Mirante, pertencente à família Sarney e afiliada da Rede Globo, recebia uma verba mensal fixa de R\$ 700 mil. Quando Tavares, que havia sido aliado dos Sarney, cortou a verba, a TV Mirante entrou em conflito com o governo do estado e se recusou a veicular até campanhas de utilidade pública. Foi preciso que o governo recorresse à Justiça. (MALIN, 2006)

A Folha de S. Paulo também divulgou o problema em matéria intitulada “TV de Sarney não veicula anúncio do governo do MA”.

A Rede Mirante de Televisão, afiliada à Rede Globo no Estado do Maranhão, não aceitou veicular campanha publicitária do governo estadual com esclarecimentos sobre a raiva humana. O Sistema Mirante de Comunicação, que além da TV controla também rádios AM e FM e o jornal "O Estado do Maranhão", pertence à família do senador José Sarney (PMDB-AP), com quem o governador José Reinaldo Tavares (PSB) rompeu politicamente no ano passado. A direção da emissora alegou que o governo tem uma dívida com a rede. O diretor comercial da emissora, Francisco Alexandre Mello Franco, disse que não sabia informar o valor atual do débito. (...) "O governo não anuncia com a gente há praticamente dois anos por causa de uma pendência financeira. A partir do momento que o governo saldar essa dívida, vai ter novamente aberto o crédito", disse o diretor comercial da emissora.

Franco negou que a não-veiculação da mídia seja por motivos políticos. "O [departamento] comercial não se envolve nisso [em questões de política]. Somos uma concessionária pública e não nos envolvemos nisso [política]", disse Franco. (...) A Secretaria de Comunicação do Estado não confirma nem nega a existência da dívida. Segundo a secretária Flávia Regina Bezerra de Melo, o débito teria ocorrido antes de ela assumir o

cargo, em novembro de 2004. (...) A propaganda consiste na leitura de um texto que destaca as medidas adotadas pelos órgãos estaduais para combater o surto de raiva que atinge o interior do Estado, como vacinação, combate ao morcego (agente transmissor) e educação sanitária.

As orientações também instruem a população para, em caso de mordida de morcego, lavar o local da lesão e procurar um posto de saúde para receber soro e vacinas contra a raiva. Desde o início do ano, 24 pessoas morreram no Estado em decorrência da raiva.

De acordo com a secretária, a propaganda está sendo veiculada nas demais emissoras do Maranhão. O diretor comercial da emissora afirma que a Rede Mirante de Televisão tem quatro emissoras no Maranhão e atinge 92% do território do Estado. (FREIRE, 2005)

Ligada às empresas Globo, a revista Época tergiversa ao avaliar o montante investido pelo governo do estado na afiliada da Rede Globo no Maranhão e a sua atuação política.

O valor, que varia entre R\$ 400 mil e R\$ 700 mil, representa cerca de 20% do faturamento das empresas de comunicação dos Sarneys. Até o momento, a TV, o jornal e as 18 rádios da família têm sido o principal canal das respostas ao contra-ataque do governador. (FREITAS, 2004)).

A análise quer parecer, pelo menos, mal feita, pois a variação entre os números sugere imprecisão. Enquanto todos falam, inclusive o governador, em repasse de 700 mil reais mensais e os veículos do sistema não negam e tentam justificá-lo, a revista indica que o valor está entre 400 mil e 700 mil reais, e diz que equivale a cerca de 20% do faturamento das empresas, o que gera dúvidas na interpretação. Para o repasse de R\$ 400 mil equivaler a 20% da receita, a mesma deve ser de 2 milhões de reais por mês. Já R\$ 700 mil equivalem a 20% de uma receita mensal de 3 milhões e quinhentos mil reais. Tal imprecisão, no mínimo, confunde o leitor sobre a real receita mensal do grupo e sobre o peso do repasse do governo do estado no seu balanço.

A análise do montante repassado fica mais esclarecedora quando se avalia o período em que foi efetuado. José Reinaldo Tavares afirma que o repasse é antigo, “desde o tempo da Roseana”. Somados os oito anos de mandato de Roseana Sarney e José Reinaldo (1995 a 2002) e o ano e meio de mandato de José Reinaldo até o rompimento (janeiro de 2003 a julho de 2004), quando houve

a suspensão do pagamento, chega-se à quantia de 79 milhões e 800 mil reais. O cálculo é simples: multiplica-se o valor investido (R\$ 700 mil) pela quantidade de meses do período (114 meses ou 9,5 anos). No caso, admite-se que o valor disponibilizado a cada mês equivale (absoluta ou proporcionalmente) aos 700 mil reais repassados no período da suspensão, numa hipótese que pretende apenas ilustrar a situação, atualizando os valores repassados mensalmente ao último valor pago, quando da suspensão.

Mesmo na hipótese de o valor em todo o período ser equivalente a R\$ 400 mil mensais (menor valor de repasse indicado pela revista Época), as cifras ainda são bastante consideráveis: R\$ 45.600.000,00.

Números mais precisos podem ser alcançados, no entanto, quando se analisa apenas o período dos 12 meses anteriores à suspensão e que o governador garante ter mantido. São 8 milhões e quatrocentos mil reais por ano.

Estudo publicado em 2005 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Maranhão dá uma espécie de diagnóstico – a partir de pesquisa amostral de empresas do estado realizada em conjunto com a Fundação Universidade de Brasília (FUBRA) – da situação financeira das empresas no Maranhão.

Faixa de faturamento bruto anual da empresa maranhense

Faturamento	Extintas	Ativas
	(%)	(%)
Até R\$ 60 mil	51,9	52,9
Acima de R\$ 60 mil até R\$ 120 mil	1,5	19,6
Acima de R\$ 120 mil até R\$ 360 mil	0,7	6,9
Acima de R\$ 360 mil até R\$ 600 mil	1,5	1,4
Acima de R\$ 600 mil até R\$ 840 mil	-	0,3
Acima de R\$ 840 mil até R\$ 1.080.000,00	-	-
Acima de R\$ 1.080.000,00 até R\$ 1.200.000,00	-	2,7
Acima de R\$ 1.200.000,00	10,4	7,2
Não teve faturamento	13,3	2,8
Não informou	20,7	6,2
Total	100,00	100,00

Fonte: Fubra

(SEBRAE/MA, 2005, p. 47)

Comparando-se as realidades, tem-se que o Sistema Mirante recebia apenas de um cliente, no caso o governo do estado, um valor anual (R\$ 8.400.000,00) maior que a receita da maioria absoluta das empresas maranhenses, visto que apenas 7,2 por cento dessas empresas têm uma receita bruta anual acima de R\$ 1.200.000,00, o que demonstra a importância financeira desse investimento publicitário.

Há também, nesse aspecto e além dos valores aplicados, um forte valor político.

Texto de um colunista que mantém sua página no portal do Sistema Mirante (Disponível em: <<http://decio.globolog.com.br>>) e que faz análises das questões políticas do estado sempre favoráveis ao grupo Sarney – assim como os demais colunistas dos veículos do sistema – denuncia o repasse de recursos do governo do estado a título de pagamento de serviços na área de comunicação (rádios, jornais, TVs, programas, agências, colunistas...) durante o governo de José Reinaldo.

Uma ação por abuso de poder político, de comunicação e econômico que tramita no TRE revela um dos mais bem guardados segredos do Governo José Reinaldo Tavares: quanto ele gasta com a comunicação. Documentos da Assessoria de Comunicação do Governo, anexados ao processo, mostram que a administração estadual tem despesa de quase R\$ 1,5 milhão por mês com órgãos, veículos, empresas de comunicação e jornalistas. Uma planilha de setembro de 2005 revela que o Sistema Difusora era um dos mais bem aquinhoados com R\$ 427 mil – incluídos aí débitos atrasados - , o jornal "O Imparcial" vinha em seguida com R\$ 310 mil, "Sistema Roberto Rocha" (R\$ 200 mil) "Jornal Pequeno" (R\$ 160 mil) e até o Sistema de Rádio do próprio governo embolsava R\$ 100 mil. (SÁ, 06 de novembro de 2006)

A postura dos articulistas e colunistas do jornal O Estado do Maranhão (e dos outros veículos do sistema) sempre favorável ao grupo Sarney é de fácil compreensão se considerarmos que, como foi dito pelo próprio ex-presidente, sua inserção no campo da comunicação se deu por necessidade política e para divulgar as ações/pensamentos de seu grupo.

O colunista denuncia, ainda, a ingerência do governo nos meios de comunicação.

Pelo que consta nos arquivos quase secretos da secretária Flávia Regina (Comunicação) percebe-se que o órgão agia como um misto de produtor de factóides e denúncias contra a família Sarney, alavanca da candidatura de Jackson Lago (PDT) e até alcagüete de profissionais ou empresas que não estivessem rezando na cartilha palaciana. Pesquisando nos documentos produzidos pela secretária, além de tudo o que já foi informado e divulgado, vê-se que a Secretaria de Comunicação não interferia apenas na linha editorial dos órgãos financiados pelo Palácio dos Leões, mas definia até que programas emissoras de rádio, por exemplo, deveriam pôr no ar. (SÁ, 16 de novembro de 2006)

O conteúdo das denúncias coincide com os feitos por José Reinaldo Tavares antes do rompimento com a família Sarney. Ficando a diferença no fato de que anteriormente os benefícios financeiros das verbas públicas eram direcionados, principalmente, ao Sistema Mirante, nas palavras do então governador, e que, pelo que se percebe nas denúncias do colunista, passaram a ser direcionados a outros veículos de comunicação após o rompimento.

As denúncias também coincidem no fato de que, em ambos os casos, a cobertura e divulgação dos assuntos de interesse do governador e do governo do estado estão atreladas ao repasse de verbas públicas aos meios de comunicação.

Uma planilha de pagamentos chega a ser divulgada na coluna (Ver anexo Q), mas, apesar de indicar os valores gastos pelo governo e condená-los, a análise não se reporta aos pagamentos efetuados anteriormente ao Sistema Mirante, como se estes fossem justificáveis e os outros não.

Editorial de O Estado do Maranhão reforça a posição de atacar o então governador por não mais dirigir verbas publicitárias para o Sistema Mirante e o condena por ter anunciado que montaria um grupo de comunicação para contrapor-se a ele. É exposta também crítica ao governador pela forma como administra as verbas públicas para a área, mas não se faz nenhuma alusão ao fato de que as empresas da família Sarney recebiam verbas publicitárias quando uma das proprietárias do Sistema era governadora do estado. Mais uma vez, a ação (investimento de verbas públicas em veículos de seu interesse) parece ser incorreta quando feita pelos adversários, mas não é dada ao debate quando feita

por políticos ligados ao grupo. Reforça-se também a condição, antes negada, de que a rede de comunicação da família Sarney é a maior e mais influente do estado.

Depois de, há mais de um ano, banir por completo o Sistema Mirante do planejamento da aplicação dos recursos da propaganda e publicidade do governo, num gesto arbitrário e discricionário, sem paralelo no Brasil contemporâneo, o governador ameaçou gravemente, sem meias palavras, o maior e mais influente grupo de comunicação do Estado. Anunciou que, 'para enfrentá-lo', está 'montando' um 'fortíssimo grupo de comunicação'. Com que meios e com que recursos? (...) Não é atribuição de um governador de Estado ou de qualquer ocupante de função pública imiscuir-se em assuntos de exclusiva competência da iniciativa privada, com o agravante da afronta à imprensa livre e democrática. O dinheiro público não pode ser usado, como infelizmente já vem ocorrendo, para financiar alinhamentos políticos e determinar a conduta da imprensa. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO. Editorial, 26 de novembro de 2004, p 1.) (grifo nosso)

Expõem-se aí importantes contradições. Uma dá conta de que soa estranho ao jornal, que representa o posicionamento de todo um grupo político, o fato de que o governador almeje investir em uma estrutura de comunicação de seu interesse, como se isso não tivesse sido feito pelos políticos ligados ao grupo (inclusive pelo próprio governador José Reinaldo, por um período) para benefício das empresas ligadas ao jornal. Outra que o editorial posiciona-se contra a utilização de recursos públicos com o fim de conquista de apoio político-comunicacional, o que contradiz o fato de que após o corte de verbas para o sistema Mirante, e o conseqüente rompimento entre os outrora aliados, os veículos da rede passaram a não mais apoiar as ações do governador, o que ele mesmo afirmou, e o que quer transparecer tanto nas palavras do colunista, quanto nas do editorial citados. Nesse caso, há indicações de que a postura política dos veículos seguia um caminho quando havia verbas e outro quando deixou de existir.

4. CONCLUSÕES

Embora não faça parte do objeto específico de estudo, a análise das relações entre as principais fontes teóricas indicadas (Antonio Gramsci e a Escola de Frankfurt), que tinha como objetivo indicar e fundamentar as acepções teóricas adotadas, revelou congruências, sem esconder os aspectos contraditórios, que merecem ser destacadas visto que estão presentes no decorrer do trabalho como fundamentos nos quais se baseia o autor.

Mesmo destacando-se o conflito nos pensamentos – inerente principalmente ao fato de os intelectuais de Frankfurt e o seu tão analisado pessimismo não reconhecerem a possibilidade de haver uma mudança hegemônica por conta do controle exercido sobre a sociedade em vários aspectos, do que diverge Gramsci, pois este defende a possibilidade de inversão no processo hegemônico pelas classes submetidas a partir, por exemplo, da conquista dos aparelhos privados de hegemonia –, as proximidades desses pensamentos merecem algum destaque porque, de certa forma e sem outras pretensões, além de fundamentarem a condução do trabalho, parecem contradizer a posição de alguns intelectuais brasileiros.

Essas congruências estão apontadas, por exemplo, no reconhecimento de que o controle da sociedade a partir da hegemonia de uma classe sobre a outra origina-se na exploração do trabalho mas não se limita a ela, ampliando-se, como apontado, sobre outras áreas de forte inserção social como os partidos políticos e os meios de comunicação, entre outras.

Também faz parte de ambos os pensamentos o reconhecimento da possibilidade concreta da exploração comercial de bens (ou produtos) culturais, como o rádio e o cinema, para Adorno e Horkheimer e os jornais e revistas, para Gramsci, no sentido da conquista de consumidores, disseminação de idéias e consequente persuasão dos receptores. Embora aqui se reconheça que, como indicado por algumas teorias da comunicação, esses receptores não estejam

sempre à mercê de um processo persuasivo porque, juntamente com a força dos meios de comunicação, existem outros fatores e valores que os influenciam como idade, nível cultural, educação formal, classe social etc.

Por conseguinte, o trabalho partiu da concepção de que os pensamentos dos intelectuais estudados não estão em posições radicalmente opostas, como parecem indicar as idéias de Luís Werneck Vianna e Leandro Konder, mas apresentam proximidades no tocante aos aspectos relacionados à produção, à cultura e à hegemonia, como aponta Francisco de Oliveira. Contudo, as relações dos resultados dos estudos específicos (regionais) com a proximidade daqueles pensamentos precisa ser demonstrada, ratificando-se a relação teoria-empíria.

Foi dito acima que os autores estudados – Antonio Gramsci e os frankfurtianos – apresentam proximidades. Uma de origem, como a base no materialismo histórico, e a opção pela teoria crítica, portanto passíveis de admitir mudanças nas sociedades, incluindo-se aí as ações científicas e de cientistas. Outras identificadas no percurso do desenvolvimento de cada concepção, embora não se neguem as incongruências.

Uma primeira, e elementar, relação entre as fontes teóricas e o material empírico apontado é a clara indicação de que a constituição, e atuação, de meios de comunicação – como os montados no estado do Maranhão – servem como intermediários profissionais da política e da ideologia, fato que é introduzido por Gramsci e os intelectuais de Frankfurt, mas também é reconhecido pelo grande mentor do grupo por tantos anos dominante no estado, que afirmou: “Eu criei o nosso jornal porque eu tinha que ter um instrumento político”, assumindo que fez “um jornal que era o nosso veículo de expor nossas idéias” e que “é um jornal com posição política pelo fato de ser nosso”, concluindo que a penetração nas áreas de rádio e TV foi, para as suas intenções, positiva, pois “isso de certo modo ajuda e bastante” (D’ELBOUX, 2003)

Ambas as concepções teóricas adotam a tese de que o desenvolvimento do capitalismo indicou a necessidade de racionalização entre produção e trabalho pelo uso da força, ou por intermédio da persuasão. No caso estudado, a

constituição de um amplo poder comunicacional regional determinou, ou auxiliou na determinação, de um amplo poder persuasivo, superestrutural, baseado na constituição de ações e produtos na área de comunicação com grande cobertura e influência político-cultural, ratificando o conceito dos autores estudados de que a persuasão e o controle ideológico podem estar em outras instâncias, longe (fisicamente) da fábrica.

Mas a racionalização, derivada do domínio das superestruturas pela estrutura, também está indicada pela mesma experiência, identificada na propriedade, também regional, de empresas de comunicação: capitalistas, com ênfase no lucro e na acumulação, o que é demonstrado pelo volume de recursos envolvidos em cada uma delas, inclusive com aporte financeiro do Estado. As estratégias econômicas – ainda que neste caso baseadas nas benesses do Estado – andaram par e passo com as estratégias ideológicas, de persuasão, o que é demonstrado pelo aparente poderio econômico-financeiro das empresas envolvidas.

Essa condição indica, ainda, que é executado pelo grupo até então dominante no Maranhão um outro indicador de proximidades no pensamento dos intelectuais de Frankfurt e de Antonio Gramsci, que é a concordância de que há, por intermédios dos meios de comunicação, a exploração comercial de bens culturais, notadamente com intuito ideológico. Se os frankfurtianos falam nos produtos do rádio e do cinema e Gramsci em jornais, revistas e editoras, as experiências maranhenses apontam também para produtos comunicacionais em vários meios (matérias, artigos e colunas em jornais impressos, coberturas e jornais radiofônicos e televisivos, programação cultural, entrevistas, páginas na internet etc). Tudo, grosso modo, com intenções políticas, mas com forte base na empresa, no retorno publicitário, no lucro financeiro.

Apesar de, como dito, não se ter procedido a uma acurada análise de conteúdo, é de se supor, também com base no pensamento dos autores destacados – e na confessa intenção de fazer da estrutura econômica e de comunicação montada no estado um suporte político –, que a padronização e a

repetição dos conteúdos dos bens (produtos) culturais utilizados venham a servir de formas de controle, de direção, determinada aos públicos pela apreensão de discursos aos quais aqueles são constantemente expostos. No percurso da constituição do grande poderio econômico e ideológico perpetrado no estado do Maranhão na área de comunicação, e na esteira do pensamento gramsciano (ao analisar a imprensa “marrom” e o rádio) que, aqui, não é conflitante com Frankfurt, está o reconhecimento de que os meios de comunicação podem influenciar o público, inclusive o eleitor, mesmo que por um breve período e entusiasmo, por meio da alteração do seu perfil emocional, chegando-se a influenciar no resultado de eleições.

A experiência maranhense se aproxima daquilo que Gramsci conceituou como setor editorial em geral que, sob várias nomenclaturas e formatos, possui um programa implícito e explícito de apoio a determinadas correntes, o que se percebe na evidente diversificação dos negócios do grupo na área. Embora durante os mandatos dos integrantes da oligarquia também se identificasse a utilização daquilo que Gramsci identificou como “Jornal de Estado” (propaganda oficial e institucional sob a direção e financiamento públicos, dentro do aparato de poder legal), é na experiência de comunicação não-oficial desenvolvida regionalmente que se enquadra o pensamento gramsciano de que o poder, os partidos e os meios de comunicação têm íntima ligação, donde Gramsci conclui que jornais ou grupos de jornais são também partidos, frações de partidos ou cumprem funções destes. Tais indicações levam à conclusão de que a estrutura comunicacional montada no Maranhão em nada deve ao conceito de truste jornalístico indicada por Gramsci, identificado por ele como o resultado da conjugação de interesses políticos e veículos de comunicação.

Sobre os conceitos de guerra de posição e guerra de movimento no contexto local podem admitir-se ambos, visto que, como preconiza o primeiro conceito, grandes massas foram/são mobilizadas por intermédio dos meios de comunicação e, conscientemente ou não, atuam no processo. Mas, com base no segundo conceito, posições não-decisivas (intermediárias) são sempre disputadas no âmbito político como cargos de menor expressão ou de início de carreira,

fatores que interrelacionam-se nas sociedades política e civil das democracias modernas, como prevê Gramsci.

Grande dúvida, porém, reside no fato de que não se pode categoricamente afirmar que o atual, e recente, grupo dominante tenha assumido a função de grupo dirigente no conceito gramsciano, pois a direção intelectual e moral regional ainda está em disputa, tendo em vista fatores como propriedade dos meios de comunicação, irrestrita amizade e fidelidade com o presidente da República e com o poder advindo dele (cargos etc) por um lado e o domínio da força e coerção, expresso pelo poder (governo) local de outro, evidenciados pelas possibilidades persuasivas de cada experiência e pelo pouco tempo de mudanças no quadro político.

A análise do posicionamento de Antonio Gramsci relativo aos partidos políticos e meios de comunicação – os meios de comunicação como partidos e os meios de comunicação atuando como intelectuais orgânicos –, a partir do posicionamento de Perseu Abramo e Fábio Konder Comparato demonstrou que as conclusões às quais chegaram estes intelectuais estão estritamente expostas nos textos do autor italiano e, nesse sentido, não apresentam novidades, mas são de grande importância por retomarem estudos nessas áreas a partir do pensamento gramsciano e também por relacioná-lo com aspectos da contemporaneidade, o que foi, entre outras, uma das pretensões do trabalho.

Mesmo não sendo uma novidade nos campos político e acadêmico, a sobrevivência de uma oligarquia no estado do Maranhão precisou ser estudada e fundamentada pela necessidade de se romper com o senso comum e com os interesses imediatamente políticos que estão por trás das acusações contra a família Sarney, notadamente tendo em vista que o período no qual se desenvolveu a pesquisa coincidiu com o acirramento da disputa política no estado. A grande novidade do processo eleitoral foi o rompimento do governador José Reinaldo Tavares com o grupo no qual surgiu politicamente, manteve-se por muitos anos e que apoiou a sua eleição.

Nesse aspecto, conclui-se que no estado do Maranhão as experiências do mandonismo, caracterizadas cada uma a seu tempo como oligárquicas ou coronelísticas, não são novidade no transcorrer de sua história social e política.

Também, com base nos dados já identificados, pode-se concluir que no Maranhão, e no período estudado (a partir de 1965), desenvolveu-se um governo de poucos, ilustrado pelo fato de que, se não todos, a maioria absoluta dos governantes obedecia à mesma cartilha política. O poder, portanto e pela mesma explicação, estaria concentrado em um grupo restrito e praticamente fechado de pessoas ligadas por vínculos de interesse ou de sangue. Eses dirigentes gozaram (ou gozam) de privilégios particulares inerentes à própria situação do cargo ou à sua direção, como no caso da manipulação de verbas e das concessões (às vezes auto-concessões) públicas de meios eletrônicos; e os mesmos serviram-se, ou tentaram servir-se, de vários meios ao alcance do poder para conservá-lo como a direção dos partidos políticos e dos meios de comunicação, próprios ou não.

No conceito de BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, estabeleceu-se, portanto, uma oligarquia no estado.

Fundamental para a compreensão das características regionais, a análise sobre os partidos políticos e os meios de comunicação no Brasil demonstra, entre muitas outras coisas, que essas instituições, essenciais na articulação do mundo democrático, passam por momentos diferentes no tocante à avaliação por parte do público. Os políticos e as instituições políticas atravessam um período de grande descrédito junto à população. Na pesquisa apontada, das dezoito instituições e profissões que representam instituições, pesquisadas pelo Ibope (advogados, Câmara dos Deputados, empresários, engenheiros, forças armadas, igreja católica, igrejas evangélicas, jornais, médicos, partidos políticos, poder judiciário, polícia, políticos, publicitários, rádio, Senado Federal, sindicatos de trabalhadores e televisão), aquelas ligadas diretamente ao Estado estão entre as mais malvistas. Fogem à regra as forças armadas que ocupam o 3º lugar e estão entre as mais bem-vistas.

As instituições eminentemente políticas – porque não se pode descartar que as demais também possam, de alguma forma, atuar como tal –, estão exatamente nas quatro últimas posições na confiança da população: Senado Federal (15º), Câmara dos Deputados (16º), partidos políticos (17º) e políticos (18º). As mesmas sempre tiveram a pior avaliação (indicada pela expressão *não confia*) como a que mereceu maior destaque entre os pesquisados desde o início da pesquisa, que se deu em 1989, para políticos e partidos políticos, e em 2003, para o Senado e a Câmara dos Deputados.

Explicações para o quadro há várias: são membros do executivo e do legislativo suspeitos de crimes e respondendo a processos; denúncias de compra e venda de posturas políticas (mensalão) e de má administração de dinheiros de campanha (caixa 2); altas autoridades federais envolvidas em graves denúncias de corrupção; impunidade garantida pelos pares em processos de cassação, mesmo com o parecer favorável das comissões (CPI e CPMI); aumento do patrimônio durante os mandatos, apesar das grandes quantias envolvidas nas campanhas eleitorais; indiscreta e casuística infidelidade partidária etc.

Destaque-se também que essa situação tem sido alvo de denúncias por veículos de comunicação, principalmente os de importância nacional, o que, já aí, relaciona esses meios com as instituições políticas.

Em relação aos meios de comunicação, a análise do público é bem diferente daquela direcionada às instituições políticas. A não ser no período entre 1999 e 2001, em que a televisão foi mal avaliada, todos os meios (rádios, jornais e TV) são bem-avaliados e dados como merecedores da confiança da população, inclusive com a melhor avaliação (indicada pela expressão *confia*) na maior parte do tempo da pesquisa, que também iniciou-se em 1989.

Se for levado em conta o fato de que boa parte dos meios de comunicação brasileiros (cerca de um quarto) é de propriedade de políticos, que esse número pode ser ainda maior por conta de certos expedientes (laranjas etc) apontados pelo professor Venício de Lima, e também a posição de Gramsci de que são os jornais agrupados em série (para nós os meios de comunicação, incluindo-se os

eletrônicos) que constituem os verdadeiros partidos, chega-se à conclusão de que há no Brasil uma íntima relação entre os políticos e os meios e que é evidente, se não esperada, a possibilidade de utilização destes para a promoção e conquista de dividendos políticos.

Ou seja, considerando-se também a hipótese de que os meios servem para a conquista ideológica – para Gramsci e a Escola de Frankfurt, mas, por analogia, para a constituição da sociedade disciplinar, segundo Foucault, ou a narcotização do homem, segundo os funcionalistas –, muitos fazem (ou têm a possibilidade de fazer) uso deles, que são, na média, bem vistos pela sociedade, para conquistar poder e espaço junto às instituições malvistas pela sociedade, as políticas.

Isso demonstra na prática que essas instituições interrelacionam-se no mundo político e na(s) luta(s) pela conquista/manutenção da hegemonia, o que, se não chega a ser uma grande novidade, é esclarecido, pela comparação de dados, por alguns indicadores concretos.

Importante destacar que a análise demonstrada se dá sobre a relação direta entre a propriedade de veículos de comunicação e a participação efetiva na vida pública, sem contar a adesão ideológica, ou a partir de interesses de classe, que pode influenciar a condução desses veículos, mesmo aqueles que não são de propriedade direta de políticos, situação que também é prevista por Gramsci no conceito de *truste jornalístico*.

Essa condição inclusive é reforçada pelo formato da política comunicacional brasileira, baseada na concentração de veículos nas mãos de um número reduzido de pessoas, e de uma mesma classe social; possibilidade legal de propriedade cruzada de meios; impossibilidade, na prática, de revisão das concessões de meios eletrônicos já outorgadas; falta, ou ineficiência, de mecanismos de controle e acompanhamento por parte da sociedade das ações dos meios; critérios políticos de concessão, sejam partidários ou não; restrições às experiências democratizantes, como a das rádios comunitárias etc.

Some-se a isso o indicativo de que as novas tecnologias, como a transmissão digital, serão direcionadas para a manutenção da ordem já

estabelecida no sistema de transmissão aberta, evitando-se as possibilidades que a tecnologia traria de ampliação do número de transmissores de rádio e TV (instituições públicas, universidades, sindicatos, partidos de várias bandeiras, ONGs...), aumento e valorização dos emissores de menor porte e cobertura, como os regionais, e possibilidade real de interatividade com o sistema por parte do consumidor, que poderia, inclusive, influenciar na construção da programação.

No âmbito político-partidário, com ênfase para as condições regionais, observa-se que o estado do Maranhão apresenta uma situação, no mínimo, interessante, na qual o grupo no poder por um longo período dirige e/ou tem o apoio da maioria dos partidos políticos, além de transitar (ou ter transitado) dentre aqueles identificados com a oposição. Na prática, são as condições políticas momentâneas que definem a posição dos partidos no tocante à disputa estadual e não as ideológicas ou de princípios partidários, o que segue, neste caso, o cenário nacional de adesões e rompimentos com os governos por parte dos partidos.

Se forem levados em conta os grandes (em tamanho ou importância) partidos do país – PDT, PFL⁵³, PMDB, PSDB, PT, PTB –, todos têm ou já tiveram relações políticas com o grupo liderado pelo senador José Sarney. Na esteira seguem a maioria dos de média ou pequena expressão.

Tal situação corrobora a afirmativa do senador de que todos que compõem a atual oposição são ex-aliados. A sua própria carreira, algo eclética, aponta para uma penetração/participação/influência em vários partidos, de posturas às vezes bem diferentes. Da origem no PSD, parte para a filiação no principal adversário (UDN); da participação, e direção, nos partidos de apoio à ditadura (ARENA e PDS) encaminha-se para o partido que, mesmo como oposição consentida, fez frente ao regime na sua origem: o PMDB, antes MDB. Também merece destaque o fato de que, com exceção do curto período do governo de Fernando Collor, o atual senador pelo Amapá teve influência em todas as composições do governo federal. Com mais, ou menos, capacidade de decisão, relacionou-se sempre

⁵³ Que posteriormente se transformaria no partido Democratas.

proximamente com os dirigentes do país, o que deve ser pesado no tocante à pressão que isso pode exercer sobre as direções regionais dos partidos.

Malvistas pela sociedade, os partidos políticos, por intermédio dos quais se dão os embates pelo poder no regime democrático e dentro dos preceitos constitucionais, não aparentam ser, na prática, os grandes mentores da relação situação X oposição no estado do Maranhão, tendo como base seus fundamentos e princípios. Principalmente em relação ao grupo oligárquico, pois podem estar ora próximos ora distantes do grupo. Essa situação pode reforçar a má imagem junto à população/eleitorado, visto que não há certeza do posicionamento de cada um dos partidos em cada momento político.

Nesse aspecto, os posicionamentos partidários, além de casuísticos, parecem seguir posições pessoais de lideranças (como as adesões à postura do governador José Reinaldo Tavares após o seu rompimento com a família Sarney) e as conveniências político-eleitorais (como os acordos dos partidos tidos como historicamente de oposição – PT e PDT – com o grupo Sarney quando lhes pareceu vantajoso). Não é possível determinar, entretanto, que esse encaminhamento seja consenso entre todos os membros dos partidos, pois há disputas em âmbito interno sobre a postura a ser seguida, mas que as decisões majoritárias indicam essa posição.

Mas, no exemplo do Maranhão, as estratégias para a conquista e manutenção do poder não se restringiram àquelas vinculadas ao mundo político-partidário-eleitoral tradicional. Par e passo com as articulações partidárias que determinaram a orientação política estadual por cerca de quatro décadas, ou que auxiliaram na determinação, estabeleceu-se uma outra estrutura também importante (se não essencial, no caso) que se orientou pela utilização, como estratégia político-eleitoral, dos meios de comunicação e, em um momento posterior, pela constituição de um grupo de empresas na área.

A utilização dos meios de comunicação como forma de transmissão de informações políticas e conquista do voto não é uma novidade no Brasil. Pelo contrário, a lei eleitoral brasileira prevê a cessão de horário nas emissoras de

rádio e TV para partidos e candidatos, com ênfase para os períodos eleitorais. Data da década de 1960 a primeira legislação que determinava a utilização gratuita dos meios de comunicação pelos partidos e candidatos. Antes disso, os veículos, inclusive jornais impressos, já faziam propaganda política, embora paga, como informe publicitário.

No caso estudado, porém, destaca-se a compreensão preliminar por parte dos dirigentes do grupo dominante no período indicado sobre as possibilidades que poderiam advir da utilização das estratégias de comunicação de massa. No projeto original de conquista do governo do estado já se demonstrava essa compreensão. O então candidato a governador José Sarney teve o seu desempenho nos meios de comunicação (notadamente o rádio) festejado por correligionários e admirado por adversários. Um disco chegou a ser gravado com a participação de celebridades da música, do rádio e da TV, coisa que, considerando-se as condições técnicas da época, merece destaque.

Após a posse, os órgãos de comunicação estatais (rádio Timbira, Diário Oficial) passaram a ser utilizados, para além da transmissão das informações oficiais, como divulgadores da imagem e dos feitos do governador. No caso da rádio Timbira, peças com esse fim específico foram criadas e veiculadas. Ainda no início do governo, o principal nome do Cinema Novo brasileiro foi contratado para produzir um documentário sobre o Maranhão e a posse do governador, que rendeu – além da divulgação da imagem do novo governo como detentor de uma estratégia modernizante contra o passado atrasado e conservador – cenas para o futuro filme do diretor e financiamento estatal para o mesmo.

O final do mandato também foi marcado pela produção de um filme, de acordo com as estratégias do regime militar, com o objetivo de reconhecer as ações do governador e preservá-las para a posteridade.

Antes, porém, a criação da TV Educativa do Maranhão também foi uma das estratégias do governo, experiência de tele-ensino que seria repetida, embora com algumas diferenças, pela filha governadora no futuro.

Essas ações, entretanto, baseavam-se no financiamento estatal à disposição do governo (no período em que José Sarney foi governador) e/ou na legislação eleitoral. A utilização desses recursos poderia, grosso modo, estar à disposição de qualquer político ou candidato que alcançasse as mesmas condições e optasse por assim proceder. A diferença principal é a de que poucos tiveram, no estado e a seu tempo, a idéia e as condições de constituir um sistema de comunicação poderoso e abrangente para, além do funcionamento como uma empresa comercial, disseminar seu ideário, feitos e para propagandear suas intenções. A existência de veículos de conotação política não era uma novidade, pois existiram no Maranhão vários exemplos de jornais com esse fim. Mas as estratégias de personalização do projeto, de conquista de espaço nos meios eletrônicos (por intermédios das concessões públicas), investimento e aposta no retorno político e financeiro foram mais ambiciosas.

Apesar das negativas, construiu-se no Maranhão uma estrutura empresarial ampla e bem-sucedida que funciona como suporte para as ações políticas dos proprietários, com claras estratégias de cobertura (abrangência) e de conquista de audiência. São emissoras de TV e rádio com sinal em quase todo o estado e grande público consumidor, além do jornal com a melhor produção e, segundo o próprio, maior circulação. As rádios (AM e FM) e a TV garantem ampla cobertura na capital e interior por intermédio de redes que abrangem as emissoras do sistema e de outros proprietários. A audiência no caso da TV é garantida principalmente pela retransmissão da programação da maior, mais abrangente e mais assistida rede de televisão do país.

No jogo político, percebe-se que, apesar de o crescimento das empresas de comunicação ligadas ao grupo ser contínuo (em número, em capacidade operacional e em cobertura), nem sempre reconhecê-lo é estratégico. O grande nome representativo da família Sarney por mais de uma vez negou o tamanho e a importância das ações familiares na área de comunicação, aparentemente quando lhe pareceu conveniente. Parecer menor do que realmente é poderia demonstrar, aos olhos da crítica, que a sua importância na área não é tão grande assim.

Por outro lado, para demonstrar (e exercer) poder no âmbito local divulga-se claramente a grandeza e o potencial da iniciativa empresarial-familiar. A todos no estado do Maranhão é deixado intencionalmente evidente, por meio de publicidade nos jornais, rádios, TV e internet, quem tem maior poder na área de comunicação, situação que auxilia nos negócios públicos e privados, pois se justificam ao mesmo tempo o sucesso empresarial, as facilidades na divulgação de informações favoráveis e o acesso a recursos públicos (no caso, do estado do Maranhão).

É de se salientar que, no mais das vezes, a estrutura técnico-operacional foi forjada dentro da legalidade. Por mais que existam denúncias de favorecimento a políticos e correligionários nos processos de concessão, não se pode afirmar que as concessões dos veículos de comunicação destinados à família Sarney tenham sido feitas à margem da lei. Esse fato reforça a forma utilitária com que foi constituída a estrutura na área de comunicação: grupo empresarial forte ligado a grupo político forte que se utiliza de estruturas legais de comunicação para manter-se e expandir-se o quanto possível.

A base sobre a qual se estruturou a estratégia empresarial, com notórias intenções políticas, fundamentou-se originalmente na ação do Estado. Embora no exemplo estudado a gênese da criação das empresas de comunicação esteja na fundação de um jornal impresso, que não exige autorização estatal, é nos meios eletrônicos (rádio e TV) que ela se sustenta, devido, principalmente, às formas de emissão, em canal aberto, portanto de acesso gratuito; à linguagem utilizada, atingindo grande parte da população, mesmo a não alfabetizada; e à abrangência, que torna os veículos capazes de serem ouvidos e vistos em praticamente todo o estado.

Essa opção, entretanto, não pôde (e não pode) existir sem o apoio do Estado enquanto instituição, porque se tratam de meios que precisam, necessariamente, da sua autorização. Nesse sentido, percebe-se que o Estado é, de certa forma, agente do processo de criação da citada estrutura de comunicação porque participa de sua formação quando concede o direito de exploração

comercial de meios de comunicação eletrônicos em quantidade considerável para uma mesma família, sem contar a possibilidade de concessões a terceiros a ela ligados. Mesmo com o desenvolvimento de uma empresa comercial como suporte das ações políticas, esta não existiria sem a ação do Estado (concessões) que, portanto, facilitou, com suas políticas, o surgimento do grupo empresarial e comunicacional.

Vale destacar que essa ação do Estado, embora corriqueira no sentido de que existem experiências similares em outras unidades da federação, não respeita o princípio democrático porque não se tem notícia do surgimento de grupos de comunicação visando ao apoio a grupos políticos que não obedeçam a um mesmo perfil de conservadorismo, que não estejam há muito tempo no poder local e que não sejam influentes, desde há muito, na política nacional.

O Estado é – com base nas políticas para a área de comunicação pública e na rotina de concessões – responsável, ou co-responsável, pelo surgimento deste e de outros grupos similares.

A participação estatal não se limita, entretanto, ao apoio à criação de estruturas de comunicação ligadas a políticos. Não se pode afirmar de nenhuma forma que essa experiência é única, pois há indicativos de que ela se repete em outros momentos históricos e com outros personagens, mas não restam dúvidas de que o Estado também funcionou no financiamento da estrutura analisada.

Em um primeiro momento pode-se falar em benefício indireto. A contratação da Fundação Roberto Marinho e da Editora Globo, sem licitação, para a implantação de um projeto educacional que envolvia quantidade considerável de recursos de um estado pobre soa estranho quando se sabe que a empresa de propriedade da então governadora e as instituições contratadas têm relação íntima com uma outra empresa (no caso a Rede Globo), que, de certa forma, as lidera. Não se pode falar, nesse caso, que as verbas investidas vieram de alguma forma a beneficiar diretamente o grupo da família Sarney, pois não há constatação disso, mas é evidente que o reforço nos caixas da Fundação Roberto Marinho e da Editora Globo favorecem a saúde financeira da empresa líder. Nesse sentido

pode-se imaginar que há, no mínimo, um reforço na relação entre cabeça-de-rede e afiliada, pois emissora forte, inclusive pelo aporte indireto de recursos do governo do Maranhão, traduz-se em repetidora forte.

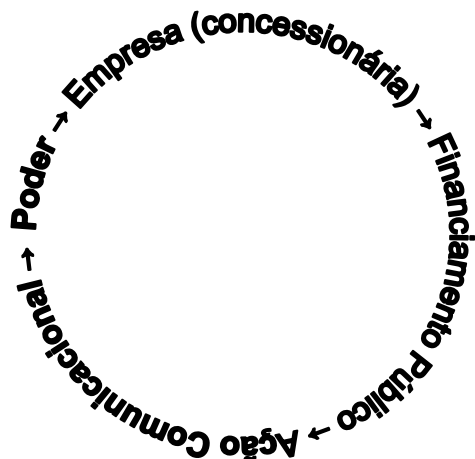
Pode-se falar em benefício direto (ou financiamento pelo Estado) no caso dos repasses de verbas publicitárias para os veículos de comunicação do Sistema Mirante.

São milhões de reais envolvidos que, baseados no discurso da legalidade, sem dúvida contribuíram para o financiamento das empresas ligadas à então governadora, pois a receita anual obtida apenas do governo do estado supera em muito a receita da maioria absoluta das empresas maranhenses e, segundo apontado, comprometeu a maior parte do investimento público na área. O governo do estado do Maranhão investia, no caso, verbas publicitárias públicas nos veículos de comunicação da governadora e de familiares que foram obtidos, na maioria dos casos, por meio de concessão pública, ou seja, do Estado brasileiro.

Embora astuta, a explicação não é complexa: monta-se uma estrutura empresarial eficiente (com grande cobertura e audiência) de comunicação para servir de suporte a um projeto político tendo como base a concessão pública de meios eletrônicos de comunicação. Dentro da legalidade, pois o critério de eficiência é valorizado, obtêm-se verbas públicas, a título de pagamento de serviços publicitários, que servem para o financiamento dessa estrutura. O Estado está presente, portanto, na sua criação e na sua manutenção.

Para a conquista e conservação do poder estabelece-se um círculo – vicioso para a maioria que não se beneficia do Estado, mas virtuoso para os beneficiados – que tem como base a conquista original do poder e a concessão pública de veículos de comunicação, como segue: poder (cargos eletivos) → empresa de comunicação de suporte (concessionária) de propriedade dos interessados → financiamento estatal da empresa (verbas públicas) → ação comunicacional (pela empresa) visando à manutenção do poder → manutenção

do poder. A tentativa é a de se estabelecer um sem-fim, uma continuidade, um círculo, como dito.



Reforça essa condição o desempenho empresarial – que pode ser explicado a partir do conceito gramsciano de jornal moderno e/ou frankfurtiano de indústria cultural – aparentemente bem-sucedido (no sentido de conquista de novas receitas para a empresa fora do âmbito público) que, mesmo privado, não pode ser separado das ações do Estado. O sucesso de empreendimentos nessa área está intimamente ligado às concessões determinadas pelo poder público, pois compõem o principal setor de atuação das empresas locais (rádio e TV), como também têm íntima relação com o fato de que, no caso da TV, o grupo Mirante apóia-se na maior rede de televisão aberta do país, o que traz bastante audiência e oportunidades comerciais, mas que também deriva de uma concessão dada pelo Estado. Sem as concessões públicas não se desenvolveriam as ações empresariais.

A estratégia adotada, embora evidente, não garante sozinha a manutenção do poder, pois outros atores participam do processo – como os políticos, os partidos políticos e seus interesses –, para os quais se estabelecem estratégias outras de controle e persuasão. Pode-se garantir, porém, que a estratégia foi montada, que durou muitos anos e que quando uma das partes do círculo foi quebrada (no caso o financiamento estadual da empresa de comunicação familiar) o poder foi abalado com a perda de uma importante eleição.

Deduz-se que dentre as condições que determinaram o estabelecimento de um poder duradouro no estado do Maranhão estão um amplo domínio sobre a maioria dos partidos e influências mesmo sobre os da oposição e a adoção de estratégias político-empresariais de comunicação, com base em concessões públicas e com o financiamento, pelo menos em boa parte, do Estado.

Embora não tenham feito parte das indagações originais deste projeto específico de estudo, outras relações políticas e voltadas para as coisas da comunicação foram percebidas durante a pesquisa e que merecerão estudos posteriores. Dentre elas as relações político-partidárias que tomaram forma após o rompimento do governador José Reinaldo Tavares com a família Sarney e as estratégias de comunicação adotadas pelo grupo político, aparentemente instável, formado após a decisão do governador. Essas articulações pareceram importantes no processo que determinou a derrota da senadora Roseana Sarney na eleição para governador em 2006, mas não foram devidamente aprofundadas porque se objetivava a análise das estratégias de conquista e manutenção do poder no estado do Maranhão por um grupo e período específicos e não as condições imediatas que levaram à perda de uma eleição (embora não de mandato eletivo, porque a candidata derrotada manteve-se senadora) o que precisará ser mais bem estudado, e tornado público, posteriormente.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Governadores do Maranhão pós-governo Sarney.....99

TABELA 2 – Governadores do Maranhão pós-abertura democrática.....103

TABELA 3 – Partidos políticos registrados no Brasil.....110

TABELA 4 – Concessão de meios eletrônicos para a família Sarney.....131

TABELA 5 – Comunicação Social: Investimento de 1992 a 2001.....139

TABELA 6 – Faixa de faturamento bruto anual da empresa maranhense....150

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Confiança nas Instituições	69
FIGURA 2 – Confiança nas Instituições	69
FIGURA 3 – Confiança nos Políticos.....	70
FIGURA 4 – Confiança nos Partidos Políticos.....	70
FIGURA 5 – Confiança na Câmara dos Deputados.....	71
FIGURA 6 – Confiança no Senado.....	71
FIGURA 7 – Confiança nos Jornais.....	72
FIGURA 8 – Confiança no Rádio.....	73
FIGURA 9 – Confiança na Televisão.....	73
FIGURA 10 – Tabela de Preços.....	78
FIGURA 11 – O nº de milionários declarados em cada partido.....	78
FIGURA 12 – Evolução patrimonial média dos políticos reeleitos.....	79
FIGURA 13 – Cenas do filme <i>Maranhão 66</i>	121
FIGURA 14 – Audiência Mirante AM.....	131
FIGURA 15 – Números fornecidos por Aderson ao Ministério Público.....	142

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AM – Amplitude Modulada

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASSECOM – Assessoria de Comunicação Social do Governo do Estado do Maranhão

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CSA – Conselho Superior do Audiovisual

DEM – Democratas (partido)

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EPCOM – Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação

FAPERJ – Fundação de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FCC – Federal Communications Commission

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FM – Frequência Modulada

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OM – Ondas Médias

ONG – Organização Não-Governamental

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

RBS – Rede Brasil Sul

SBTVD – Sistema Brasileiro de Televisão Digital

SECOM – Secretaria de Comunicação Social do Estado do Maranhão

STF – Supremo Tribunal Federal

TCE – Tribunal de contas do Estado do Maranhão

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TV – Televisão

UDN – União Democrática Nacional

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí/SC

USP – Universidade de São Paulo

VHF – Very High Frequency

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	VIII
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	IX
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	X
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. COMUNICAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS NAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO.....	29
2.1 Escola de Frankfurt e o Pensamento de Antonio Gramsci: excertos e fundamentação teórica.....	40
2.1.1 – Diferenças e Proximidades.....	41
2.1.2 – Gramsci: Jornalismo e Comunicação.....	59
2.2 Partidos Políticos e Meios de Comunicação.....	64
2.2.1 – Política e Comunicação como Instituições: a percepção da Sociedade.....	67
2.2.2 – Política, Partidos e Eleições no Brasil.....	74
2.2.3 – Políticas de Comunicação: o formato brasileiro.....	84
3. O PODER OLIGÁRQUICO NO MARANHÃO: A MEDIAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS E DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	94
3.1 Atuação e Controle dos Partidos Políticos.....	105
3.2 A Relação Privado e Público nas Estratégias de Comunicação.....	114
3.2.1 – O Grupo Dominante e os Meios de Comunicação.....	115
3.2.2 – A Comunicação como Estratégia Política e Empresarial.....	124
3.2.3 – Empresa, Estado e Poder: intimidade nas relações.....	138
4. CONCLUSÕES.....	154
REFERÊNCIAS.....	171
ANEXOS.....	184

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)